



**Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Linha de Pesquisa: Do Antigo ao Moderno: poderes, culturas e discursos**

**BRUNNA FERNANDA FREIRE BEZERRA DA CRUZ**

**O enigma dos Povos do Mar:**  
questões étnicas em sociedades mediterrânicas da Idade do Bronze Tardia (sécs.  
XIII-XII AEC)

Recife

2025



**Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Linha de Pesquisa: Do Antigo ao Moderno: poderes, culturas e discursos**

**BRUNNA FERNANDA FREIRE BEZERRA DA CRUZ**

**O enigma dos Povos do Mar:**

questões étnicas em sociedades mediterrânicas da Idade do Bronze Tardia (sécs.  
XIII-XII AEC)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – Linha de Pesquisa: Do Antigo ao Moderno: poderes, culturas e discursos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

**Orientador:** Prof. Dr. Renato Pinto

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Cruz, Brunna Fernanda Freire Bezerra da.

O enigma dos Povos do Mar: questões étnicas em sociedades mediterrânicas da Idade do Bronze Tardia (sécs. XIII-XII AEC) / Brunna Fernanda Freire Bezerra da Cruz. - Recife, 2025.

160f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

Orientação: Renato Pinto.

Inclui referências.

1. Identidade étnica; 2. Povos do Mar; 3. Medinet Habu; 4. Idade do Bronze Tardia. I. Pinto, Renato. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

## AGRADECIMENTOS

A primeira pessoa que eu gostaria de agradecer é meu marido Pedro Melo, sem o qual não teria atravessado esse importante momento em minha vida, e que representa em uma única pessoa toda a minha resiliência, força, fé, coragem e amor. Aquele com o qual divido todos os meus sonhos e objetivos, meu melhor amigo. Pedro me manteve em pé todas as vezes em que pensei que não conseguiria dar o próximo passo. Particularmente, agradeço por me dar tantos chocolates e bolinhos de laranja, meu principal combustível de escrita.

Agradeço à minha mãe, Fernanda Freire, e minha melhor amiga e irmã do coração, Bruna Leão, por toda a paciência e carinho que tiveram comigo ao longo dos anos, mas principalmente enquanto eu escrevia essa dissertação. Sempre me fazendo sorrir e apoiando todos os meus sonhos mais mirabolantes, agradeço por nunca desistirem de mim.

Agradeço também à minha sogra e mãe, Erika Pedrosa, por todas as ligações diárias, cheias de carinho e apoio, e por ter fé em mim; à minha avó, Rosalva Beserra, por sempre ser o centro do meu lar; ao meu tio, Fernando Freire, por todo o apoio e confiança; à minha família do coração, Conceição Reis e Karine Leão, que torceram por mim todos os dias; e ao meu pai, Lourival Cruz, por me ensinar a não abaixar a cabeça diante de nenhum desafio.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Dr. Renato Pinto, que me apoiou e incentivou em todo o meu amadurecimento durante essa caminhada intelectual. Com inteligência, perspicácia e ricos debates, mas também com conversas sobre viagens e vampiros, além de uma imensa gentileza, que tornou possível para mim atravessar os meandros da pós-graduação.

Agradeço a disponibilidade dos professores que participaram da minha banca de Qualificação, Katia Pozzer e Ronaldo Gurgel Pereira, dos quais as críticas, orientações e recomendações foram de imenso valor e me permitiram desenvolver melhor minha pesquisa.

Agradeço ao GEAF pelas trocas e pelo interesse de fortalecer a História Antiga em nossa região, estado e cidade; agradeço aos membros da administração pela dedicação e empenho em tornar isso uma realidade; e, em particular, agradeço a João Feitosa e Adilza Bandeira, que me apoiaram em todo o processo dos dois anos que me trouxeram aqui, sendo grandes amigos e parceiros intelectuais.

Agradeço a Victor Menezes pela amizade, bons conselhos e pelos momentos descontraídos, me permitindo relaxar quando eu estava mais tensa. Agradeço aos meus queridos amigos, membros da Taverna da Mamba Negra, que tornaram tudo mais leve com nossos divertidos jogos de RPG.

Agradeço a Jorge Rivera-Herrans pelas músicas do *Epic: The Musical*, narrando a jornada de Odisseu tentando voltar para Ítaca, que foram a minha trilha sonora de escrita. E, por fim, agradeço em especial, minhas gatas, Miau e Bolinha, que são o verdadeiro motivo de eu estar fazendo tudo isso.

## Resumo

Entre os séculos XIII e XII AEC o Mediterrâneo Oriental passou por uma série de abalos e transformações que impactaram suas sociedades. O Império Hitita colapsou, entre o Egeu e o Levante diversos assentamentos foram destruídos ou abandonados, e o Egito viu suas fronteiras diminuir. Simultaneamente encontramos em diversas fontes egípcias, ugaríticas e hititas, menções a populações misteriosas atacando as costas do Mediterrâneo Oriental ou navegando por ele, a historiografia irá nomeá-las de “Povos do Mar”. Nesse contexto, apesar de muitas pesquisas terem sido realizadas na tentativa de compreender quem seriam os Povos do Mar, poucas buscaram o apoio dos estudos étnicos nessa empreitada. Dessa forma, parto da seguinte problemática: É possível identificar os Povos do Mar por meio de uma abordagem étnica? Para lidar com essa questão busco analisar como uma abordagem étnica pode ser empregada no caso dessas populações, depois avalio a iconografia dos Povos do Mar em Medinet Habu, buscando características que sirvam de indícios sobre as suas identidades étnicas, para só então (re)analisar as fontes textuais e arqueológicas vinculadas a eles de modo a sugerir suas possíveis regiões de origem.

Palavras-chave: Identidade étnica; Povos do Mar; Medinet Habu; Idade do Bronze Tardia

.

## **Abstract**

Between the 13th and 12th centuries BCE, the Eastern Mediterranean went through a series of shocks and transformations that impacted its societies. The Hittite Empire collapsed, between the Aegean and the Levant several settlements were destroyed or abandoned, and Egypt saw its borders shrink. At the same time, we find in several Egyptian, Ugaritic and Hittite sources, mentions of mysterious populations attacking the coasts of the Eastern Mediterranean or sailing through it, historiography will name them "Sea Peoples". In this context, although much research has been carried out in an attempt to understand who the Sea Peoples were, few have sought the support of ethnic studies in this endeavor. Thus, I start from the following problem: Is it possible to identify the Sea Peoples through an ethnic approach? To address this issue, I seek to analyze how an ethnic approach can be used in the case of these populations. I then evaluate the iconography of the Sea Peoples in Medinet Habu, looking for characteristics that serve as clues about their ethnic identities, and only then (re)analyze the textual and archaeological sources linked to them in order to suggest their possible regions of origin.

**Keywords:** Ethnic identity; Sea Peoples; Medinet Habu; Late Bronze Age

## Lista de Figuras

<b>Figura 1 - Recortes das duas batalhas que representam os Povos do Mar em Medinet Habu .....</b>	<b>50</b>
<b>Figura 2 - Recorte do relevo de apresentação de cativos 1.....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 3 - Recorte do relevo de apresentação de cativos 2.....</b>	<b>52</b>
<b>Figura 4 - Recorte da diferenciação estilística das tiaras de juncos.....</b>	<b>54</b>
<b>Figura 5 - Diferenciação estilística entre as tripulações dos Povos do Mar na batalha naval.....</b>	<b>54</b>
<b>Figura 6 - Fragmento da décima oitava coluna da inscrição epigráfica que narra o conflito Ramsés III com os Povos do Mar .....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 7 - Planta geral do templo funerário de Medinet Habu.....</b>	<b>62</b>
<b>Figura 8 - Distribuição dos relevos das campanhas na parte externa do templo .....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 9 - Fragmentos do relevo da batalha terrestre onde os Povos do Mar aparecem lutando e em formação militar .....</b>	<b>67</b>
<b>Figura 10 - Relevo da batalha contra os líbios.....</b>	<b>68</b>
<b>Figura 11 - Fragmento do relevo da batalha naval contra os Povos do Mar .....</b>	<b>69</b>
<b>Figura 12 - Fragmentos que mostram possíveis chefes dos Povos do Mar .....</b>	<b>70</b>
<b>Figura 13 - Fragmentos de dois outros, possíveis, chefes dos Povos do Mar .....</b>	<b>71</b>
<b>Figura 14 - Representação de cativos de diversas etnias que ainda possui cores .....</b>	<b>72</b>
<b>Figura 15 - Recortes de possíveis sherden aliados.....</b>	<b>103</b>
<b>Figura 16 - Recorte do líder sherden como cativo.....</b>	<b>104</b>
<b>Figura 17 - Distribuição de navios na batalha naval dos Povos do Mar.....</b>	<b>117</b>
<b>Figura 18 - Cena de batalha naval na cratera de Bademgediği tepe .....</b>	<b>119</b>
<b>Figura 19 - Comparação entre barco de Nahal Me'arot e o barco dos Povos do Mar ..</b>	<b>120</b>
<b>Figura 20 - Barco com proa zoomórfica em Nahal Oren .....</b>	<b>121</b>
<b>Figura 21 - Cratera Kynos A e Kynos B de Pyrgos Livanaton .....</b>	<b>123</b>
<b>Figura 22 - Representações de barcos com figura de proa zoomórfica.....</b>	<b>124</b>
<b>Figura 23 - Hieróglifo determinativo com elmo de chifres .....</b>	<b>127</b>
<b>Figura 24 - Cratera do Deus Chifrudo de Hala Sultan Tekke .....</b>	<b>128</b>
<b>Figura 25 - Comparação das estatuetas de Enkomi com os sherden em Medinet Habu .....</b>	<b>128</b>
<b>Figura 26 - Selo com elmo de chifres em Enkomi.....</b>	<b>129</b>
<b>Figura 27 - Cratera do Guerreiro (Micenas): lado A.....</b>	<b>130</b>
<b>Figura 28 -Estatuetas nurágicas com elmos de chifre e escudos circulares.....</b>	<b>131</b>
<b>Figura 29 - Menir nº V do sítio arqueológico de Filitosa.....</b>	<b>132</b>
<b>Figura 30 - Estelas de guerreiros com elmos de chifres .....</b>	<b>133</b>
<b>Figura 31 - Cratera do Guerreiro (Micenas): lado B.....</b>	<b>135</b>
<b>Figura 32 - Representações da tiara de juncos em fragmentos cerâmicos de Serraglio, Cós.....</b>	<b>136</b>
<b>Figura 33 - Caixa de marfim de Enkomi.....</b>	<b>136</b>
<b>Figura 34 - Selo do Guerreiro dos Povos do Mar em Enkomi .....</b>	<b>138</b>
<b>Figura 35 - Tampas de sarcófagos de Bete-Seã .....</b>	<b>138</b>

## Lista de Quadros

<b>Quadro 1 - Etnônimos dos Povos do Mar e suas variações.....</b>	<b>25</b>
<b>Quadro 2 - Determinativos que acompanham os etnônimos dos Povos do Mar em Medinet Habu .....</b>	<b>58</b>
<b>Quadro 3 - Etnônimos presentes nas inscrições e legendas sobre os Povos do Mar em Medinet Habu .....</b>	<b>78</b>
<b>Quadro 4 - Principais fontes textuais relativas aos etnônimos dos Povos do Mar .....</b>	<b>85</b>

## Abreviaturas

<i>AhT:</i>	BECKMAN, Gary; BRYCE, Trevor; CLINE, Eric. <b>The Ahhiyawa Texts</b> . Atlanta: Society of Biblical Literature, 2011.
<i>BM:</i>	<i>British Museum</i> .
<i>CTH:</i>	KOSAK, S.; MÜLLER, G.G.W.; GÖRKE, S.; STEITLER, C. W. <b>Catalog of Hittite Texts (CTH)</b> . Disponível em: <a href="https://www.hethport.uni-wuerzburg.de/CTH/">https://www.hethport.uni-wuerzburg.de/CTH/</a> . Acesso em: 01 jun. 2024.
<i>EA</i>	El-Amarna
<i>LHIIIB:</i>	<i>Late Helladic</i> corresponde a cronologia heládica, um sistema de datação usado nos estudos da arqueologia egeia. No caso, <i>IIIB</i> se refere a 1300–1200 AEC.
<i>MAA:</i>	<i>Museum of Archaeology &amp; Anthropology</i> da Universidade de Cambridge.
<i>MH</i>	Medinet Habu
<i>RS:</i>	PROSSER, M. C.; PARDEE, D. G. <b>The Ras Shamra Tablet Inventory</b> . Disponível em: <a href="https://onlinepublications.uchicago.edu/RSTI/">https://onlinepublications.uchicago.edu/RSTI/</a> . Acesso em: 09 jun. 2024.
<i>SAOC 12:</i>	EDGERTON, W. F.; WILSON, J. A. <b>Historical Records of Ramses III: The Texts in Medinet Habu Volumes I and II</b> , Translated with Explanatory Notes (SAOC 12). Chicago: The University of Chicago Press, 1936.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>14</b>
<b>Breve contexto histórico .....</b>	<b>17</b>
<b>Crítica historiográfica.....</b>	<b>19</b>
<b>Disposições preliminares.....</b>	<b>27</b>
<b>Os Povos do Mar e suas fontes .....</b>	<b>29</b>
<b>Contextualização da dissertação .....</b>	<b>31</b>
<b>1º Capítulo – Estudos étnicos e os Povos do Mar .....</b>	<b>33</b>
1.1. <i>Abordagens étnicas no caso dos Povos do Mar.....</i>	34
1.1.1. <i>Identidade étnica por meio da cultura material.....</i>	38
1.2. <i>Contextualizando a Idade do Bronze Tardia no Mediterrâneo Oriental.....</i>	42
1.3. <i>Povos do Mar como grupos étnicos .....</i>	48
<b>2º Capítulo – Povos do Mar em Medinet Habu.....</b>	<b>61</b>
2.1. <i>Relevos.....</i>	65
2.2. <i>Inscrições e legendas.....</i>	75
<b>3º Capítulo – Para além de Medinet Habu: fontes textuais .....</b>	<b>84</b>
3.1. <i>Fontes textuais: os Povos do Mar no Mediterrâneo Oriental .....</i>	84
3.1.1. <i>Lukka.....</i>	93
3.1.2. <i>Eqwesh .....</i>	96
3.1.3. <i>Sherden.....</i>	101
3.1.4. <i>Denyen.....</i>	106
3.1.5. <i>Teresh .....</i>	107
3.1.6. <i>Shekelesh .....</i>	107
3.1.7. <i>Tjekker.....</i>	109
3.1.8. <i>Peleset .....</i>	110
3.1.9. <i>Weshesh .....</i>	111
3.2. <i>Merneptah e os Povos do Mar .....</i>	111
<b>4º Capítulo – Para além de Medinet Habu: cultura material.....</b>	<b>115</b>
4.1. <i>Rastreamento de indícios da cultura material dos Povos do Mar.....</i>	116
4.1.1. <i>Barcos dos Povos do Mar .....</i>	117
4.1.2. <i>Elmos de Chifres.....</i>	126
4.1.3. <i>Tiara de Juncos.....</i>	134
4.1.4. <i>Escudos e Espadas.....</i>	141
<b>Considerações finais .....</b>	<b>146</b>
<b>Referências .....</b>	<b>149</b>

Documentação.....	149
Bibliografias.....	151
Sites.....	160

## Introdução

Sempre fui apaixonada pela História Antiga. Lembro que quando criança minha família tinha uma coleção de enciclopédias de capa vermelha chamada *Conhecer*<sup>1</sup> e, apesar de ser muito nova e ainda não saber ler, eu costumava passar tardes inteiras folheando as páginas e vendo suas imagens, principalmente a seção de Antiguidade no volume de História. Eu ficava imaginando o que representavam aquelas imagens, quem seriam as pessoas que ali viviam ou até mesmo inventando histórias sobre elas, mesmo quando aprendi a ler ainda preferia ficar apenas vendo as imagens e imaginando histórias a partir delas.

Foi apenas mais tarde, principalmente quando comecei a ter aulas de História Antiga no colégio, que nomes passaram a ser associados a imagens de forma coerente, e é interessante pensar que conhecer a história daquelas civilizações não tirou nem um pouco do encanto que elas exerciam em mim. Saber que eram reais, que pessoas realmente viveram naqueles lugares, conhecer um pouco sobre suas vidas, seja por meio dos mitos, das guerras ou do seu cotidiano, me fez ficar ainda mais curiosa com o quanto eles se pareciam conosco. De alguma forma eu, que os achava meio alienígenas, fui descobrindo que eram seres humanos como nós, com as mesmas necessidades, medos, paixões e ambições, e isso me fascinou profundamente, apesar de que – também preciso admitir – me decepcionei bastante quando descobri que as criaturas mitológicas, e Atlântida, não existiram de verdade.

No entanto, apesar de todo meu amor pela História, as coisas mudaram um pouco durante o fim do ensino médio e por forte pressão de parte da família, acabei não prestando vestibular para História, mas para Relações Internacionais. Tinham colocado na minha cabeça que não teria futuro como historiadora ou arqueóloga, que tinha que ser juíza ou diplomata e, entre essas duas opções, acabei escolhendo cursar Relações Internacionais.

Então em 2015 comecei o curso na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mas na segunda metade de 2016 percebi que não conseguiria me manter em outro

---

<sup>1</sup> Edição de 1981.

estado, e precisei voltar para Pernambuco. Fiz novamente o vestibular e em 2017 entrei no curso de Geografia, onde poderia me especializar em geopolítica.

Nesse mesmo ano meu marido – na época namorado – iniciou o curso de História na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Eu costumava o acompanhar em alguns eventos acadêmicos, dentre os quais a Jornada de Estudos Medievais e Renascentistas promovida pelo Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que em 2018 estava na sua 5ª edição. Um dos palestrantes naquele ano era o Prof. Dr. Johnni Langer, coordenador do NEVE (Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos), que em determinado momento contou a própria história e o percurso acadêmico que o levou até ali.

Não me recordo de suas palavras exatas, mas lembro que explicou como foi difícil seguir com aquilo que amava. Ele contou os desafios, a falta de apoio, e os dilemas que enfrentou, porém que não havia desistido. Aquela palestra tocou fundo em mim e naquele dia cheguei em casa comunicando a todos de forma clara: estava trancando o curso de Geografia e iria cursar História.

Admito que não tinha mais paciência para prestar vestibular e por isso optei por fazer o curso em uma faculdade particular, escolhendo o Centro Universitário Internacional UNINTER, na modalidade EAD. Nesse ponto eu sabia que iria trabalhar com a Antiguidade, e que gostava de seus períodos mais recuados ou “desconhecidos” (pois o mistério ainda era um fator que me motivava), então tinha consciência que não me debruçaria em temas, digamos, clássicos. Porém eu não fazia ideia em qual região, temporalidade ou recorte temático iria querer aprofundar meus estudos.

Foi preciso outro evento acadêmico para que tomasse uma decisão. Em 2019 o 30º Simpósio Nacional de História – ANPUH Brasil ocorreu em Recife, na UFPE, e me candidatei como monitora do evento. Como tal eu poderia escolher um minicurso para assistir gratuitamente e o único de História Antiga disponível era “O lugar da História Antiga e Medieval na História Global” ministrado pelo Prof. Dr. Uiran Gebara da Silva e pelo Prof. Dr. Paulo Henrique de Carvalho Pachá onde a parte de História Antiga se concentrou no debate relativo à Pérsia sob a ótica da História Global.

Tanto o minicurso quanto as bibliografias recomendadas me levaram até os Estudos Mediterrânicos, sendo que um dos livros em particular era o *História Antiga*

de Norberto Guarinello, livro esse que me apresentaria pela primeira vez ao tema do colapso da Idade do Bronze e aos Povos do Mar, um trecho específico do livro chamou minha atenção em particular:

No século seguinte, no entanto, ocorreu o que os historiadores, por falta de termo melhor, chamam de 'colapso'. Os palácios foram destruídos, os sítios arqueológicos se tornaram raros e pouco povoados, os objetos se tornaram escassos, a tecnologia regrediu. No planalto da Anatólia, o grande Império Hitita ruiu; nas margens do Nilo, os faraós enfrentaram uma invasão de povos no delta do Nilo que denominaram de 'povos do mar'; a unidade política sobre o Nilo foi abalada por gerações; no Levante, os filisteus ocuparam a atual Palestina; algumas das mais antigas cidades fenícias foram também destruídas; por fim, os grandes reinos da Mesopotâmia (Mitani, Assíria, Babilônia) sofreram grandes abalos. Quais as causas desse colapso? Nenhum historiador sabe ao certo. Há várias hipóteses: grandes migrações populacionais, alterações climáticas, eventos extremos, revoltas na periferia, falta de matérias-primas essenciais como estanho, sem o qual não se produzia o bronze. Não há consensos, nem procuraremos respostas aqui. Provavelmente, não há uma única causa (Guarinello, 2018, p. 56-57).

A narrativa “apocalíptica” somada ao mistério quanto ao que teria causado tamanho abalo no Mediterrâneo Oriental me deixou extremamente interessada em saber mais sobre o assunto, despertando a minha antiga curiosidade. Acabei tratando do tema no meu Trabalho de Conclusão do Curso, onde avaliei se/como a História Global poderia nos ajudar a tentar compreender esses acontecimentos.

Porém, como não consegui me aprofundar de forma satisfatória na temática, tendo em vista a limitação da formatação, entre outras questões ligadas à modalidade EAD, sentia que havia muito mais a investigar e decidi que continuaria a estudar esse tema no mestrado. Dessa forma, em 2022 tentei a seleção para pós-graduação na UFPE, sendo aprovada como bolsista CAPES.

A minha primeira reunião com o Prof. Dr. Renato Pinto se mostrou imprescindível, tanto para o desenvolvimento da pesquisa, quanto para meu próprio. Com paciência, gentileza e perspicácia, Renato me explicou alguns problemas com relação ao escopo do meu projeto e como poderíamos tentar resolvê-los, ele me incentivou e apoiou mesmo com o tema não estando diretamente relacionado com sua especialidade, dando-me conselhos valiosos ao longo do caminho.

O primeiro passo que fizemos foi o de recortar a temática, tornando-a mais objetiva e passível de ser trabalhada no espaço de tempo disponível no mestrado. Para tal, optei por tratar sobre as possíveis identidades dos Povos do Mar, uma

questão que continua sendo uma das mais debatidas quanto ao fim da Idade do Bronze (Cline, 2023). Com esse objetivo definido o professor Renato me recomendou trabalhar com os estudos étnicos, buscando nas fontes textuais e arqueológicas indícios das identidades étnicas dos Povos do Mar.

### **Breve contexto histórico**

Os Povos do Mar aparecem nas fontes textuais em um período específico e em uma região particular: o Mediterrâneo Oriental no fim da Idade do Bronze Tardia, principalmente em torno dos séculos XIII e XII AEC – com algumas fontes anteriores e posteriores a esse período.

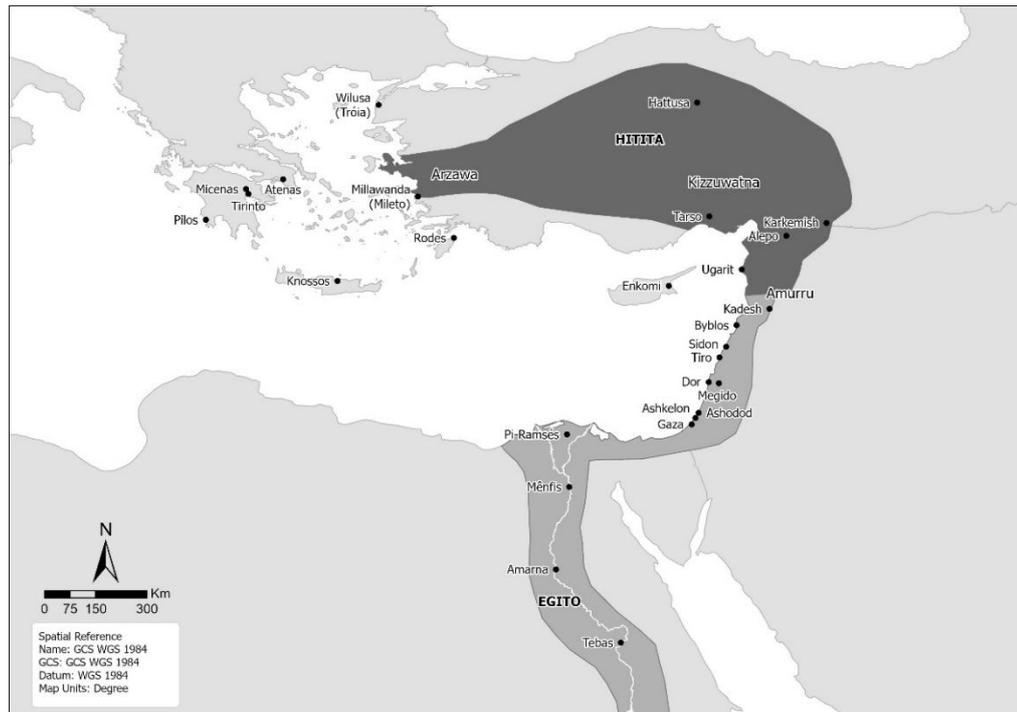
Durante a Idade do Bronze Tardia<sup>2</sup> o Mediterrâneo Oriental era uma região rica e pulsante, onde diversas populações interagiam de múltiplas formas: seja pelo comércio e pelas trocas, ou pela guerra e pelos acordos diplomáticos. Cline (2023, p. 196) chega a considerar a região como “um sistema mundial cosmopolita e globalizado de um tipo raramente visto até nossos dias”, na perspectiva do autor o Mediterrâneo Oriental englobaria inclusive a Mesopotâmia.

Entretanto, como o recorte dessa pesquisa é baseado nos Povos do Mar, deixarei a Mesopotâmia de lado, pois não há indícios da atividade dessas populações na região. Dessa forma, poderíamos considerar – arbitrariamente – que a extensão do Mediterrâneo Oriental ia desde a Grécia e o Egeu até o leste da Anatólia, e dela até o Egito. Ou seja, acaba por abarcar diversas populações e sociedades de uma só vez, o mapa abaixo destaca alguns dos principais assentamentos e reinos da região durante o fim da Idade do Bronze Tardia.

---

<sup>2</sup> Período entre os séculos XV e XII AEC (Cline, 2023).

**Mapa 1 - Mediterrâneo Oriental no fim da Idade do Bronze Tardia**



Fonte: Arquivo pessoal da autora<sup>3</sup> (2024).

O norte do Mediterrâneo Oriental era composto, em uma divisão simplista e arbitrária, em três microrregiões: o Egeu, a Anatólia e Chipre. No Egeu temos a esfera de influência micênica, que ia desde a Grécia Continental até a costa oeste da Anatólia, passando pelas ilhas cicládicas e Creta. Já na Anatólia temos diversos reinos, sendo que a maior força política era o Império Hitita, que ficava principalmente na região central – e que em seu período de máxima expansão tinha como esfera de influência os reinos de Kizzuwatna, Karkemish, Ugarit (que ficavam no norte da Síria), e o reino – ou confederação de reinos – de Arzawa, que possuía uma relação complexa com o Império Hitita. No noroeste da Anatólia existia a cidade/reino de Wilusa (Tróia), que também era influenciada pelos hititas, mas indiretamente na maior parte do tempo. Por fim, Chipre/Alashya era um reino importante, que ficava no centro das rotas comerciais marítimas que ligavam o Levante ao Egeu, passando pela costa sul da Anatólia.

<sup>3</sup> Esse mapa foi elaborado para essa dissertação pelo geógrafo e geoprocessador Pedro Feitosa, com base de informações em Cline (2023), Suano (2003) e Van de Mierop (2020).

O Levante era uma região de pequenos reinos, com exceção do já citado Ugarit e o reino de Amurru, que também ficava na Síria. Durante o a Idade do Bronze Tardia o sul da região estava sob o domínio egípcio, algumas das suas principais cidades eram Ashdod, Ashekelon, Byblos, Dor, Gaza, Megido, entre outras.

Por sua vez, o sul da região era dominado pela esfera política do Egito, e apesar da Núbia e da Líbia também serem importantes membros desse sistema mediterrânico, o Egito continuava a ser o maior destaque no sul do Mediterrâneo Oriental.

Um ponto que desperta o interesse de diversos estudiosos é que todas essas regiões se viram abaladas entre os séculos XIII e XII AEC, principalmente durante o final desse período. Diversos assentamentos foram destruídos ou abandonados, o Império Hitita parece ter colapsado, a zona de influência micênica desapareceu, enquanto a egípcia diminuiu consideravelmente. O comércio a longa distância se viu fortemente afetado e acordos internacionais parecem ter desaparecido junto com o sistema palaciano. É justamente no meio desse aparente caos que há um aumento de referências aos Povos do Mar nas fontes antigas.

### **Crítica historiográfica**

O termo “Povos do Mar” nunca foi usado pelos egípcios – ou por nenhuma outra sociedade contemporânea a eles – para se referir ao conjunto de povos com os quais interagiram no decorrer da XIX<sup>a</sup> e XX<sup>a</sup> dinastia, mas foi cunhado pelo egiptólogo e filólogo Emmanuel de Rougé em meados do século XIX. Isso ocorreu devido à associação, feita a partir das fontes egípcias, de que alguns dos povos – se não todos – viriam de “ilhas no meio do mar”. No entanto, o estudo sobre quem seriam os Povos do Mar começa algumas décadas antes, com o também egiptólogo e filólogo Jean-François Champollion – quem primeiro decifrou os hieróglifos – ao propor, na sua *Grammaire égyptienne* (publicada postumamente em 1836), que os peleset poderiam ser os filisteus bíblicos (Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011, p. 35).

Apesar da primeira correlação ter sido feita por Champollion, foi Emmanuel de Rougé – e posteriormente seu pupilo Gaston Maspero – quem continuou buscando conectar os etnônimos encontrados em Medinet Habu, e na Grande Inscrição de Karnak, com os povos já conhecidos no Mediterrâneo durante a Idade do Bronze

Tardia. Enquanto Rougé via a possibilidade dos Povos do Mar poderem provir de áreas diversas de todo o Mediterrâneo, Maspero acreditava que as pátrias originais não poderiam estar fora do Mediterrâneo Oriental, mais precisamente da Anatólia Ocidental e da região do Egeu (Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011, p. 35).

No entanto, a tese de Maspero acaba sendo confrontada pelas fontes hititas que, apesar de citarem alguns dos etnônimos dos Povos do Mar (como é o caso dos lukka e dos eqwesh), demonstram que não conheciam os tjekker ou os shekelesh, como podemos ver em uma carta<sup>4</sup> enviada pelo rei hitita ao rei de Ugarit. No documento é pedida a extradição de um homem que teria sido prisioneiro dos sikala<sup>5</sup>, que viveriam em navios, para que o rei hitita pudesse interrogá-lo sobre esse povo. Ou seja, é perceptível uma preocupação do rei hitita em obter informações sobre os sikala, o que me leva a crer que os hititas (ou pelo menos o rei e sua corte) não os conhecia, tornando difícil que viessem da Anatólia Ocidental, do Egeu, de Chipre ou do Norte do Levante, regiões com as quais os hititas interagiam amplamente.

Apesar disso, também é preciso ter cuidado com simplificações excessivas, já que a ausência de outros etnônimos nessas fontes não significa – especificamente – que os hititas não conheceriam as outras populações que compunham os Povos do Mar, precisamos levar em consideração que as fontes existentes hoje são apenas uma parte daquelas que devem ter existido e que, por um motivo ou outro, não foram preservadas ou ainda não foram descobertas/decifradas.

Voltando ao que tornou os Povos do Mar famosos, para historiadores e arqueólogos, temos o conjunto de inscrições e relevos no templo funerário de Medinet Habu<sup>6</sup> que narram dois conflitos entre Ramsés III (1184-1153 AEC) e um conjunto de povos “misteriosos” no quinto e oitavo ano do seu reinado. A inscrição mais famosa relativa a esses conflitos é a que narra a batalha do oitavo ano em que<sup>7</sup>:

Os países estrangeiros fizeram uma conspiração em suas ilhas. De repente, as terras foram removidas e espalhadas na briga. Nenhuma terra poderia estar diante de seus braços, de Hatti, Kode, Karkemish, Arzawa e Alashiya em diante, sendo cortada [de uma vez]. Um acampamento [foi montado] em um lugar em Amor. Eles desolaram seu povo, e sua terra era como aquela que nunca existiu. Eles estavam avançando em direção ao Egito, enquanto a

---

<sup>4</sup> Ras Shamra 34.129, discutiremos essa fonte com mais detalhes no 3º Capítulo.

<sup>5</sup> Que poderiam ser os tjekker ou os shekelesh (Adams; Cohen, 2013).

<sup>6</sup> Localizado na margem oeste do Nilo na atual cidade de Luxor.

<sup>7</sup> Há outra versão para a tradução dessa inscrição, como veremos na subseção 2.2. No entanto, a tradução padrão é a baseada em SAOC 12, exatamente a que Cline e O'Connor (2003) utilizam.

chama era preparada diante deles. Sua confederação era os filisteus, tjekeru, shekelesh, denye(n) e weshesh, terras unidas. Eles colocaram suas mãos sobre as terras até o circuito da terra, seus corações confiantes: 'Nossos planos terão sucesso!' (Cline; O'Connor. 2003, p. 136, tradução nossa).

Cline e O'Connor (2003, p. 109) apontam que essa passagem – com menos de três colunas de texto verticais em hieróglifos – gerou uma imensa quantidade de literatura acadêmica desde 1844. Se interpretarmos essa fonte de forma literal, teremos uma narrativa dramática sobre o fim da Idade do Bronze Tardia no Mediterrâneo Oriental, onde os Povos do Mar seriam os responsáveis pela destruição de diversas sociedades, reinos e cidades ao longo – do que parece ser – uma rota específica que começaria na Anatólia (Hatti; Kode; Karkemish; Arzawa), seguindo para Chipre (Alashiya), para a costa Síria (Amurru), e descendo pela costa Levantina, até chegar ao Egito. Segundo essa visão, teriam sido os Povos do Mar que causaram o colapso da Idade do Bronze.

Entretanto, Cline e O'Connor (2003, p. 107) questionam que apesar do impacto que os Povos do Mar parecem ter causado em c. 1200 AEC, continua sendo difícil identificá-los no registro arqueológico. A impressão que nos fica é que eles surgiram do nada, causaram caos em todo Mediterrâneo Oriental, e desapareceram quase que abruptamente, com algumas poucas possíveis exceções. Deixando-nos assim com o mistério de quem seriam, de onde vieram e para onde foram.

Ao longo dos quase 190 anos de estudos voltados para esse mistério, historiadores e arqueólogos trataram o problema de formas diferentes de acordo com suas correntes teóricas. Bargueño, *et al.* (2013) traz uma discussão sobre as três principais abordagens que se debruçaram sobre o tema: a dos positivistas; dos arqueólogos processuais; e dos arqueólogos pós-processuais.

Com uma perspectiva positivista autores como Karageorghis (2000) e Mederos (2007) trabalharam, quase exclusivamente, com as fontes textuais ligadas aos Povos do Mar (principalmente com as egípcias), tratando-as como fatos inquestionáveis. Viam com unanimidade a questão da migração massiva dos Povos do Mar, realizada por meio de uma invasão violenta, que teria levado à destruição e caos ao Mediterrâneo Oriental. Além disso, Bargueño, *et al.* (2013, p. 4-5) destaca que a maior parte dos positivistas acreditavam que todos os etnônimos citados corresponderiam a povos do Egeu, especificamente aos micênicos, isso se devia principalmente à

descoberta de cerâmicas produzidas localmente com estilo micênico ao longo da costa sírio-levantina (região em que alguns dos Povos do Mar teriam se assentado), a possível rota que eles teriam seguido em sua onda migratória, e pela possível semelhança de alguns dos etnônimos com nomes de povos citados por Homero na *Iliada* (Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011).

Toda a questão sobre se os Povos do Mar seriam compostos inteiramente de micênicos<sup>8</sup> ou não, é um debate amplo que irei avaliar ao longo da dissertação, ao analisar as fontes relativas a cada um dos etnônimos em si. Mas é possível adiantar que, como no caso dos hititas e dos sikala, e pelas evidências arqueológicas que podemos identificar como estando ligadas aos Povos do Mar<sup>9</sup>, é muito arriscado colocar todos os etnônimos como ligados ao Egeu, o mais provável é que alguns deles sejam dessa região, enquanto outros tenham vindo de outras localidades, como da Anatólia e do Mediterrâneo Central.

No caso dos arqueólogos processuais, como Betancourt (2000), Dothan (1982) e Finkestein (2017), Bargueño, *et al.* (2013, p. 19-21) comenta que eles pararam de discutir sobre de onde vieram os Povos do Mar, e passaram a avaliar de que forma teriam causado o colapso de diversas sociedades no Mediterrâneo Oriental. Para esses arqueólogos, compreender os processos que levaram ao colapso, considerando a complexidade socioeconômica de cada sociedade, interessava mais como tema de pesquisa do que as possíveis origens dos Povos do Mar. Porém é perceptível que eles continuavam considerando as fontes egípcias como guias para os acontecimentos do século XII AEC.

Por sua vez, os pós-processualistas, como Artzy (2013, 2021), Bauer (2014) e Sherrat (2013), passaram a considerar exagerada a visão de que os Povos do Mar teriam causado o colapso da Idade do Bronze de forma tão arrasadora e violenta. Começaram a questionar as fontes egípcias e considerar o movimento dos Povos do Mar por uma perspectiva pós-colonial, observando também a criação e desenvolvimento de identidades étnicas, através da hibridização, entre as populações

---

<sup>8</sup> Ou, colocando de forma mais objetiva, de pessoas provenientes do Egeu.

<sup>9</sup> A partir da análise dos elementos (armamento, vestuário, adereços) que compõem as representações dos Povos do Mar na iconografia egípcia.

do Mediterrâneo Oriental ao longo da transição entre o Bronze Tardio e o Ferro Inicial (Bargueño *et al.* 2013, p. 27-30).

Mesmo com essa mudança de foco, a questão quanto às origens e/ou destinos dos Povos do Mar ainda é bastante discutida (Ben-Dor Evian, 2014; D'Amato; Salimbeti, 2015; Emanuel, 2021; Kopanias, 2017; Matic; Frankovic, 2020; Matic, 2023; entre outros). No entanto, esse não é o único tema que tem influenciado as pesquisas quanto aos Povos do Mar nas últimas décadas, Reinhard Jung (2017, p.1) aponta alguns outros tópicos que também têm sido bastante abordados, como é o caso da compreensão quanto ao fenômeno social e histórico dos Povos do Mar; o real impacto que as ações dos Povos do Mar tiveram nas sociedades do Mediterrâneo Oriental durante a transição do Bronze para o Ferro; e, qual teria sido o papel que as diferentes regiões mediterrânicas tiveram no início ou no fim das atividades dos Povos do Mar.

É interessante observar que mesmo chegando a quase 190 anos de pesquisa sobre os Povos do Mar ainda temos muito a debater sobre eles, principalmente quanto a quem seriam e a seu impacto nos acontecimentos do Bronze Tardio. Para Jung (2017, p. 32) o fascínio que filólogos, historiadores e arqueólogos possuem com o tema se deve principalmente a dois motivos: primeiramente porque os Povos do Mar representam um dos poucos tópicos em que a pré-história e a história se encontram, já que mesmo que algumas regiões não possuam documentos escritos, as regiões vizinhas possuem, o que gera um diálogo multidisciplinar entre historiadores, filólogos e arqueólogos para lidar com as lacunas existentes; lacunas que representam a segunda razão para o fascínio exercido pelos Povos do Mar, pois elas nos desafiam a complementar o conhecimento de uma região com a de outra, de um tipo de fonte com outro tipo, o que acaba trazendo certas dificuldades metodológicas com as quais o pesquisador tem que lidar.

Os próprios etnônimos representam um desafio. Por exemplo, Cline e O'Connor (2003, p. 109) apontam que apesar das fontes egípcias nos fornecerem nove etnônimos, os quais hoje agrupamos no termo Povos do Mar, a sua escrita se dá apenas através de consoantes, enquanto a escrita cuneiforme – usada na diplomacia internacional em todo Mediterrâneo Oriental<sup>10</sup> – era silábica, ou seja, isso cria uma

---

<sup>10</sup> O acadiano era o idioma usado na troca de cartas entre as elites, durante o fim da Idade do Bronze Tardia, em tratados políticos internacionais, em contratos comerciais, entre outros (Van De Mieroop, 2007; 2020).

variação que dificulta ter certeza se um nome presente em uma fonte egípcia corresponde a um nome representado na escrita acadiana.

A tentativa de reconstruir as vogais entre as consoantes na escrita egípcia acaba criando outro problema, agora ligado à historiografia, pois não parece haver uma unanimidade quanto à escrita dos etnônimos dos Povos do Mar. Por exemplo, os *sherden* podem aparecer como *shardana*, ou os *teresh* como *tursha*, e não fica claro o porquê de determinado pesquisador preferir uma versão em detrimento de outra. Isso acaba confundindo pesquisadores iniciantes, fazendo com que primeiro precisem se acostumar com o imenso número de variações na nomenclatura desses etnônimos.

A possível reconstrução do valor fonético (e as possíveis vogais) de palavras egípcias é viável por meio da comparação entre a escrita hieroglífica e a acadiana, principalmente por meio das cartas de Amarna, já que durante o final da Idade do Bronze Tardia o número de documentos relativos às relações políticas entre o Egito e seus vizinhos do Oriente Próximo é extenso. Além disso, como alguns dos etnônimos dos Povos do Mar aparecem em documentações diversas entre Chipre, Anatólia e Levante, é possível propor os sons corretos na transcrição das vogais.

Tendo essas informações em mente, optei por construir um quadro que apresentasse uma síntese das variações existentes nas bibliografias que trabalham com o tema, e com as quais me deparei, assim como para especificar qual versão será utilizada ao longo desta pesquisa<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A escolha da versão dos etnônimos utilizados nesta pesquisa se deu por representar, com maior consistência, o padrão mais comum empregado nas bibliografias dos últimos 25 anos.

**Quadro 1 - Etnônimos dos Povos do Mar e suas variações<sup>12</sup>**

<b>Número</b>	<b>Versão dos Etnônimos utilizada nesta pesquisa</b>	<b>Variações que podem ser encontradas em outras bibliografias</b>
1	sherden	shardana
2	shekelesh	-
3	eqwesh	ekwesh; eqwosh; akawasha; aqaiwasha
4	lukka	lukki; luku
5	teresh	tursha; taruisha; turesh; terusha
6	peleset	-
7	tjekker	tjekru; tjeker; tjekeru
8	denyen	danuna
9	weshesh	washosh

Fonte: Composição da autora (2024)

Nos últimos anos houve um renovado interesse nos estudos voltados aos Povos do Mar<sup>13</sup>, sejam com novas traduções para fontes já conhecidas (Ben-Dor Evian, 2014; Redford, 2018), por meio de conferências sobre o tema (Fischer; Bürge, 2017) ou pela publicação de diversos novos artigos (Artzy, 2021; Largacha, 2022; Matic, 2020, 2022; Van De Moortel, 2020) e até mesmo com o surgimento de possíveis novas fontes textuais e de cultura material (Jung, 2018; Giannopoulos, 2022; Popko, 2016). No entanto, apesar do número de produções sobre o tema, apenas em um único caso os Povos do Mar foram abordados por meio de uma perspectiva étnica (Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011).

A pouca atenção dada a essa questão é problemática quando pensamos em como trabalhos históricos e arqueológicos costumam ser usados “na construção e legitimação de identidades culturais coletivas” (Jones, 1997, p. 1, tradução nossa) e, dessa forma, são continuamente apropriados por diversos segmentos da sociedade

<sup>12</sup> Este quadro foi feito como uma adaptação do utilizado por Van Binsbergen e Woudhuizen (2011, p. 36) e Woudhuizen (2018-2019).

<sup>13</sup> Para Uros Matic (2022, p. 73) isso se deve a um, também renovado, aumento de interesse quanto às migrações antigas – provavelmente como reflexo das atuais migrações mediterrânicas.

em suas lutas políticas. Sendo utilizados até mesmo em políticas estatais que visam a criação – ou o fortalecimento – de identidades nacionais que se baseiem em supostas noções de identidades antigas.

No caso dos Povos do Mar posso citar como exemplo o que ocorre em Chipre e, de forma ainda mais particular e delicada, na questão entre a Palestina e Israel. O interesse desses Estados quanto aos Povos do Mar advém da perspectiva de que parte de suas próprias identidades étnicas nacionais estariam relacionadas à dessas populações.

Em Chipre, partidos nacionalistas pró-gregos<sup>14</sup> defendem que a cultura cipriota – e sua população – possuem suas bases no Egeu, e não no Levante. Parte do seu argumento se baseia em uma possível relação entre a formação cultural cipriota e a chegada dos Povos do Mar na ilha, vindos do Egeu<sup>15</sup>, durante a Idade do Bronze Tardia<sup>16</sup>. O que, segundo essa perspectiva, faria da atual população de Chipre – primariamente – descendente dos gregos (Bargueño *et al.*, 2013, p. 36)<sup>17</sup>.

Já o caso de Palestina-Israel é um assunto ainda mais delicado, principalmente considerando a atual guerra (iniciada em outubro de 2023). Parte da justificativa da complexa animosidade existente viria da suposta herança de um conflito mais antigo, entre os Filisteus<sup>18</sup> e o reino de Judá (Bargueño *et al.*, 2013, p. 36), ou seja, o estudo sobre os Povos do Mar, e seu possível assentamento na região, possui impacto sobre o debate quanto a quem teria o direito sobre esse território, levando a diversas pesquisas sobre o tema (Ben-Dor Evian, 2017; Faust; Lev-Tov, 2011; Feldman *et al.*, 2019; Maeir; Hitchcock, 2013; Yasur-Landau, 2010).

Nesse sentido, pesquisar as origens dos Povos do Mar por meio de uma abordagem étnica justifica-se pelo crescente interesse tanto nos processos de migração antigos e modernos – junto com seus impactos sociais, políticos e econômicos – quanto pelo cuidado que se deve tomar com o interesse dos Estados e

---

<sup>14</sup> Elam, é um partido político de extrema-direita e ultranacionalista grego, eles defendem a superioridade da cultura e do Estado Grego.

<sup>15</sup> O principal autor dessa teoria é Vassos Karageorghis (1969, 1982).

<sup>16</sup> Essa teoria ainda é defendida, pelo menos, quanto à origem de alguns dos grupos que compõem os Povos do Mar (Cline; O'Connor, 2003; D'Amato; Salimbeti, 2015; Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011).

<sup>17</sup> Contra a perspectiva de uma influência puramente grega em Chipre ver: Iacovou (2021).

<sup>18</sup> O atual consenso dita que os peleset (um dos etnônimos que compõe os Povos do Mar) seriam na verdade os filisteus, tendo se assentado na região sul do Levante depois da batalha contra Ramsés III (Ben-Dor Evian, 2014; Yasur-Landau, 2010).

(da sociedade como um todo) em se apropriar do passado para construir e negociar identidades nacionais e coletivas, afinal “cada geração reescreve a história” (Siapakas, 2014, p. 66, tradução nossa).

Nesse sentido, segue a minha problemática: **É possível identificar os Povos do Mar por meio de uma abordagem étnica?** Essa pergunta nasce justamente da ausência, na maior parte da bibliografia sobre o tema, da aplicação de uma abordagem étnica que ajude a evitar armadilhas histórico-culturais e positivistas.

Para responder à questão defini os seguintes objetivos: a) Determinar formas de se estudar os Povos do Mar por meio de uma abordagem étnica; b) Avaliar a iconografia dos Povos do Mar em Medinet Habu, buscando características que sirvam de indícios sobre as suas identidades étnicas; c) (Re)analisar as fontes textuais e arqueológicas vinculadas aos Povos do Mar de modo a sugerir suas possíveis regiões de origem.

### **Disposições preliminares**

Ao propor trabalhar com uma abordagem étnica é preciso definir alguns dos seus conceitos centrais como o de identidade e o de grupo étnico, termos que serão recorrentes ao longo dessa dissertação.

Para Sîan Jones (1997, xiii, tradução nossa) a identidade étnica se baseia na “autoconceptualização de uma pessoa que resulta da identificação com um grupo mais amplo em oposição a outros com base na diferenciação cultural percebida e/ou descendência comum”, ou seja, o indivíduo precisa se identificar como parte de um grupo maior. É importante destacar que apesar dessa percepção normalmente ser socialmente construída, ela também parte de um certo grau de subjetividade individual, o que pode tornar a identidade potencialmente caleidoscópica e situacional (Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011).

Com isso, a identidade pode ser algo difícil de precisar, mas a definição acima nos dá um ponto de ancoragem, ao dizer que a autoidentificação é dada com base na cultura e/ou em uma suposta descendência comum do indivíduo com um grupo específico (em detrimento de outros) – somos colocados diante de uma situação dialética do nós *versus* eles (Jones, 1997; Mac Sweeney, 2009). Não basta a

autopercepção puramente, nós também precisamos ser percebidos como membros de determinado grupo.

A identidade étnica também pode ser compreendida por meio da diferenciação com outros tipos de identidade social (como a de gênero e a de classe), principalmente pela forma como é definida e pelo tipo de organização que constitui. Enquanto a identidade de gênero se baseia (entre outras questões) na construção histórica e social da diferenciação sexual e nas relações de poder desenvolvidas entre os diversos tipos de gênero (Pinto, 2016); e a de classe se baseia principalmente no acesso desigual a recursos econômicos, e em múltiplas questões que se desenvolvem a partir deste ponto; a étnica parte da semelhança e diferença do *habitus* das pessoas (Jones, 1997) – do comportamento cultural desenvolvido socialmente – e de uma possível descendência em comum (real ou imaginada) percebida tanto pelo indivíduo quanto pelas pessoas ao seu redor.

Essa percepção normalmente se dá por uma série de fatores geralmente objetificados em conjunto, como “características culturais, linguísticas, religiosas, históricas e/ou físicas” (Jones, 1997, p. 84, tradução nossa), sendo justamente a união das pessoas que identificam tal semelhança entre si (e distinção para com outras pessoas, não podemos nos esquecer dessa dialética) que forma o que chamamos de um grupo étnico.

Para o antropólogo Win van Binsbergen (2011) podemos classificar um grupo étnico como constituído de indivíduos que: (1) inicialmente possuem uma filiação derivada de um direito de nascimento; (2) possuem consciente e explicitamente referências culturais específicas que as diferenciam de outros grupos; e (3) possuem uma consciência histórica compartilhada.

Outro ponto que precisa ser destacado quanto aos grupos étnicos é que a “filiação individual é derivada **principalmente** de um direito de nascimento (atribuição)” (Van Binsbergen, 2011, p. 33, tradução nossa, grifo nosso), o destaque na palavra dá-se, pois, uma pessoa pode mudar de grupo étnico ao longo da vida, geralmente na forma de casamento, adoção, migração com aquisição de uma nova identidade étnica, e até mesmo (em alguns casos) com a conversão religiosa. Pontos

esses que são comuns na atualidade, mas que também parecem ter ocorrido na Antiguidade<sup>19</sup> e por isso merecem nossa atenção.

Nesse sentido, grupos étnicos não são a-históricos, muito pelo contrário, eles são atores sociais que se articulam com questões políticas, econômicas, e sociais de um determinado contexto histórico. De modo que, qualquer relação entre dois ou mais grupos étnicos é desigual e tende a ter uma noção de hierarquia e subordinação associada (Jones, 1997; McInerney, 2014; Siapkas, 2014). Como apontado por Thomas Hall (2014) não podemos desvincular um grupo étnico de sua realidade, para estudá-lo – e as suas relações com outros grupos – precisamos ter uma compreensão do contexto histórico do período em questão.

A possibilidade de tratar de grupos étnicos na Antiguidade, apesar de seus estudos terem surgido ao longo do século XX e XXI e muitas vezes estarem atrelados a questões contemporâneas, advém deles poderem ser estudados em outros períodos como uma forma de organização social. Afinal, os grupos étnicos não são “unidades portadoras de cultura com limites territoriais ordenados empacotados no presente, nem é provável que tenham sido no passado” (Jones, 1997, p. 104, tradução nossa).

### **Os Povos do Mar e suas fontes**

Estudar a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro pode ser considerado um desafio devido à escassez de documentos escritos em algumas regiões, fazendo com que tenhamos que trabalhar com outros tipos de fontes, como registros epigráficos (muitas vezes fragmentados ou de natureza propagandística) e com vestígios arqueológicos, além dos poucos documentos escritos do período (em sua maioria egípcios, hititas e ugaríticos) de caráter comercial ou diplomático. Dessa forma, tratar dos Povos do Mar significa trabalhar tanto com fontes escritas como iconográficas e arqueológicas.

---

<sup>19</sup> É o caso das esposas estrangeiras dos faraós egípcios, que eram representadas como egípcias na iconografia e que tinham seus enterramentos também seguindo o modelo egípcio (Matic, 2020).

Os documentos escritos mais conhecidos são os egípcios, muito embora possamos encontrar referências aos etnônimos em outros locais do Mediterrâneo Oriental<sup>20</sup>, como podemos ver em Adams e Cohen (2013) - a melhor síntese feita até o momento desse tipo de fonte. Os autores realizaram um compilado excepcional de diversos documentos que citavam os Povos do Mar, separando-os por etnônimo e região, além de trazer um pequeno resumo sobre o assunto tratado em cada fonte, o que tornou o trabalho deles essencial para aqueles que estudam o tema.

No entanto, apesar da aparente riqueza de fontes documentais citando os Povos do Mar, Jung (2017, p. 24) aponta que apenas três etnônimos – lukka, eqwesh e denyen – possuem informações que podem apontar para sua possível região de origem, sendo que apenas o caso dos lukka pode ser considerado realmente confiável, seguido – talvez – pelos eqwesh. Já quanto aos outros seis etnônimos, Jung (2017, p. 24) destaca que não seria possível definir suas origens partindo apenas das fontes escritas.

Com isso, os vestígios arqueológicos tornam-se necessários como parte do corpus de fontes na investigação sobre a identidade étnica para a maioria dos Povos do Mar, além de poder ajudar no debate daqueles que não se há plena confiança das origens (os eqwesh e os denyen). Porém, o maior problema quanto a esse tipo de fonte está – inicialmente – na falta de certeza se podemos vinculá-las diretamente aos Povos do Mar, pois além de não sabermos quem eles são, também não sabemos quais seriam as características específicas de sua cultura material.

Para contornar esse problema, é preciso definir que elementos da cultura material podem ser representantes dessas populações, de modo a podermos investigar sua distribuição ao longo do Mediterrâneo<sup>21</sup>. A melhor forma de se identificar esses elementos é analisando a iconografia diretamente vinculada aos Povos do Mar<sup>22</sup> e comparando-a com representações contemporâneas de diferentes regiões, buscando – assim – identificar um padrão que reforce quais seriam os objetos-chaves para o estudo da identidade dessas populações.

---

<sup>20</sup> Como alguns textos cipriotas, ugaríticos, hititas e de outros pontos do Levante (Adams; Cohen, 2013).

<sup>21</sup> Tomando o devido cuidado para evitar as armadilhas da abordagem histórico-cultural (Jones, 1997; Matic, 2020).

<sup>22</sup> Como é o caso da série de relevos em Medinet Habu que narram um conflito de Ramsés III com cinco das nove populações que compõem os Povos do Mar.

Não podemos negligenciar os desafios de se trabalhar com diferentes tipos de fontes, considerando que cada uma possui suas especificidades metodológicas. No caso das fontes escritas, seja um documento diplomático ou um registo epigráfico, além de lidar com as particularidades do texto em si (como gênero, produção, contexto, entre outras) ainda temos de considerar que foram escritas a partir de um ponto de vista particular e politicamente posicionado, assim como também procedem de culturas diferentes, com métodos e interesses distintos de registrar a informação.

Já se tratando das fontes de cultura material, Funari (2008) destaca que quando trabalhamos com sociedades sem escrita – que, por ora<sup>23</sup>, é o caso dos Povos do Mar – devemos antes buscar o que se registrou sobre elas, ponto que sabemos existir com relação aos Povos do Mar (Adams; Cohen, 2013). O estudo desses registros deve, então, ser “aliado à análise de indícios materiais encontrados” (Funari, 2008, p. 97), exatamente como diversos pesquisadores têm feito (Artzy, 2021; Ben-Dor Evian, 2014; D’Amato; Salimbeti, 2015; Emanuel, 2013, 2021; Jung; Mehofer, 2008, 2013; Jung, 2009, 2017; entre outros), como contraponto das fontes escritas, buscando não apenas corroborações, mas também contradições. Esse é um passo importante, pois as fontes escritas da Antiguidade normalmente refletem apenas a visão de uma parcela da sociedade: as elites (Van De Mieroop, 2007, 2020; Funari, 2008).

Com isso, acredito que é importante destacar que as fontes arqueológicas e textuais selecionadas e discutidas nesta pesquisa fazem parte do estudo de inúmeros autores, no entanto não reproduzo simplesmente a interpretação particular de cada pesquisador, mas parto também da minha própria análise com o objetivo de depois, por meio de uma perspectiva étnica, tentar determinar a identidade dos Povos do Mar.

### **Contextualização da dissertação**

Tendo em vista todas as questões tratadas até o momento, e os objetivos propostos, optei por dividir a dissertação em quatro capítulos. O primeiro é voltado para a forma de se trabalhar com os Povos do Mar por meio de uma abordagem étnica, que utiliza tanto de fontes textuais como de cultura material. Além disso, é

---

<sup>23</sup> Até o atual momento não se descobriu nenhum documento escrito vinculado diretamente a algum dos etnônimos dos Povos do Mar, porém como não sabemos quem de fato eles eram não podemos afirmar convictamente sua inexistência.

realizada uma importante contextualização do Mediterrâneo Oriental durante o fim da Idade do Bronze Tardia, de modo a ajudar a compreender onde essas populações estão inseridas. Por fim, também é analisado se os Povos do Mar eram grupos étnicos e não outro tipo de grupo social.

A partir desse ponto, o segundo, terceiro e quarto capítulo tratam da análise das fontes ligadas aos Povos do Mar. Em um primeiro momento (segundo capítulo) os Povos do Mar serão analisados por meio da sua principal fonte conhecida: os relevos e inscrições de Medinet Habu (templo funerário de Ramsés III). O principal objetivo do capítulo em questão é identificar as características distintivas dessas populações no corpus iconográfico egípcio, para mais adiante poder comparar com representações contemporâneas de outros pontos do Mediterrâneo.

O terceiro capítulo, por sua vez, é um inventário de todas as fontes textuais que citam os etnônimos dos Povos do Mar, onde serão discutidos seus possíveis significados e levantadas sugestões quanto às origens geográficas desses etnônimos.

No quarto capítulo passo a analisar a distribuição, ao longo do Mediterrâneo, dos vestígios de cultura material, trazendo representações que possam estar ligadas aos Povos do Mar, com o objetivo de também levantar sugestões quanto a suas origens. É importante destacar que a identificação e escolha dessas representações se dará a partir do que podemos constatar como elementos definidores dos Povos do Mar nos relevos de Medinet Habu.

Nesse sentido, nas considerações finais, com a análise de todo o corpus de fontes discutido até o momento, em conjunto com os pressupostos da abordagem étnica utilizada, proporei as possíveis identidades étnicas e/ou locais de origem dos Povos do Mar.

## 1º Capítulo – Estudos étnicos e os Povos do Mar

Quando tratamos do fim da Idade do Bronze Tardia um dos temas mais explorados é como, apesar da rica interconexão existente até c. 1200 AEC, a maioria das sociedades do Mediterrâneo Oriental entraram em declínio mais ou menos simultaneamente. Os indícios de como diversos assentamentos foram abandonados e/ou destruídos; de como a escrita desapareceu em algumas regiões, assim como aconteceu com a maioria dos acordos internacionais diplomáticos ou comerciais; o próprio sistema palaciano também parece ter declinado como um todo; assim como diversos outros retrocessos aparentes em toda a região são pontuados e estudados (Cline, 2023; Guarinello, 2018; Van de Mieroop, 2007; Suano, 2003)<sup>24</sup>.

Apesar de não haver um consenso quanto às possíveis causas que levaram ao colapso da Idade do Bronze algumas das principais hipóteses são: uma possível seca severa na região, que teria durado além do esperado e impactado diversas populações (Finkelstein; *et al.* 2017; Kaniewski, 2010, 2013, 2015; Weiber; Finné, 2018); uma série de rebeliões internas em diversos assentamentos da Anatólia, Egeu e Levante (Liverani, 2016; Van de Mieroop, 2005); um movimento migratório de povos estrangeiros, dentre os quais os Povos do Mar (Ben-Dor Evian 2018; Cline; O'Connor, 2003, 2012; Largacha, 2003, 2022); ou por uma conjunção de todos esses fatores potencializados pelo grau de interconexão entre essas sociedades (Cline, 2023; Van de Mieroop, 2007, 2020).

No entanto, mesmo com o debate contínuo, boa parte da historiografia coloca os Povos do Mar como os causadores, direta ou indiretamente, do colapso da Idade do Bronze (Cline; O'Connor, 2003, 2012; Largacha, 2003, 2022; Jung, 2017), principalmente por conta da interpretação corrente do relato de Ramsés III em Medinet Habu<sup>25</sup>. E apesar das fontes relativas a eles poderem, em alguns casos, serem encontradas desde c. 1800 AEC<sup>26</sup>, de fato há um aumento considerável de citações e referências a essas populações por volta do século XII AEC.

---

<sup>24</sup> No entanto, é importante frisar que também houve continuidades e desenvolvimentos em alguns pontos, como na ilha de Chipre ver: Van de Mieroop (2020).

<sup>25</sup> Já previamente comentada na Introdução e que voltará a ser analisada próximo capítulo.

<sup>26</sup> Como é o caso do Obelisco Abishemu, encontrado na cidade de Byblos e datando de c. 1800 AEC, onde temos uma inscrição em homenagem ao rei de Byblos (Abishemu) e a Kukun, que aparece sendo indicado como filho do lukka, segundo a análise de Albright (1959, p. 33).

No entanto, para além do impacto que os Povos do Mar possam ter tido durante a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, o debate sobre quem eles são é um dos mais proeminentes na historiografia quanto ao tema (Cline; O'Connor, 2003; Jung, 2017; Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011). É visando abordar essa questão que busco nos estudos étnicos, principalmente por meio da análise da cultura material em conjunto com fontes textuais, indícios sobre suas possíveis regiões de origem.

Com isso em mente, o presente capítulo propõe-se a analisar não apenas como as abordagens étnicas podem ser aplicadas à investigação quanto a identidade das populações que compõem os Povos do Mar, mas também a compreender um pouco do amplo contexto social e histórico no qual estavam inseridas, por fim também averiguo se há indícios de que eles poderiam ser entendidos como grupos étnicos.

### *1.1. Abordagens étnicas no caso dos Povos do Mar*

Os estudos étnicos começaram a se desenvolver a partir da segunda metade do século XX, período em que ocorreram diversos movimentos pelos direitos civis – quando grupos étnicos minoritários passaram a ter maior voz e ação política – e o início do processo de independência de antigas colônias, quando diversas novas nações passaram a se articular no desenvolvimento de identidades nacionais e étnicas (Jones, 1997; Siapkas, 2014).

No entanto, o interesse quanto a questão da diversidade humana é anterior a esse ponto e os conceitos usados nesses estudos não estavam estáticos ao longo do tempo, tendo seu próprio significado ou orientação mudando e sendo influenciados pelos acontecimentos e percepções dos períodos em que se desenvolveram. O próprio conceito de etnicidade – do qual provem o termo étnico que passou a ser aplicado a grupos que antes eram definidos como raciais, culturais ou linguísticos – também passou por um desenvolvimento (Jones, 1997; Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011).

Sian Jones (1997) investigou o movimento no qual o conceito de raça foi substituído pelo de cultura, assim como posteriormente modificado para o termo étnico. Uma mudança não apenas terminológica, mas também teórica na forma em que os grupos humanos eram compreendidos nas ciências humanas, pois conceitos

como raça, cultura e etnia não são divisões imutáveis e universais, mas formas de olhar o mundo historicamente construídas que se cruzam com questões sociais e políticas de cada localidade e temporalidade.

Tendo isso em vista, um dos maiores desafios é o da aplicação dos modernos conceitos de identidade étnica e grupo étnico em contextos da Antiguidade. Diversos pesquisadores têm se voltado ao tema nas últimas décadas, como é o caso da Sian Jones (1997), no livro *The Archaeology of Ethnicity: Constructing identities in the past and present*, que além do exposto acima, também buscou analisar como seria possível aplicar conceitos étnicos, por meio da arqueologia, nas sociedades antigas. Tema que também é investigado nos artigos de Naoíse Mac Sweeney (2009) e Manuel Fernández-Götz e Gonzalo Ruiz Zapatero (2011).

Outro importante livro é o de Jeremy McInerney (2014), *A Companion to Ethnicity in the Ancient Mediterranean*, que reúne o trabalho de diversos pesquisadores quanto aos estudos étnicos em sociedades do Mediterrâneo Antigo, indo desde questões teóricas e metodológicas a estudos de caso propriamente ditos. Por sua vez, um livro mais curto e com um tema mais delimitado é o de Uros Matic (2020), *Ethnic identities in the land of the pharaohs*, que analisa de forma profunda – com uma riqueza de exemplos por meio de fontes textuais, iconográficas e arqueológicas – a aplicação dos conceitos de identidade étnica e etnicidade no Egito Antigo.

Esses são alguns dos autores que cobrem a base dos estudos étnicos na Antiguidade, porém Van Binsbergen e Woudhuizen (2011) tentam ir mais além ao propor formas de trabalhar com esses conceitos na proto-história, período que normalmente é considerado o mais difícil de se investigar devido à escassez ou inconstância de fontes em determinadas regiões e/ou períodos. O fim da Idade do Bronze Tardia possui exatamente esses problemas quanto a constância, qualidade e diversidade das fontes disponíveis.

Entre as abordagens empregadas temos como ponto central, a compreensão dos conceitos *emic* e *etic* e sua aplicação no caso dos Povos do Mar. De forma geral, ambos os conceitos se relacionam com o olhar ou a forma com a qual nos debruçamos sobre nossos estudos, tendo apenas uma pequena variação sobre como isso é entendido e aplicado no caso dos estudos étnicos ou da historiografia.

No primeiro caso, a abordagem *emic* ou *etic* está relacionada ao ângulo com o qual observamos os grupos étnicos. Se estudarmos o grupo em questão a partir da sua própria visão estamos tendo um olhar *emic*, ou seja, de uma perspectiva interna; já se o estudarmos a partir do olhar externo, da forma como pessoas de fora dele o compreendem, então estamos tendo um olhar *etic* (Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011).

Já na historiografia ambos os conceitos costumam ser empregados de uma forma relativamente diferente, ainda se tratando da definição básica onde temos uma perspectiva interna (*emic*) e outra externa (*etic*), mas não com relação aos grupos étnicos, e sim com relação a forma como olhamos o passado como um todo. Para Bastos *et al.* (2022) e Van Binsbergen e Woudhuizen (2011) na historiografia a perspectiva *emic* seria feita por meio das fontes contemporâneas ao período e sociedade estudados, enquanto a *etic* corresponderia justamente à mediação do historiador ao intervir no passado com o olhar do presente.

Apesar dessa variação na forma como esses conceitos são entendidos, a essência do seu sentido se mantém: o dualismo sobre estudar algo a partir de uma visão interna ou externa. Os Povos do Mar apresentam um desafio intrínseco quanto a abordagem *emic*, pois como não se sabe com certeza quais populações eles representam<sup>27</sup>, por ora acaba sendo inviável buscar uma perspectiva interna sobre como eles se identificavam ou definiam. Por sua vez, a riqueza de fontes quanto à forma como sociedades externas os compreendiam torna possível abordá-los por meio da perspectiva *etic*, principalmente – no caso da cultura material – a partir da análise dos relevos monumentais egípcios presentes em Medinet Habu, que representam a iconografia de cinco das nove populações vinculadas aos Povos do Mar, assim como também por fontes textuais e epigráficas egípcias, hititas e ugaríticas, dentre outras.

O estudo da representação dos Povos do Mar nos relevos egípcios é importante devido a dois pontos em particular: o primeiro é que além do desconhecimento de registros escritos por parte dos Povos do Mar, uma abordagem

---

<sup>27</sup> Com algumas raras exceções onde os estudos realizados até o momento possuem um grau maior de convicção quanto à possível identidade de alguns grupos, como é o caso dos peleset sendo os filisteus bíblicos (Yasur-Landau, 2010).

que trate apenas das fontes textuais quanto ao estudo sobre a identidade de uma população traz alguns desafios que precisam ser considerados.

Nesse tipo de abordagem há uma valorização maior das informações contidas nas fontes escritas, de forma a existir um certo grau de hierarquização quanto à importância das fontes usadas na pesquisa. Os pesquisadores buscam etnônimos<sup>28</sup> que estejam documentados textualmente – mesmo por sociedades externas ao grupo étnico com o qual desejam trabalhar – e analisam características que pareçam indicar as fronteiras daquele grupo étnico, assim como suas possíveis formas de autodeterminação. Só então que fontes arqueológicas e linguísticas podem ser utilizadas, com o objetivo de reforçar (ou não) essas informações, isso quando tal pesquisador chega a recorrer a essas fontes. Jonathan Hall (1997) é um exemplo quanto à pesquisa com esse tipo de abordagem nos estudos étnicos, especificadamente no caso dos dórios.

O problema do uso exclusivo dessa abordagem é o grau de importância quanto à objetividade depositada nessas fontes escritas quando devemos considerar, primeiramente, quem as escreveu, por que e para quem. Na maior parte das vezes, principalmente quando tratamos da Antiguidade, esse tipo de fonte corresponde unicamente à visão das elites de determinada sociedade, o que seria problemático de se estender para a população em geral (Knapp, 2014; Van De Mieroop, 2007, 2020). Não é possível escapar da subjetividade ao utilizar documentos escritos (Bastos *et al.*, 2022), eles sempre carregam as preocupações, percepções, preconceitos, motivações e formas de observar e compreender o mundo de quem os escreveu.

Isso não significa, no entanto, que as fontes escritas não possuam seu valor para os estudos étnicos<sup>29</sup>, ou que as fontes arqueológicas também não possuam suas próprias limitações. A questão é que devemos ter cuidado quanto a uma pretensa objetividade dessas fontes, e sempre confrontá-las com aquelas relativas às outras abordagens, de forma a tentar chegar a um quadro o mais amplo.

O segundo ponto que torna a análise dos relevos egípcios importante é que por meio deles podemos identificar elementos específicos (como armaduras, armas,

---

<sup>28</sup> Nomes de grupos étnicos, sejam estes dados por eles mesmos ou por pessoas externas (Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011).

<sup>29</sup> Elas podem ser úteis à medida que nos aproximam da visão que um indivíduo – ou uma parcela da população – tem quanto à identidade étnica deles mesmos ou de outro povo com o qual se relacionam.

vestimentas, entre outros), que podem ajudar na identificação de objetos de cultura material que representem símbolos étnicos e sirvam como guia comparativo para vestígios arqueológicos encontrados em diferentes sociedades mediterrânicas do fim da Idade do Bronze.

A importância dessa análise, assim como do mapeamento e comparação com objetos de cultura material que datem do mesmo período<sup>30</sup>, para além do estudo padrão de fontes textuais, é de não apenas suplantar as limitações da utilização de um determinado tipo de fonte, mas também uma forma de tornar mais amplo e diverso o número de dados a serem analisados, principalmente quando determinado etnônimo não possui referências em um tipo de fonte específica<sup>31</sup>.

Partindo desse princípio é preciso compreender como a cultura material costuma ser analisada nos estudos étnicos e, principalmente, como aplicar isso aos Povos do Mar.

#### 1.1.1. Identidade étnica por meio da cultura material

Particularmente a cultura material pode nos dizer muito quanto a identidade de um grupo – seja ela étnica, de gênero, de classe, religiosa, política etc. – e isso se deve ao fato de que a cultura material estrutura a ação humana na mesma medida que é produto dela (Fernández-Götz; Ruiz Zapatero, 2011; Jones, 1997), podendo ter um significado ao mesmo tempo mutável e múltiplo no decorrer do seu uso na vida social de um indivíduo ou de um grupo. Ou seja, as formas com as quais as pessoas se relacionam com a cultura material, acabam por desenvolver significados que podem ser utilizados na análise de uma determinada identidade, seja ela étnica ou não. Dessa forma, é possível utilizar a cultura material para a compreensão tanto da identidade étnica quanto de suas negociações.

Knapp (2014) também corrobora com a noção de que a materialidade pode exibir formas de negociação de identidade, entre as quais a étnica. No entanto, ele alerta que nem sempre há uma relação óbvia entre grupos estilísticos e étnicos, sendo

---

<sup>30</sup> Entre os séculos XIII e XII AEC.

<sup>31</sup> Os lukka, por exemplo, possuem um vasto inventário de fontes textuais, mas como não foram diferentemente representados nos relevos egípcios não é possível investigar quais elementos de cultura material poderiam estar atrelados a eles.

que a distribuição de certos tipos de cerâmica, armas e outros artefatos muitas vezes está ligada a limites do sistema político ou comercial entre as sociedades, o que reforça a importância de entendermos a configuração e interconexão das redes mediterrâneas da Idade do Bronze Tardia.

Para lidar com o problema o autor aponta alguns tipos de vestígios arqueológicos que poderiam ser usados para o estudo da identidade étnica: itens ligados à organização familiar, rituais ou práticas mortuárias são os principais, mas também armas, joias, representações de vestimentas ou ornamentos corporais, ferramentas, também podem oferecer possibilidades interpretativas. Contudo que busquemos contextualizar e delimitar esses objetos, assim como sua variabilidade no tempo e no espaço, de modo a isolar os fatores que realmente se relacionam com a etnia de um grupo, eles podem nos ajudar a investigar uma identidade étnica. Para Knapp (2014), por mais que as identidades antigas sejam difíceis de se capturar – parafraseado Joffe (2003) comparando-as com bolas de mercúrio que sempre escapam ao tentarmos enfiar pregos nelas – ainda é possível as encurralar ao usarmos uma ampla quantidade de fontes e dados disponíveis (Joffe, 2003, p. 88 *apud* Knapp, 2014).

Com isso, apesar da expressão de uma identidade étnica – por meio do estilo e a função dos objetos – variar no tempo e no espaço, o contexto social e histórico pode auxiliar-nos a observar se eles foram utilizados em sua negociação.

Um ponto que também merece destaque é a proposta de Mac Sweeney (2009), sobre como abordar a questão da relação entre objetos de cultura material e a existência ou não de um senso de identidade étnica: primeiramente, é preciso estabelecer se há um senso de nós em oposição a eles. Essa noção de nós seria onde se baseia a lógica social de pertença ou exclusão de um grupo, o que acaba por desenvolver um sentido de união e solidariedade entre os membros.

A autora pontua que em fontes textuais e epigráficas costumasse identificar mais facilmente declarações de unidade e identidade social, enquanto na cultura material isso tende a ser mais difícil. Porém, observar evidências de objetos que possam servir como símbolos visuais que marquem os membros de um grupo ajudaria a identificar não apenas a existência de uma identidade de grupo, mas também qual lógica teria sustentado essa identidade (Mac Sweeney, 2009, p. 104).

Evidências como essas aparecem, por exemplo, nos relevos de Medinet Habu sobre os Povos do Mar, onde é possível identificar uma distinção clara – na representação da batalha naval (figura 11) – entre embarcações tripuladas por indivíduos com um determinado tipo de adereço na cabeça (elmo de chifres e tiara de juncos), assim como a variabilidade estilística desses adereços. Está claro que, na visão egípcia, havia uma distinção entre os grupos dos Povos do Mar que merecia ser destacada na iconografia monumental.

Essa variação estilística entre os adereços utilizados por esses grupos pode indicar uma diferenciação étnica<sup>32</sup>, pelo menos a partir da visão *etic* egípcia, sobre os shekelesh, denyen, peleset e tjekker<sup>33</sup>. Essa variação é importante, pois segundo Fernández-Götz e Ruiz Zapatero (2011) e Sian Jones (1997), algumas formas e estilos podem ativamente ser usados para sinalizar uma identidade étnica. Nesse sentido, é preciso buscar – sempre que possível – uma compreensão da distribuição dos meios materiais e simbólicos vinculados ao estilo e a função de determinado objeto.

Baseado no que foi discutido até o momento, é possível discernir a importância da análise da iconografia egípcia relativa aos Povos do Mar em conjunto com as fontes textuais e epigráficas existentes. Desse modo, é preciso definir alguns passos a serem tomados nessa investigação:

1. Contextualizar o Mediterrâneo Oriental durante a Idade do Bronze Tardia<sup>34</sup>, assim como a relação dos Povos do Mar com os acontecimentos do período. Buscando dessa forma desenvolver uma base para avaliação subsequente da distribuição da cultura material (e suas implicações para a identidade étnica), assim como para análise das fontes textuais relativas a essas populações (geralmente de caráter diplomático ou administrativo).
2. Abordar a questão de se os Povos do Mar podem ser considerados como grupos étnicos e não outro tipo de grupo social. Ou seja, buscar

---

<sup>32</sup> Questão tratada mais adiante na seção 1.3.

<sup>33</sup> Apesar dos weshesh serem citados na epigrafia monumental de Medinet Habu como tendo participado do conflito ali retratado, não há nenhuma distinção clara na iconografia ou nas inscrições que nos permita identificá-los.

<sup>34</sup> Região e período em que se concentram as atividades dos Povos do Mar de acordo com as fontes disponíveis.

na perspectiva *etic* egípcia se eles eram compreendidos como populações estrangeiras. Observando não apenas se existia algum tipo de senso de nós *versus* eles, mas também se existiam características visuais e simbólicas que os diferenciavam, não apenas dos egípcios, mas uns dos outros. Para tal, a investigação dos relevos de Medinet Habu torna-se vital, assim como as inscrições epigráficas que os acompanham e quaisquer outras fontes textuais egípcias que possuam indícios sobre o tipo de identidade social desses grupos.

3. Analisar, como um todo, os relevos e inscrições sobre os Povos do Mar em Medinet Habu, buscando evidências da possível identidade étnica dos shekelesh, denyen, tjekker, peleset e weshesh. De forma a delimitar a cultura material que pode ser usada como guia no mapeamento dos possíveis locais de origem dessas populações.
4. Buscar nas fontes textuais (egípcias, hititas, ugaríticas, entre outras) informações complementares sobre as populações representadas em Medinet Habu, mas também das que estão ausentes: sherden, lukka, eqwesh e teresh.
5. Por fim, a partir das informações coletadas e analisadas nos passos anteriores, avaliar a distribuição de vestígios arqueológicos datando do fim da Idade do Bronze Tardia ao longo do Mediterrâneo<sup>35</sup>, assim como de indícios presentes nas fontes textuais, com o objetivo de traçar as possíveis identidades étnicas e/ou locais de origem dos Povos do Mar.

Tendo definido os passos de investigação e compreendendo os meios de aplicação da abordagem étnica no caso dos Povos do Mar, é preciso começar definindo algumas das bases do contexto histórico ao qual estão inseridos.

---

<sup>35</sup> Apesar das fontes textuais sobre os Povos do Mar estarem concentradas no Mediterrâneo Oriental, investigações preliminares sobre a cultura material indicam possíveis paralelos na Sardenha, Sicília, o sul da Itália e – até mesmo – a Península Ibérica, fazendo com que esses sejam locais prováveis de terem uma relação com algumas das populações que compõem os Povos do Mar, seja como ponto de origem ou destino (Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011; Jung, 2017, 2018).

## 1.2. Contextualizando a Idade do Bronze Tardia no Mediterrâneo Oriental

A Idade do Bronze no Mediterrâneo Oriental se estende aproximadamente de 3000 AEC até c. 1200 AEC<sup>36</sup>, período em que floresceram diversas sociedades – como os mitanianos, hititas, micênicos, assírios, babilônicos, egípcios, cipriotas, cananeus, entre outros – que “interagiram, criando um sistema mundial cosmopolita e globalizado de um tipo raramente visto até nossos dias” (Cline, 2023, p.196, tradução nossa).

A noção do Mediterrâneo como um sistema surge inicialmente entrelaçada à perspectiva mediterrânica, sendo uma das obras mais importantes quanto ao tema o livro de Peregrine Horden e Nicholas Purcell, *The Corrupting Sea: a Study of Mediterranean History*.<sup>37</sup> Nesse livro, o Mediterrâneo é observado por meio de uma visão ecológica da história, destacando-o pelo grande potencial de mobilidade e conectividade necessária para a sobrevivência das populações que viviam no seu entorno, seja devido ao clima, geografia ou da biota de cada microrregião.

Essa visão acabou sofrendo várias críticas, seja pela sua indeterminação temporal, seja pela sua indeterminação espacial (Harris, 2005; Morales; Silva, 2020) o que levou a correções desse modelo e ao desenvolvimento da mediterrânica que “ao invés de situar a conectividade e a mobilidade como fundamentos da história mediterrânica, tal paradigma busca historicizar a maior ou menor intensidade da integração de cada região a redes mediterrânicas” (Morales; Silva, 2020, p. 132). Apesar da reformulação do modelo uma questão se manteve, o potencial conector do mar (assim como dos rios e portos a ele vinculados) em diferentes períodos e em distintas intensidades.

Um dos momentos de maior conectividade do Mediterrâneo Oriental teria ocorrido durante a Idade do Bronze Tardia, sendo que para Marc Van de Mieroop (2005) as sociedades dessa região, apesar de intrinsecamente diferentes,

se desenvolveram, floresceram e depois declinaram, mais ou menos ao mesmo tempo. A simultaneidade dos ciclos não foi pura coincidência. A proximidade dos estados e as estreitas interações entre eles, conforme atestado em inúmeras fontes, nos forçam a olhar além de suas histórias

---

<sup>36</sup> Não há uma definição cronológica única, essa é uma estimativa de datação aproximada “estabelecida a partir da combinação das datações da Europa central e do Egeu, a qual foi depois ligada a datações estabelecidas para sítios egípcios e mesopotâmicos” (Suano, 2003, p. 70, tradução nossa).

<sup>37</sup> Publicado pela primeira vez, em língua inglesa, no ano 2000.

individuais para explicar o aumento e a diminuição de seus recursos (2005, p. 123, tradução nossa).

O modelo explicativo usado por Van de Mieroop para avaliar essa uniformidade estrutural é o *Peer Polity Interaction*, ou Política de Interação entre Pares, de Colin Renfrew. Resumidamente, esse modelo se baseia em “olhar além das fronteiras da política individual para explicar a mudança, especialmente quando aumentos simultâneos na complexidade social e econômica são visíveis em várias políticas na mesma região” (Van de Mieroop, 2005, p. 127, tradução nossa). É importante destacar que esse modelo só pode ser aplicado entre sociedades de posição relativamente semelhante, sendo necessário observar se há entre elas um mapa mental de símbolos e compreensões que propiciem uma competição baseada em bens e comportamentos sociais, onde cada membro sabe o que esperar do outro e como se portar dentro das relações diplomáticas e/ou bélicas.

Nesse sentido, é preciso observar algumas das características, apresentadas por Marc Van de Mieroop (2005, 2007), Mario Liverani (1987) e Eric Cline (2023), que podem ter contribuído para a existência de uma estrutura comum entre as sociedades do Mediterrâneo Oriental durante a Idade do Bronze Tardia.

Primeiramente, quando tratamos das populações do período é preciso ter em mente que a maioria delas se organizavam hierarquicamente, tendo as funções político-administrativas centradas em palácios controlados por uma pequena elite residente de centros urbanos. Em alguns casos a preferência pela vida urbana tornava as cidades o centro da vida política, cultural, religiosa e comercial, de forma que as elites eram sustentadas pela população que vivia nos campos, com gastos que iam desde construção de grandes templos, residências e palácios, ou na compra de bens exóticos e raros que serviam para distingui-los do resto da população (Van de Mieroop, 2005, 2007).

Os palácios<sup>38</sup> eram o ponto chave da estrutura administrativa e o elemento intrínseco da organização social da Idade do Bronze, servindo como centralizadores e redistribuidores da política, economia e religiosidade. Palácios podem ser encontrados em todas as regiões do Mediterrâneo Oriental<sup>39</sup>, sendo os motores do

---

<sup>38</sup> Para compreensão sobre a origem e o desenvolvimento do conceito ver: Peixoto, 2022, p. 26-36.

<sup>39</sup> Com a possível exceção apenas de Chipre/Alashiya (South, Alison K. 2012, p. 218)

comércio a longa distância e das trocas diplomáticas. Eram neles que trabalhavam os poucos servidores letrados cujos documentos hoje servem de base para estudos do período, afinal essas “burocracias centralizadas produziram uma massa de escrita: contas, contratos e cartas de natureza diplomática e comercial” (Van de Mieroop, 2007, p. 229, tradução nossa).

Dessa forma, relacionado com o sistema político-administrativo estavam as questões diplomáticas e bélicas. De acordo com Mario Liverani as relações inter-regionais eram definidas por duas características: a primeira era a de *paridade de classificação*, que era uma “convenção que não reflete o real poder econômico, demográfico ou militar dos parceiros em transações” (1987, p. 67, tradução nossa). De forma que, se uma relação sucedia com autoridades que se consideravam estando no mesmo nível<sup>40</sup>, eles se tratavam como iguais, chamando-se de irmãos, o mesmo não acontecia quando a relação se dava com reis consideradas inferiores. A segunda característica é a da “responsabilidade jurídico-administrativa” onde cada rei, em seus respectivos territórios, podia esperar que seu colega tratasse questões de roubo, homicídio, acidente etc., de forma satisfatória de acordo com procedimentos que figuravam como padrão para todas aquelas sociedades (Liverani, 1987, p. 67).

Um exemplo desse tipo de acordo é o que ocorre entre Ramsés II e Hattusili II quando estipulam que refugiados devem ser devolvidos à sua terra natal<sup>41</sup>, ou em um tratado<sup>42</sup> do século XV AEC de um rei hitita com o governante de Kizzuwatna – Paddatissu – quanto ao procedimento a ser feito caso uma aldeia inteira deixasse seu território e fugisse para outro:

Se o povo de um assentamento do Grande Rei com suas mulheres, seus bens e seu gado grande e pequeno se levantar e for para a terra de Kizzuwatna, Paddatissu os apreenderá e os devolverá ao Grande Rei. E se o povo de um assentamento de Paddatissu com suas mulheres, seus bens e seu gado grande e pequeno se levantar e for para a terra de Hatti, [o Grande Rei] os apreenderá e os devolverá a Paddatissu (Van de Mieroop, 2007, p. 248-249, tradução nossa).

---

<sup>40</sup> Como é o caso daqueles com o título “grande rei”, usado pelos reis de grandes potências para os diferenciar dos demais governantes (Poizzer; Scoville; Balém, 2021).

<sup>41</sup> Esse acordo é parte de um tratado entre Ramsés II e Hattusili III pós-batalha de Kadesh, nele é formada uma aliança onde ambos os estados tratariam juntos de ameaças internas e externas. O texto pode ser encontrado em várias tabuletas de argila danificadas escavadas em Hattusa, assim como em uma versão esculpida nas paredes do templo de Amon em Karnak e no Ramesseum (Van de Mieroop, 2007, p. 139).

<sup>42</sup> CTH 26.

Outro ponto de interesse é o da troca de presentes e casamentos entre as cortes, assim como o envio de artesões especializados (Liverani, 1987), questões que só poderiam existir a partir de uma mesma mentalidade sobre o que era desejável e valioso (Van de Mieroop, 2005, 2007). O envio de mensagens também era intenso entre as cortes, sendo normalmente inscritas em acádio, um idioma Babilônico, mas que servia como um tipo de língua internacional no período (Scoville, 2022; Suano, 2003; Van de Mieroop, 2007).

Já no que corresponde à guerra, essas sociedades competiam ferozmente e o conflito era endêmico, os reis desenvolviam sua figura pública no ideal do guerreiro, sendo que “vitórias militares – reais ou imaginadas – foram o foco da exibição pública” (Van de Mieroop, 2007, p. 229, tradução nossa). Apesar disso, os custos com a guerra eram altos, seja em equipamentos, comida ou em mão de obra (que precisava ser retirada dos campos); muito precisava ser importado, como o estanho e o cobre para a produção do bronze a ser usado em armas; cavalos também eram outro bem custoso fundamental nas guerras do período e, no caso do Egito, precisava vir de fora. Essa necessidade de precisar importar itens necessários, ou cobrir os gastos da batalha, acabavam por servir de mantenedor do sistema, assim “a guerra não apenas uniu os estados de maneira competitiva, mas também os forçou a negociar” (Van de Mieroop, 2005, p. 134, tradução nossa).

Nesse sentido, apesar de possuírem diferentes percepções de mundo é possível observar que as sociedades do Mediterrâneo Oriental

compartilhavam visões sobre o comportamento adequado na interação social e na guerra, sobre igualdade e superioridade na diplomacia, sobre as definições do civilizado e do incivilizado. Os participantes do sistema sabiam que tinham que aderir a certos padrões de conduta para se encaixar (Van de Mieroop, 2005, p. 131, tradução nossa).

No entanto, a competição e cooperação existente não era praticada apenas no âmbito militar, mas também no cultural e comercial. Os governantes e as elites se “vangloriavam de seu gosto comum por produtos de luxo e arredores grandiosos” (Van de Mieroop, 2007, p. 229, tradução nossa), para essa competição funcionar era necessário que todos os membros reconhecessem, e concordassem entre si, sobre o valor e a exclusividade dos objetos e bens exibidos.

A moda, para essas elites, deve ter mudado em cada lugar e em cada período, porém deveria ser baseada em uma “mistura de tradições locais e influências do exterior. As elites da região devem ter visto no ‘estilo internacional’ uma forma de se diferenciarem daqueles que consideravam de classe baixa” (Van de Mieroop, 2005, p. 136, tradução nossa), servindo também para impressionar visitantes e embaixadores de outros estados.

Nesse sentido, muitos dos bens eram importados de diversas regiões, um exemplo da intensidade desse comércio pode ser demonstrado através de uma rápida análise da carga do famoso Naufrágio de Uluburun<sup>43</sup>. O itinerário do navio ainda é muito debatido, mas parece ter iniciado seu trajeto entre o Egito e o Levante, de lá é provável que tenha seguido para Ugarit, depois para Chipre/Alashiya, indo por fim rumo ao Egeu pela costa da Anatólia (Cline, 2023).

Porém, tão importante quanto saber a rota e/ou seu propósito (seria uma carga puramente comercial ou parte de um presente real entre duas cortes?) é a percepção de que sua carga possuía, o que se pode considerar como,

um microcosmo de comércio e contatos internacionais que estava ativo no Mediterrâneo Oriental, e em todo o Egeu, no início de século XIII a.C. Não só havia mercadorias de pelo menos sete regiões diferentes, mas – a julgar por pertences pessoais que os arqueólogos encontraram no navio naufragado – havia também no mínimo dois micênicos a bordo, embora o navio pareça ser canaanita. É evidente que esse navio não pertence a um mundo de civilizações, reinos e feudos isolados; ao contrário, pertence a um mundo interligado por comércio, migração, diplomacia e (infelizmente) guerra. Essa foi de fato a primeira era verdadeiramente global (Cline, 2023, p. 91).

Segundo o *site do Bodrum Museum*<sup>44</sup>, onde se encontra exposto o navio e parte da sua carga, foram encontrados mais de 18.000 artefatos com artigos de diversas sociedades diferentes. Um resumo superficial da carga aponta a existência de: diversos lingotes de cobre e estanho<sup>45</sup>; uma diversidade de vasos, sendo em sua maioria ânforas (que deviam carregar uma diversidade de produtos perecíveis); troncos de ébano da Núbia; centenas de lingotes de vidro bruto da Mesopotâmia,

---

43 Um naufrágio que ocorreu por volta de 1300 AEC e foi descoberto na costa sul da Anatólia em 1982.

44 <https://www.bodrum-museum.com/uluburun-ship-wreck-hall/>, acessado em 10 de setembro de 2024.

45 Especificamente nove toneladas de cobre e uma tonelada de estanho, a medida necessária para a produção de uma tonelada de Bronze, que segundo Eric Cline (2023, p. 88) poderia ser o suficiente para armar um exército de cerca de trezentos homens com espadas, escudos, elmos e armaduras.

tingidos de azul e violeta; contas de resina; marfim e presas de hipopótamos e elefantes; cerâmicas de diferentes lugares; âmbar e mel; joias e escaravelhos egípcios; selos cilíndricos de várias regiões do Levante; entre diversos outros itens. Os que mais chamam atenção é o estanho encontrado e alguns objetos de lápis-lazúli (sendo estes muito almejados pelas elites), pois ambos só poderiam ser encontrados no Afeganistão o que mostra que deveriam ter “viajado milhares de quilômetros antes de que fossem embarcados” (Cline, 2023, p. 90).

Pode-se observar, por meio dos pontos apresentados até o momento, que as trocas entre os diversos estados não eram só de bens materiais, mas também imateriais e intelectuais, onde pessoas, ideias e bens viajavam constantemente por meio do mar em todas as direções, mas principalmente em seu trecho oriental (Pozzer; Scoville; Balém, 2021). Com isso, os estados influenciavam uns aos outros de forma a se desenvolver um certo grau de cosmopolitismo por meio de suas elites, que pareciam possuir um “mapa mental do mundo que reconhecia que estavam conectadas aos outros membros do sistema” (Van de Mierop, 2007, p. 252).

Ou seja, o sistema mediterrâneo oriental possuía, desde o âmbito político-administrativo ao cultural e comercial, um certo grau de interconexão, que teria contribuído para o desenvolvimento de uma relativa identidade em comum entre as elites, apesar de suas culturas serem claramente distintas e existirem uma sobreposição de outras identidades mais particulares a cada localidade. Van Binsbergen e Woudhuizen (2011) reforçam essa visão ao postular que, apesar de possuírem identidades complexas e multiformes, os contatos transregionais incessantes no Mediterrâneo Oriental durante a Idade do Bronze Tardia acabaram por desenvolver um grau elevado de hibridismo.

Nesse contexto, os Povos do Mar parecem estar relacionados com uma ampla gama de atividades. Muito mais ativos do que a perspectiva migracionista<sup>46</sup> defendia inicialmente, eles parecem ter sido piratas (Hitchcock; Maeir, 2016a; 2016b; Matic, 2022; Wüthrich; Matic, 2023), mercenários (Abbas, 2017; Ben-Dor Evian, 2015; 2016; 2017; Kopanias, 2017) e até mesmo pequenos comerciantes, aparentemente independentes do sistema palaciano (Mazow, 2008; Sherrat, 2013; Bauer, 2014). Em

---

<sup>46</sup> Perspectiva que trata os Povos do Mar como populações migrantes do fim da Idade do Bronze Tardia, muitas vezes levando caos e conflito por onde passam, de forma a mudar as configurações políticas e sociais de diversos assentamentos e estados (Jung, 2017).

todos esses casos é perceptível que essas eram populações cujos membros – ou pelo menos parte deles – estavam em constante mobilidade e, dessa forma, em contato com diversas sociedades ao longo do Mediterrâneo.

Isso os coloca em um ponto singular, não apenas vinculando-os com o amplo potencial conector do mar, mas também indicando que tiveram contato com diversas sociedades diferentes, como parece atestar a procedência da maioria das fontes escritas sobre eles: o Egito e Hatti, que eram duas das principais potências do período; e a cidade de Ugarit, importante centro de conexão não apenas das vias marítimas, mas também terrestres. Nesse sentido, os Povos do Mar – ou pelo menos alguns deles<sup>47</sup> – estão posicionados em um ponto potencial de contato com as redes mediterrânicas mais amplas, algo que precisa ser levado em consideração.

Até o momento a historiografia sempre abordou os Povos do Mar como grupos populacionais distintos, discutindo quem eles poderiam ter sido e o seu impacto nos acontecimentos do fim da Idade do Bronze Tardia (Jung, 2017). No entanto, ao propor trabalhar com uma abordagem étnica é preciso, primeiramente, analisar se de fato eles podem ser compreendidos como grupos étnicos e se há características distintivas que possam identificá-los e diferenciá-los.

### 1.3. Povos do Mar como grupos étnicos

Para investigar, na perspectiva *etic* egípcia, se os Povos do Mar eram compreendidos como populações estrangeiras, não apenas no sentido de existir algum tipo de senso de nós *versus* eles, mas também se existiam características visuais e simbólicas que os diferenciavam (não apenas dos egípcios, mas uns dos outros), a análise dos relevos de Medinet Habu torna-se vital, assim como as inscrições epigráficas que os acompanham e quaisquer outras fontes textuais egípcias que possam contribuir para a questão.

A preferência pelas fontes egípcias se dá pela sua consistência e abundância, não apenas por possuir referências a todos os etnônimos ligados aos Povos do Mar,

---

<sup>47</sup> Como por exemplo os sherden e os lukka, que possuem a maior quantidade de citações nas fontes (Adams; Cohen, 2013).

mas também por ter uma variedade de fontes textuais, epigráficas e iconográficas<sup>48</sup> indo desde 1800 AEC até c. 1200 AEC<sup>49</sup>.

Nesse sentido, tendo como base os argumentos de Mac Sweeney (2009), Fernández-Götz e Ruiz Zapatero (2011) e Sian Jones (1997), um ponto que chama a atenção são os adereços usados pelos Povos do Mar nos relevos de Medinet Habu. Inicialmente poderíamos considerar que há pouco a ser aproveitado observando os seus adereços e vestimentas, pois os relevos (em sua maioria) parecem representar apenas dois grupos – apesar de cinco terem sido citados como tendo atacado o Egito – os que usam tiaras de juncos<sup>50</sup> e os que usam elmos com chifres.

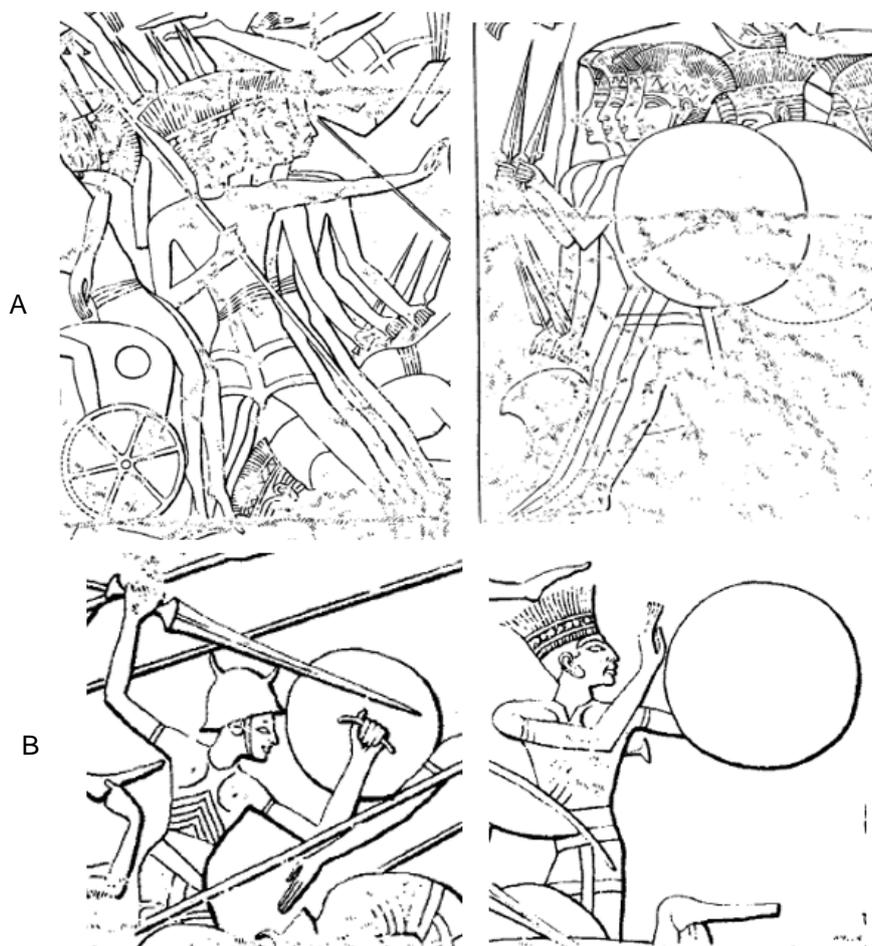
---

<sup>48</sup> Sendo de fato as únicas a possuírem uma iconografia nomeadamente pertencente aos etnônimos dos Povos do Mar.

<sup>49</sup> Podendo chegar até mesmo ao 3º período intermediário egípcio (especificamente durante a XII Dinastia Egípcia), com o Relatório de Wenamun citando a cidade do Dor como possivelmente vinculada aos tjekker ou shekelesh (Adams; Cohen, 2013; Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011).

<sup>50</sup> Não é possível ter certeza de qual material seria feita a parte superior da tiara: crina de cavalo, juncos, palha ou outra substância. Apesar da maior parte da bibliografia descrever como sendo composta por penas, Ben-Dor Evian (2014, p. 95-98) argumenta que a iconografia das tiaras, nos relevos egípcios, não segue o padrão artístico para penas, logo é pouco provável que a parte superior tivesse esse material. Por sua vez, os juncos são representados de forma muito semelhante na iconografia egípcia, como demonstra a autora (Ben-Dor Evian, 2014, p. 96-97).

**Figura 1 - Recortes das duas batalhas que representam os Povos do Mar em Medinet Habu**



Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1930.

A = Fragmentos da batalha terrestre (MH I, pl. 32); B = Fragmentos da batalha naval (MH I, pl. 37)

No entanto, existem alguns pequenos detalhes que poderiam acabar sendo desconsiderados, mas que carregam importantes informações quanto à possível proveniência regional e/ou étnica dos Povos do Mar, principalmente ao considerarmos que os antigos egípcios construía suas representações a partir de ícones (Ben-Dor Evian, 2014, 2016), buscando dessa forma evitar ao máximo a ambiguidade e permitindo uma identificação rápida do observador.

Apesar de considerarmos – se olharmos brevemente – que os indivíduos com tiara de juncos correspondem a um único grupo, diversas inscrições nos indicam se tratar de, no mínimo, quatro. Essas informações estão contidas nas legendas que

acompanham as duas cenas de apresentações de cativos<sup>51</sup> onde os Povos do Mar aparecem, como podemos ver nos recortes das figuras 2 e 3<sup>52</sup>.

**Figura 2 - Recorte do relevo de apresentação de cativos 1<sup>53</sup>**



Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1930. (MH I, pl. 43).

A figura acima é um recorte do relevo de apresentação de cativos que finaliza a campanha dos Povos do Mar – e, possivelmente, da primeira guerra Líbia – e em sua legenda temos:

Palavras ditas pelo inimigo, os grandes entre sikila [...] que foram apreendidos por sua majestade, em louvor a este bom deus, senhor das duas terras, Ramsés III [...]” (Ben-Dor Evian, 2014, p. 124, tradução nossa)<sup>54</sup>.

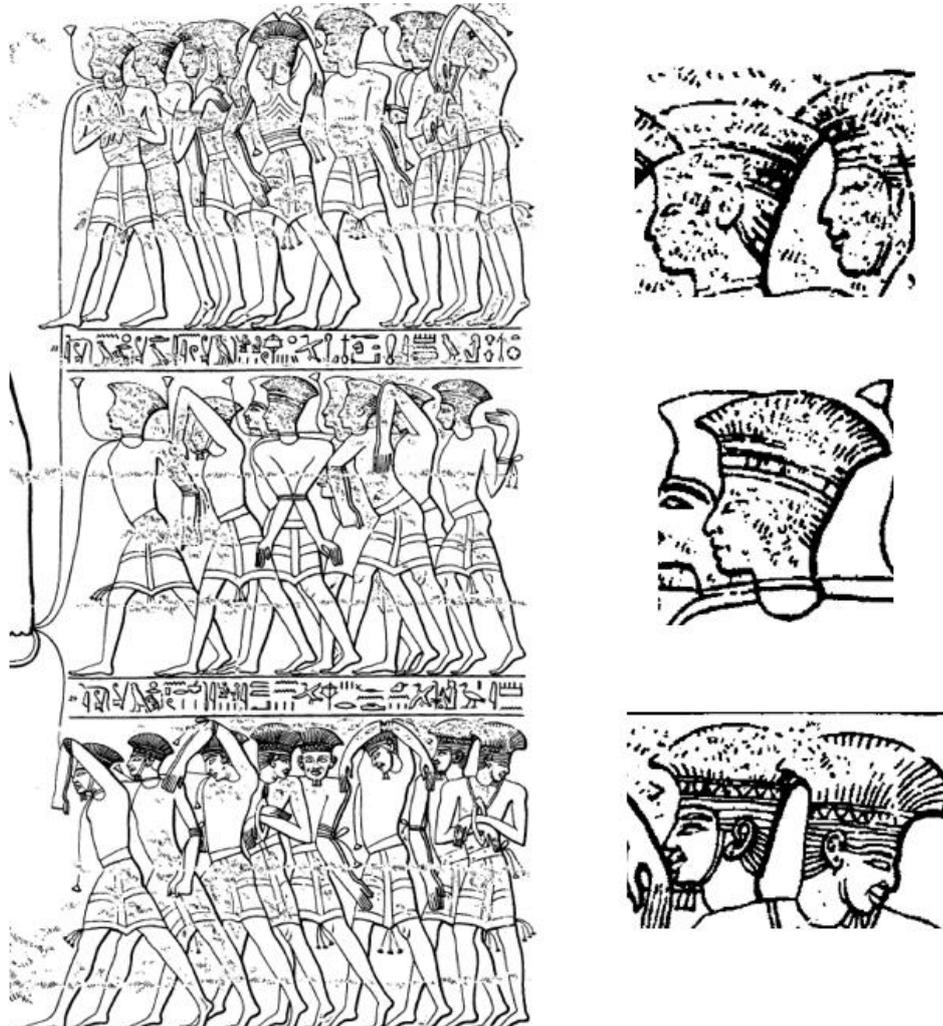
<sup>51</sup> Tema padrão dos relevos egípcios relativos à ação militar dos faraós, sendo o momento em que os cativos são apresentados aos deuses que decretaram a batalha (Ben-Dor Evian, 2014).

<sup>52</sup> Além do recorte dos relevos em si, também recortei as tiaras para que fosse possível visualizar os detalhes que serão úteis para a análise.

<sup>53</sup> Há diversos pontos de interesse nessa imagem, a posição dos cativos, a forma com a qual estão algemados, o gestual de submissão ou até mesmo de proteção de possíveis golpes (terceiro e quarto cativo da esquerda para direita), suas vestimentas etc. No entanto, essas questões serão abordadas posteriormente.

<sup>54</sup> Apesar de Ben-Dor Evian transliterar tkkr como sikila, a transliteração correta seria tjekker. Provavelmente a autora quis trazer uma relação direta entre os sikila/sikala – citados pelos hititas na carta RS 34.129 – com os tjekker, porém ainda é incerto se os sikala seriam tjekker ou shekelesh (Adams; Cohen, 2013).

Figura 3 - Recorte do relevo de apresentação de cativos 2



Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1930. (MH I, pl. 44)

Na figura 3 também temos uma apresentação de cativos aos deuses, porém esse relevo está localizado no primeiro pátio interno de Medinet Habu, fazendo alusão ao conflito do oitavo ano de reinado de Ramsés III contra os Povos do Mar. Nesse relevo temos a legenda geral que diz:

Eu carreguei seus corredores, presos em minhas mãos, para apresentá-los ao seu ka, meu nobre pai. Meu braço forte derrubou aqueles que vieram para se exaltar, a saber, os **filisteus**, os **danuna** e os **shekelesh**. É o teu braço

forte que está diante de mim, derrubando a sua semente (Ben-Dor Evian, 2014, p. 144, tradução nossa, grifo nosso)<sup>55</sup>.

Já a legenda dos cativos da seção intermediária:

Falado pelos caídos entre danuna: fôlego, fôlego, bom governante, grande em força como Montu no meio de Tebas (Ben-Dor Evian, 2014, p. 144, tradução nossa).

Por fim, os cativos da parte inferior, possuem a legenda:

Dito pelos caídos dos filisteus: dá-nos fôlego para as nossas narinas, ó rei, filho de Amon (Ben-Dor Evian, 2014, p. 144, tradução nossa).

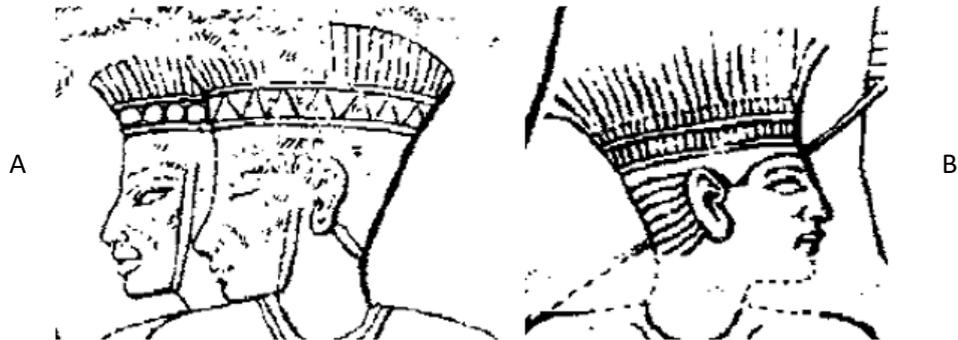
Como podemos ver, apesar de nos quatro casos termos a representação de indivíduos com tiaras de junco, as legendas egípcias relacionam esses ícones com quatro etnônimos diferentes. Normalmente isso nos faria desconsiderar essas representações, colocando-as como genéricas, porém há um pequeno detalhe na iconografia dos relevos que nos permite repensar.

D'Amato e Salimbeti (2015) e Roberts (2009) apontam a existência de um detalhe nas tiaras que merece atenção, quando comparadas com outras representações dos Povos do Mar em Medinet Habu, onde essa iconografia aparece. Logo abaixo dos juncos é possível perceber que há uma variação entre as tiaras, algumas possuem círculos, outras triângulos e, em alguns casos, é possível perceber um terceiro padrão do que parecem ser barras verticais.

---

<sup>55</sup> Aqui novamente a autora faz uma relação direta entre os peleset e os filisteus (bem aceita na bibliografia atual), e dos dnn com os danuna (que por sua vez ainda é bastante debatido, ver: (Adams; Cohen, 2013; Jung, 2017; Lehmann, 2017; Oreshko, 2018; Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011).

**Figura 4 - Recorte da diferenciação estilística das tiaras de juncos**



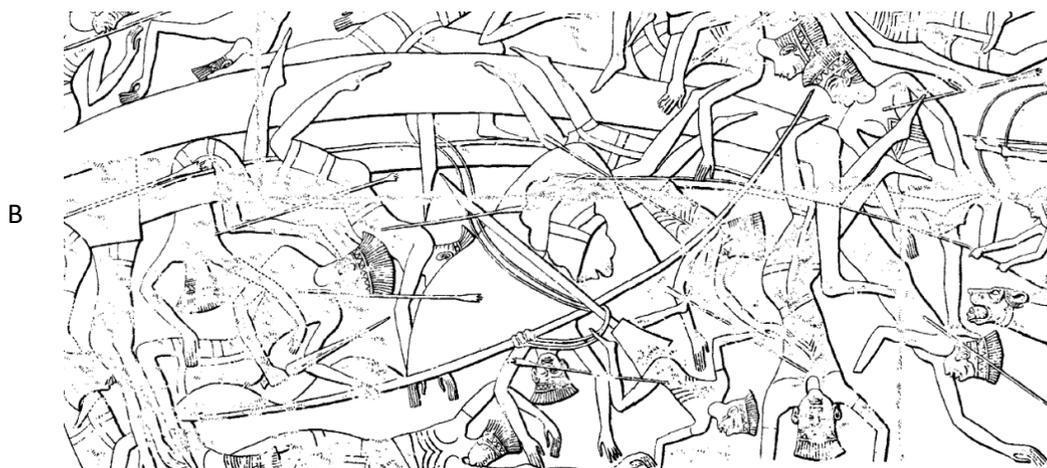
Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1930.

A = Estilos circular e triangular (MH I, pl. 42); B = Estilo de listras verticais (MH I, pl. 37)

No entanto, essa variação poderia ser meramente estilística e não ter valor nenhum na busca por um demarcador étnico, se não fosse o fato de que os egípcios fizeram uma nítida distinção entre aqueles que usam círculos, triângulos e barras verticais, seja nas próprias cenas de apresentações de cativos ou entre a tripulação dos barcos na cena da batalha naval.

**Figura 5 - Diferenciação estilística entre as tripulações dos Povos do Mar na batalha naval**





Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1930. (MH I, pl. 37)

A = Tripulação predominantemente com tiara de estilo circular (com uma única exceção de um indivíduo de listras); B = Tripulação predominantemente com tiara de estilo triangular

Observando novamente as figuras 2 e 3, podemos perceber que a distinção entre as tiaras pode representar uma diferenciação entre os etnônimos, com os tjekker e os peleset apresentando triângulos, os denyen – apesar do desgaste do relevo – parecem ter em suas tiaras a iconografia das linhas verticais e, por fim, os shekelesh – perceptível por dois indivíduos – seriam aqueles com círculos.

Nesse ponto, minha análise diverge de D'Amato e Salimbeti (2015), pois não considero que os shekelesh sejam aqueles que utilizam os elmos de chifres. Isso se deve pela própria inscrição da cena de apresentação de cativos no primeiro pátio interno (figura 3), pois a legenda deixa claro que os Povos do Mar representados ali são os peleset, denyen e os shekelesh, e todos os três estão representados com a tiara de juncos.

O elmo de chifres é normalmente associado aos sherden (Abbas, 2017; Emanuel, 2013; Roberts, 2009; Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011), porém como eles não são citados nas grandes inscrições, assim como na maioria das legendas<sup>56</sup>, como participantes do conflito (seja do quinto ou oitavo ano), costumam ser

<sup>56</sup> Sendo a legenda que acompanha o relevo que representa líderes cativos (quadro 3), localizado no portal oriental de Medinet Habu, onde aparece um sherden, assim como um teresh – que também não é citado nas grandes inscrições e legendas. Nesse sentido, acredito não ser possível descartar a participação de indivíduos de outros etnônimos dos Povos do Mar, que podem ter estado em menor número e por isso não foram assinalados de forma destacada pelos egípcios.

descartados das análises que buscam definir a identidade dos indivíduos representados.

Dentre os etnônimos apontados pelas grandes inscrições apenas os weshesh não são identificados diretamente, o que leva a duas possibilidades: que podem ser eles que estão usando o elmo de chifres na cena da batalha naval ou, por algum motivo, foram deixados de lado pelos artistas egípcios.

Para Roberts (2009), os indivíduos com elmos de chifres são realmente sherden, tendo sido escolhidos pelos artistas egípcios para enfatizar a dificuldade da batalha (e assim o poder do faraó ao derrotá-los), considerando que esse etnônimo era o mais conhecido dos antigos egípcios, pela sua famosa habilidade em batalha – tendo, inclusive, integrado a guarda real de Ramsés II na batalha de Kadesh (Abbas, 2017; Emanuel, 2013), e por costumar atacar a costa do Egito, como atestam diversas fontes escritas e epigráficas que veremos posteriormente.

Com isso, os sherden faziam parte do imaginário cotidiano dos antigos egípcios, como adversários poderosos e guerreiros talentosos, fazendo da sua presença na cena de batalha naval uma forma de engrandecer o próprio faraó. Particularmente tendo a concordar com a visão de Roberts (2009), pois chamou minha atenção durante a análise dos relevos que os indivíduos com elmos de chifre apareçam apenas no relevo que compõe a cena da batalha naval<sup>57</sup> (figura 11), e os sherden eram conhecidos principalmente pelos seus ataques às costas do Egito (Emanuel, 2013). Apesar da provável escolha, aparentemente propagandística, da inserção dos sherden em um contexto de batalha no qual eles originalmente não estariam presentes<sup>58</sup>, não acredito que isso deva invalidar qualquer investigação realizada quanto à iconografia dos relevos e seu potencial para identificação étnica, apenas que esse é um ponto para ser levado em consideração, de forma a manter o pesquisador cauteloso e atento a essas nuances.

---

<sup>57</sup> A exceção é a variação desse tipo de elmo – que conteria um disco solar central – nos relevos da batalha terrestre e da caça ao leão, porém para Roberts (2009) esse seria um indicativo de indivíduos (provavelmente sherden) lutando do lado egípcio, enquanto a ausência do disco solar representava aqueles que estavam lutando contra o Egito.

<sup>58</sup> Levando em consideração unicamente as inscrições e legendas epigráficas de Medinet Habu, já que o Papiro de Harris – que narra o reinado de Ramsés III e deve ter sido escrito na época do seu sucessor – nomeia diretamente os sherden como parte do grupo que atacou o Egito.

No entanto, mesmo partindo da constatação de que há uma distinção nas representações dos Povos do Mar em Medinet Habu, reforçada tanto pelas inscrições epigráficas que acompanham os relevos quanto pela variação estilística de sua iconografia, pode-se questionar se essa não seria apenas uma diferenciação de outro tipo de identidade, em vez de étnica.

Para lidar com essa questão é preciso avaliar dois pontos específicos: uma fonte textual que data aproximadamente do fim do Reino Novo e os hieróglifos determinativos<sup>59</sup> aplicados aos nomes dos Povos do Mar em Medinet Habu.

A fonte em si é o *Onomasticon de Amenope*, que corresponde a um conjunto de nove manuscritos diferentes que contém porções maiores ou menores do mesmo texto, provavelmente datando do fim da XXª Dinastia. Esse documento consiste em uma lista de diversas palavras, constituindo cerca de 610 itens, não apenas enumerados, mas também classificados de acordo com determinada categoria, indo desde topônimos e etnônimos a ocupações e produtos agrícolas (Gardiner, 1947, p. 35-37).

Cinco dos nove nomes que compõem os Povos do Mar são citados nesse documento, especificamente na seção – categoria – que corresponde a “Classes, Tribos e Tipos de Seres Humanos” (Gardiner, 1947, p. 37). Sendo eles os sherden, lukka, denyen, tjekker e peleset<sup>60</sup>, o que indica que esses eram nomes que – para os egípcios do Reino Novo – correspondiam a grupos populacionais.

Quanto aos hieróglifos determinativos, é preciso ter em mente que eles são normalmente acrescentados ao fim de uma palavra, de forma cumulativa e facultativa, servindo para indicar conceitos específicos e, assim, evitar ambiguidades (Gurgel Pereira, 2016). O problema é que, por não possuir valor fonético, os determinativos são normalmente omitidos em transcrições e transliterações, o que faz pesquisadores que não abordem a fonte primária perderem parte do sentido de uma palavra específica.

Esse é o caso dos nomes dos Povos do Mar encontrados na inscrição epigráfica que relata o confronto do oitavo ano de reinado de Ramsés III, todos os

---

<sup>59</sup> Hieróglifos determinativos são aqueles que exprimem, por si só, ideais e conceitos. Servindo assim de indicativo de como os hieróglifos precedidos devem ser compreendidos (Gurgel Pereira, 2016).

<sup>60</sup> Ver: Adams e Cohen (2013) para a localização exata em que esses etnônimos podem ser encontrados no *Ancient Egyptian Onomastica* de Gardiner (1947).

cinco nomes podem ser localizados na décima oitava coluna da inscrição, como podemos ver na figura 6, e possuem os mesmos quatro determinativos:

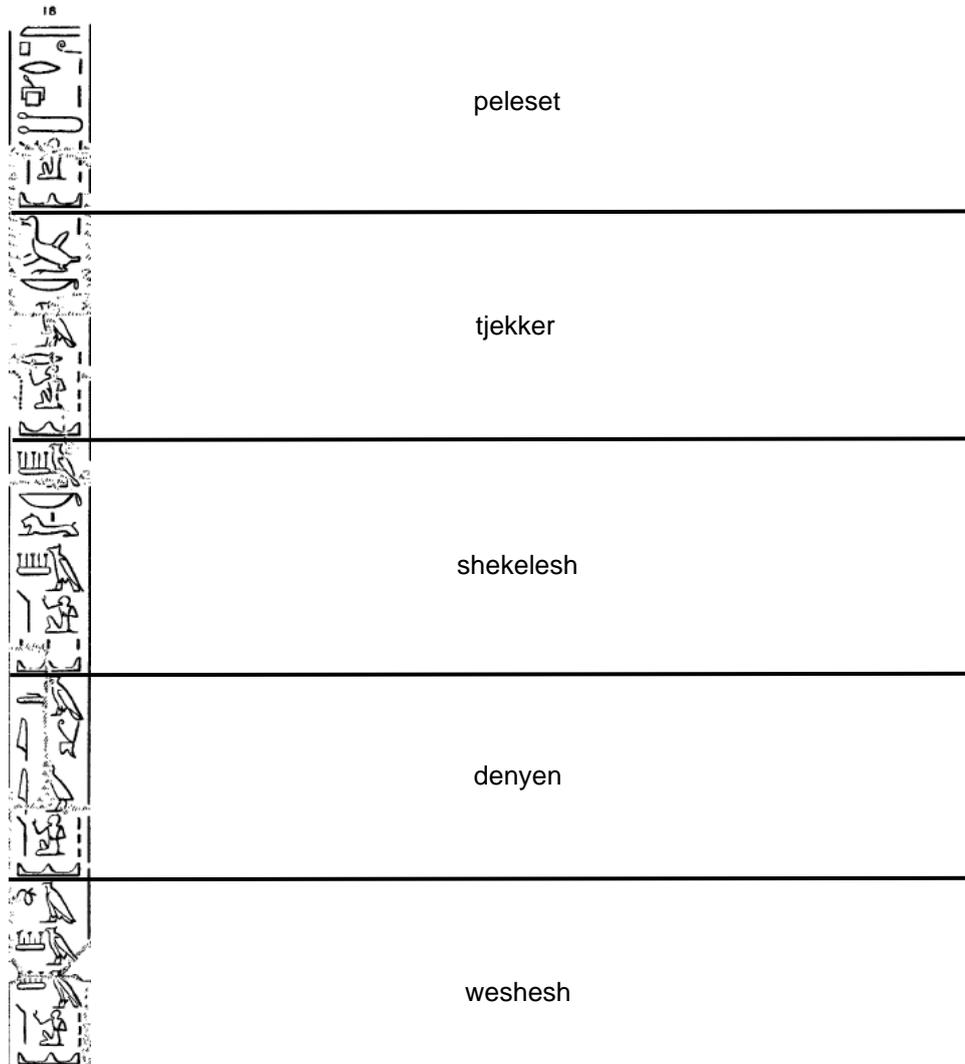
**Quadro 2 - Determinativos que acompanham os etnônimos dos Povos do Mar em Medinet Habu**

<b>Código</b>	<b>Hieróglifo</b>	<b>Significado</b>
T14		Bastão de arremesso, arremesso, estrangeiro, asiático, procurar, número.
A1		Homem, nome próprio masculino, pessoa, ofício, função, grupo.
Z2		Plural, coletivos, matéria-prima, líquidos.
N25		Montanhas, terras estrangeiras, região montanhosa, país.

Fonte: Composição da autora (2024)<sup>61</sup>

<sup>61</sup> Quadro composto a partir do “Apêndice AA1 Lista de Hieróglifos” de Gurgel Pereira (2016).

**Figura 6 - Fragmento da décima oitava coluna da inscrição epigráfica que narra o conflito Ramsés III com os Povos do Mar**



Fonte: Composição da autora (2024)<sup>62</sup>

Como pode-se avaliar, a partir dos quatro determinativos que acompanham os nomes dos peleset, tjekker, shekelesh, denyen e weshesh na figura 6 em comparação com o quadro 2, temos a indicação de que esses eram povos estrangeiros. Essa percepção está em conformidade com o tratamento que Gardiner (1947) também dá, no *Onomasticon de Amenope*, aos lukka e aos sherden com variações da combinação desses mesmos determinativos, assim como reforça essa interpretação no caso dos denyen, tjekker e peleset.

<sup>62</sup> A décima oitava coluna foi retirada do relevo que contém a grande inscrição do oitavo ano, ver: The Epigraphic Survey, 1930. (MH I, pl. 46)

Desse modo, mediante a perspectiva *etic* egípcia, utilizando de fontes escritas, epigráficas e iconográficas, é possível constatar que os nomes que compõem os Povos do Mar representam populações estrangeiras que entraram em contato com o Egito no fim da Idade do Bronze Tardia. Como a concentração das fontes que se referem a esses etnônimos é relativa ao Reino Novo (1550-1069 AEC), têm-se que essas seriam populações novas no Mediterrâneo Oriental, ou que pelo menos seu contato com o Egito data – em grande parte – desse período (Jung, 2017).

Partindo desse princípio a análise passará, nos próximos capítulos, à investigação das fontes ligadas a essas populações, sejam textuais, epigráficas, arqueológicas ou iconográficas, de modo a poder avaliar quais seriam as identidades étnicas – ou possíveis regiões de origem – dos Povos do Mar.

## 2º Capítulo – Povos do Mar em Medinet Habu

Medinet Habu é um templo localizado em Luxor – antiga Tebas – na margem oeste do rio Nilo, como costume da época ele foi construído para homenagear o faraó Ramsés III, narrando seus feitos na defesa do Egito e na manutenção da ordem cósmica, seja por meio de batalhas ou importantes rituais religiosos (Monteiro, 2015). Apesar do templo ser estudado desde a sua descoberta, ainda no século XIX, é apenas a partir de 1930 que uma série de publicações abrangentes de sua epigrafia e iconografia começam a sair pelo Instituto Oriental da Universidade de Chicago (*The Epigraphic Survey*, 1930, 1932; Ben-Dor Evian, 2014). É nos dois primeiros volumes que podemos encontrar a maioria das imagens de todos os relevos de Medinet Habu, dentre os quais estão aqueles que representam os Povos do Mar.

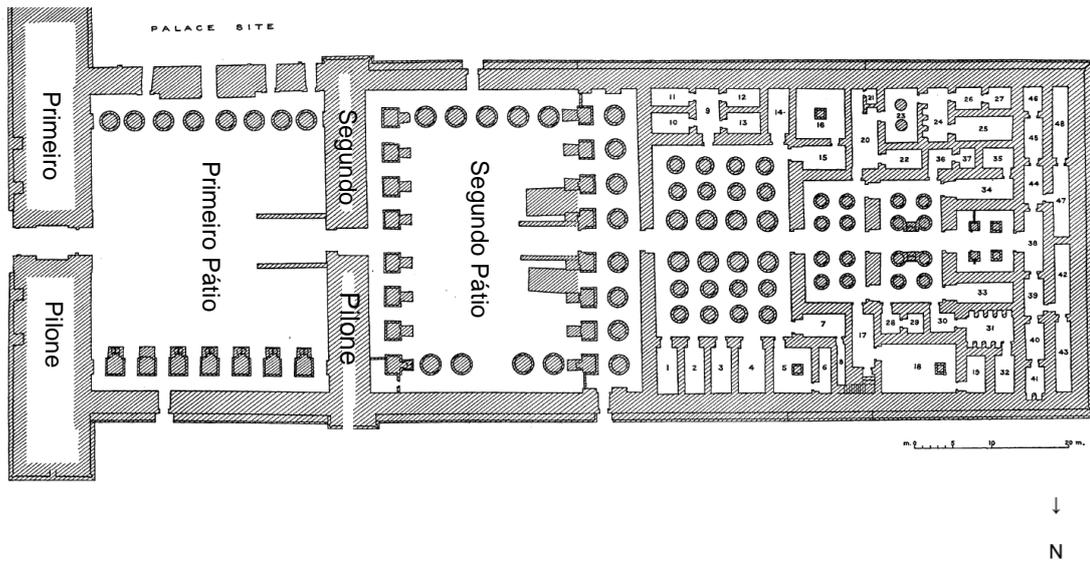
Antes de analisar os relevos é necessário compreender um pouco do projeto e da própria estrutura arquitetônica do templo, já que a arte egípcia costuma possuir um objetivo específico – que no caso desse templo é o de homenagear Ramsés III e comentar positivamente sobre seus feitos e ações (Cifola, 1988; Emanuel, 2021; Monteiro, 2015) – que dita toda a sua composição, desde os arranjos gerais, os indivíduos representados e seu posicionamento, objetos, cenário, fauna e flora etc., afetando assim tudo o que faz parte do conjunto.

Com relação à estrutura, o templo possui um pilone grandioso como uma das entradas<sup>63</sup>, seguido pelo primeiro pátio, depois temos mais um pilone e o segundo pátio, por meio do qual pode-se acessar o salão hipostilo. Quase todas as superfícies possuem relevos e inscrições, com temas que variam de questões religiosas às batalhas travadas por Ramsés III (Ben-Dor Evian, 2014), as três únicas inscrições longas encontram-se nas paredes internas – no primeiro e segundo pátio – e descrevem acontecimentos do quinto, oitavo e décimo primeiro ano do reinado do faraó (especificadamente a primeira guerra Líbia, a campanha dos Povos do Mar e a segunda guerra Líbia), sendo todas as outras inscrições no formato de legendas curtas que acompanham diferentes cenas e relevos.

---

<sup>63</sup> Cada um dos pátios também possui uma entrada em sua parede norte, como pode ser observado na parte de baixo da figura 8.

Figura 7 - Planta geral do templo funerário de Medinet Habu

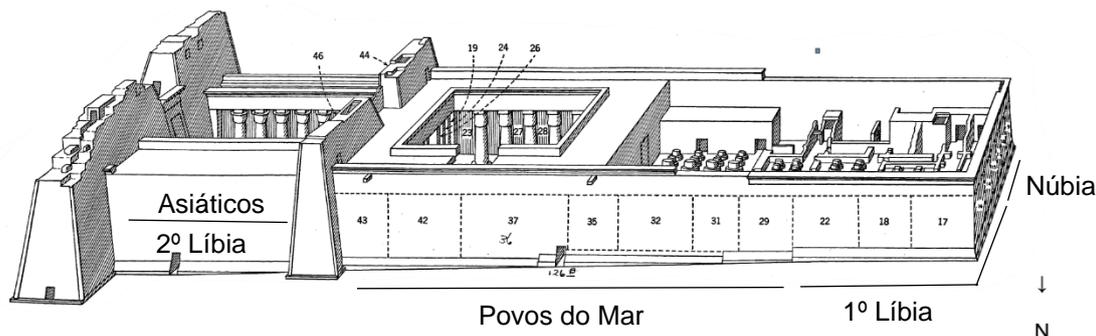


Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1930 (MH I, fig. 1)

Os principais relevos, que retratam as campanhas de Ramsés III estão nas paredes externas do templo, como podemos ver na figura 8, começando na parede oeste com a guerra da Núbia e indo até a segunda guerra da Líbia e a guerra Asiática entre o primeiro e segundo pilone. Esses relevos não incluem apenas representações dos combates, mas de cenas pré-guerra e de pós-guerra (Ben-Dor Evian, 2014, p. 22), organizadas de acordo com uma sequência rígida<sup>64</sup>, onde temos: a convocação divina, a marcha para a batalha, a batalha em si, o recolhimento de cativos (geralmente junto de algum tipo de celebração), e a apresentação dos saques e cativos para os deuses (Ben-Dor Evian, 2014; Redford, 2018). Por sua vez, a maioria dos relevos na parte interna segue a temática religiosa e divina, com algumas poucas exceções as quais se têm mais representações de cativos.

<sup>64</sup> No sentido de ser uma sequência tradicional do período, contendo todas as cenas que seriam esperadas nesse tipo de narrativa militar (Ben-Dor Evian, 2014)

**Figura 8 - Distribuição dos relevos das campanhas na parte externa do templo**



Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1930 (MH I, fig. 1)<sup>65</sup>

Um ponto importante que precisa ser abordado é a questão da credibilidade histórica do uso desses relevos e inscrições, um debate bastante comum entre autores que trabalham com Medinet Habu (Ben-Dor Evian, 2014; Cifola, 1988; Redford, 2018; Emanuel, 2021).

Apesar da natureza genérica e ideológica, tanto dos relevos quanto das inscrições presentes em Medinet Habu, já ser considerada um fato, isso não significa que essas fontes não possam ser utilizadas por pesquisadores em suas análises, mas é preciso ter em mente os cuidados necessários para identificar e separar possíveis informações que possam ter bases históricas.

Essa natureza genérica se refere aos estereótipos existentes nos textos e relevos, que representam questões puramente ideológicas e tradicionais na narrativa com intenção de promover as ações do faraó, legitimando assim seu reinado (Cifola, 1988; Emanuel, 2021; Monteiro, 2015; Roberts, 2009). Tratar as inscrições e relevos como “instantâneos” dos acontecimentos do fim da Idade do Bronze, e principalmente sobre a natureza dos Povos do Mar, é algo com o que devemos ter cuidado.

Para conseguir separar a parte genérica dos relevos e inscrições, e assim poder analisar informações de forma mais precisa, é necessário compreender o gênero, contexto e corpus de Medinet Habu.

<sup>65</sup> Os textos em português são inserções minhas, com o objetivo de deixar a visualização mais clara quanto à localização dos relevos relativos a cada campanha, a ideia foi tirada a partir de Ben-Dor Evian (2014, p. 27).

Como este assunto já foi amplamente discutido (Ben-Dor Evian, 2014, 2016, 2018; Cifola, 1988), basta apontar que o gênero pertence ao de documentos militares, comuns no Novo Reino, e que se divide em três fases principais: o pano de fundo, que narra os acontecimentos que levaram ao confronto; a reação, trata das decisões e ações do faraó para lidar com o problema; e o resultado, que nada mais é do que a restauração do *status quo* (Spalinger, 1982, p. 49 *apud* Ben-Dor Evian, 2018, p. 220). Cifola (1988) por sua vez, aponta que todas as grandes inscrições de Medinet Habu – que narram os conflitos de Ramsés III – compartilham essa mesma estrutura: desordem, intervenção do faraó, e normalização da situação.

Quanto ao contexto é preciso ter cuidado com duas questões: primeiro temos de considerar o contexto em que as próprias representações egípcias se encontram. Ou seja, buscar compreender que os relevos fazem parte de uma composição e seguem uma lógica de representação específica ligada à forma como os antigos egípcios percebiam e, mais importante, estruturavam as informações de acordo com um objetivo claro: destacar os feitos do faraó, ou em termos gerais, a propagação da ideologia faraônica (Emanuel, 2021; Matic, 2022; Monteiro, 2015; Roberts, 2009).

Em seguida, temos de observar também o contexto mais amplo e comparar as informações presentes em Medinet Habu com aquelas que podemos encontrar em outros locais do Mediterrâneo Oriental. Por exemplo, Amurru parece possuir um certo grau de importância em Medinet Habu, sendo um dos poucos topônimos a receber destaque em quase todas as grandes inscrições (Ben-dor Evian, 2018); quando comparado com os arquivos de Ugarit<sup>66</sup> podemos perceber que Amurru passava por problemas no período do reinado de Ramsés III (c. 1184-1153 AEC), logo as informações presentes nas inscrições epigráficas de Medinet Habu – sobre essa questão – parecem refletir um conhecimento real dos egípcios quanto aos eventos que ocorreram nessa região específica.

Por fim, tratando-se do corpus de Medinet Habu, voltamos a nos concentrar no principal objetivo dos antigos egípcios ao criarem os relevos que fazem parte de um templo funerário, “transmitir o poder do rei por meio de ícones conhecidos” (Spalinger, 2011 *apud* Ben-Dor Evian, 2014, p. 35, tradução nossa). A natureza genérica dos

---

<sup>66</sup> Como podemos ver na carta RS 20.162 onde um homem chamado Parsu solicita ao rei de Ugarit que envie informações sobre “o inimigo” para a terra de Amurru (Knapp; Manning, 2016, p. 120).

relevos é justamente criada pela repetição desses ícones feitos de modo a não serem confundidos, e assim buscando evitar a ambiguidade, com o objetivo principal de enfatizar as ações do faraó como aquele que traz ordem ao cosmos (Costa, 2017; Monteiro, 2015), ou seja, de caráter propagandístico.

Todavia, essa mesma repetição e estrutura também pode nos ajudar, já que algumas informações vitais como localidade do conflito, nível de poder tecnológico dos inimigos e sua identidade costumam estar sempre presentes neste tipo de relevo (Ben-Dor Evian, 2014). É no padrão de repetição dos ícones que podemos buscar informações sobre a identidade étnica dos Povos do Mar, sendo que o oposto também é verdade, afinal, na exceção, no que não é comum nas convenções estruturais que compõem esse tipo de relevo, podemos identificar informações úteis.

Por fim, ainda tratando desses ícones, Ben-Dor Evian (2014, 2016) também alerta que é preciso observar se estão de acordo com o padrão em que aparecem em outros monumentos, principalmente aqueles que sejam do mesmo período – que no presente caso é o Raméssida – para que possamos compreendê-los da mesma forma como um egípcio no reinado de Ramsés III o faria, observando assim se representam uma característica distintiva ou não.

### *2.1. Relevos*

Os relevos mais famosos de Medinet Habu são aqueles que compõem a campanha contra os Povos do Mar<sup>67</sup>, que seguem imediatamente a primeira campanha da Líbia na parte externa do templo. Esses relevos correspondem a sete cenas: a emissão de equipamentos/armas por parte do faraó; marcha para a batalha; batalha terrestre; caça ao leão; batalha naval; celebração da vitória; e a apresentação dos cativos para o deus Amon. Outra cena de apresentação de cativos pode ser encontrada na ala sul do segundo pilone, e uma série de representações diversas de cativos dos Povos do Mar aparecem em cenas mais gerais e com contexto narrativo impreciso, localizados no portão oriental e no primeiro pátio.

---

<sup>67</sup> É importante destacar que é possível que não tenha existido realmente uma grande campanha contra os Povos do Mar. Cifola (1988) aponta que o mais provável é que tenha ocorrido uma série de conflitos menores e que os construtores de Medinet Habu teriam aglutinado em uma única campanha – ou duas, se considerarmos que há duas grandes inscrições – de forma a ressaltar o poder de Ramsés III.

Das cenas que compõem a narrativa relativa aos Povos do Mar, Ben-Dor Evian (2014) destaca duas que não aparecem em nenhum outro contexto, seja em Medinet Habu ou em qualquer outro local até aquele momento. O faraó entregando armas para o exército egípcio e a caça ao leão. No entanto, em ambos os casos o debate decorrente da análise desses relevos<sup>68</sup> tem pouco a oferecer à nossa problemática, pois parecem estar mais relacionados ao estudo quanto à possível localização da batalha terrestre, e ao crescimento da importância dada ao exército durante o reinado de Ramsés III.

Apenas pode nos ser útil a possível relação, levantada e discutida por Cline e O'Connor (2003), da escolha dos leões como animais caçados pelo faraó – entre as duas cenas de batalhas, a terrestre e a marítima – com a forma com a qual os egípcios veriam os Povos do Mar. Segundo os autores a escolha dos leões demonstra que os egípcios os veriam como adversários dignos e poderosos, e isso se daria porque,

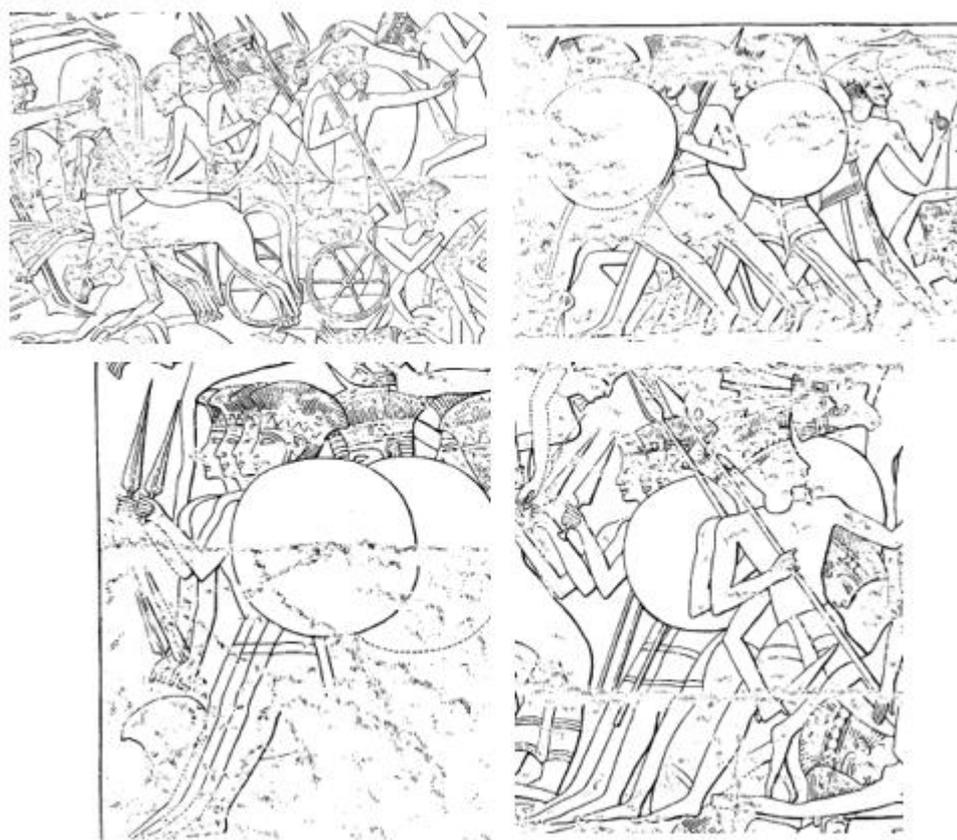
o leão era simbolicamente de alto valor para os egípcios [...], indicando que os Povos do Mar foram considerados adversários dignos. Outras cenas de caça em Medinet Habu indicam uma hierarquia de inimigos estrangeiros com levantinos equiparados a touros selvagens, classificados abaixo de leões, e os nômades líbios – mais risivelmente – com animais do deserto, como gazelas, burros selvagens e até lebres (Cline; O'Connor, 2003, p. 130-131, tradução nossa).

Essa é uma perspectiva que pode ser corroborada pela forma com a qual os próprios Povos do Mar são representados em ambas as batalhas: não apenas estão equipados com armas, escudos e armaduras, mas também estão lutando, até mesmo utilizando o que parecem ser formações militares como pode-se observar na figura 9.

---

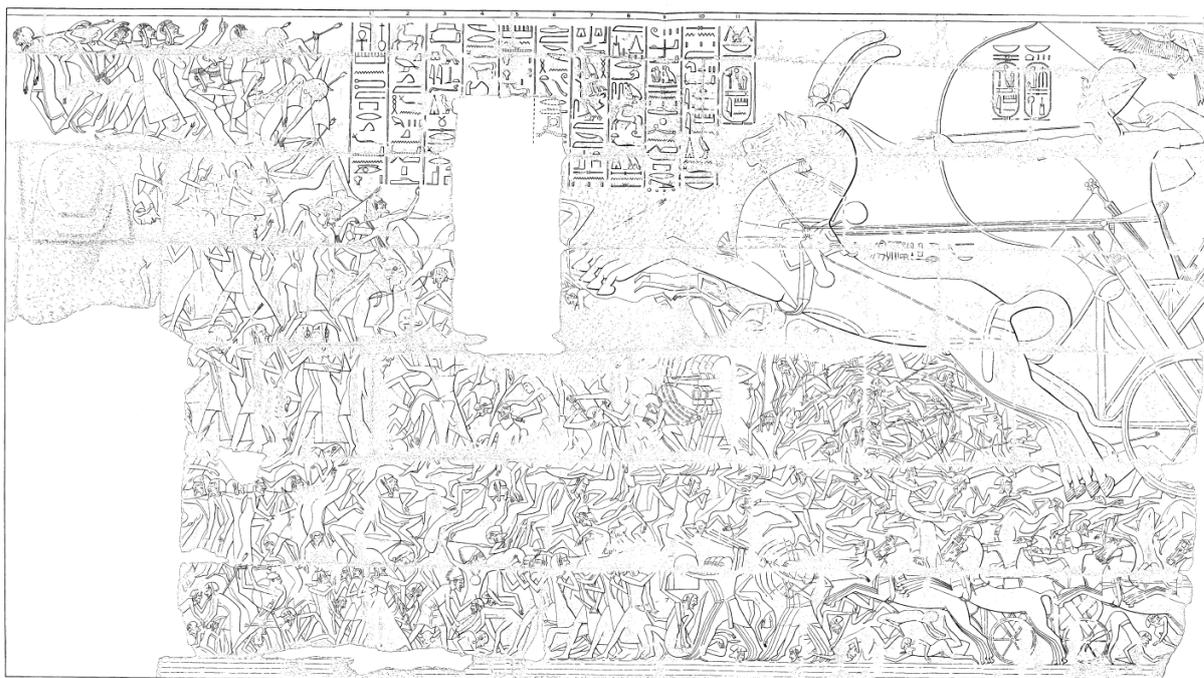
<sup>68</sup> Para a análise da cena de entrega de armas para o exército e suas implicações, assim como a análise da caça ao leão, veja Cline e O'Connor (2003) e Ben-Dor Evian (2014, 2016).

**Figura 9 - Fragmentos do relevo da batalha terrestre onde os Povos do Mar aparecem lutando e em formação militar**



Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1930 (MH I, pl. 32)

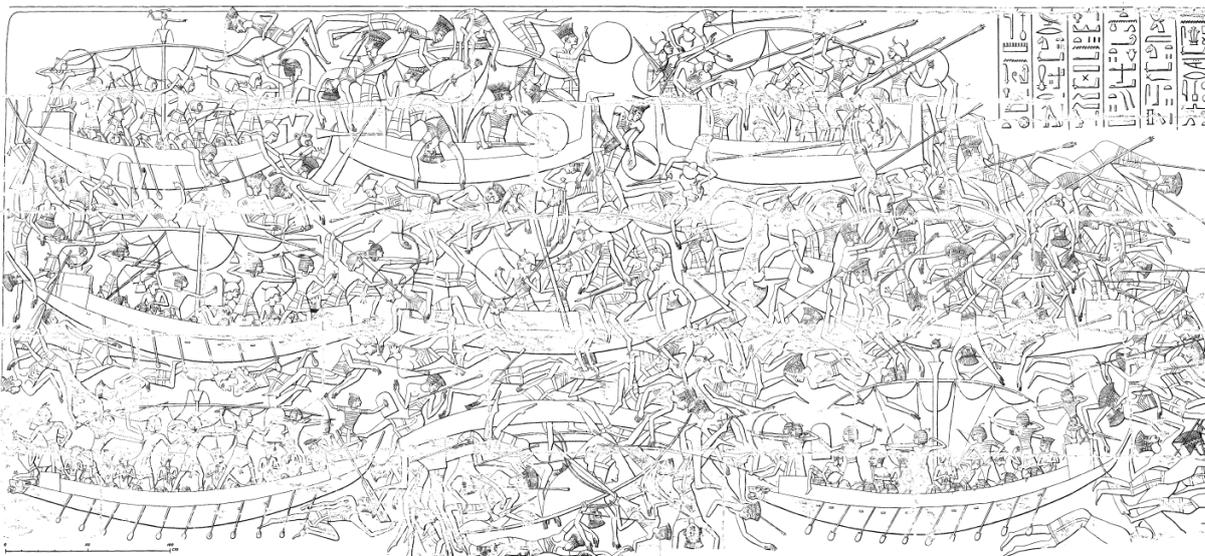
Nesses fragmentos é possível identificar uma certa organização militar dos indivíduos retratados, além de uma atitude mais ativa com relação à batalha, o que é considerado atípico em relevos de guerra egípcios, pois com frequência eles representam seus inimigos como inferiores, ao demonstrar desorganização e caos, e assim representar “a força maléfica e caótica de Isfet que é continuamente reduzida à impotência pelo poder avassalador da ordem cósmica e social, manifestada no triunfante rei egípcio” (Cline; O’Connor, 2003, p. 132, tradução nossa). Nesse sentido, o padrão para cenas de conflitos coloca os inimigos como uma massa disforme de corpos, em pânico e impotentes, ou até em posições submissas e não engajados em combate (Ben-Dor Evian, 2016, 2018), como podemos ver no relevo do conflito da primeira guerra Líbia localizado em Medinet Habu (figura 10).

**Figura 10 - Relevo da batalha contra os líbios**

Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1930 (MH I, pl. 18)

Ainda na figura 9, o aparente uso de carros de guerra e infantaria, a retirada ordenada e o uso de equipamento por parte dos Povos do Mar são características atípicas que não possuem paralelo em nenhum relevo de guerra do Período Raméssida (Ben-Dor Evian, 2014). Mesmo na batalha naval, os Povos do Mar parecem possuir algum grau de organização militar, novamente sendo representados com armas e armaduras e em claras posições de luta, como podemos ver na figura 11, mantendo assim a postura combativa e relativamente organizada como a presente no relevo da batalha terrestre, mesmo que ainda sejam representados como inferiores ao Egito.

**Figura 11 - Fragmento do relevo da batalha naval contra os Povos do Mar**



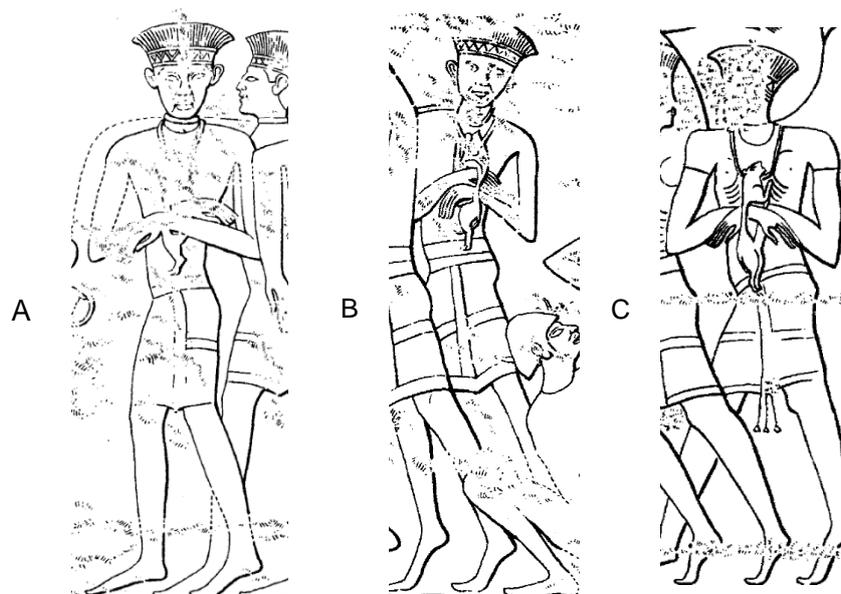
Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1930 (MH I, pl. 39)

Por fim, é interessante destacar que a própria noção de uma possível liderança dos inimigos também costuma ser deixada de lado nesse tipo de relevo, de forma a enfatizar o caráter despreparado e desorganizado daqueles que lutam contra o Egito (Cline, O'Connor, 2003). Porém, os líderes dos Povos do Mar parecem receber destaque nos relevos de Medinet Habu.

Normalmente em cenas de apresentação de saque e cativos, os prisioneiros estão amarrados pelos cotovelos, ficando em uma posição claramente desconfortável, no entanto em três representações diferentes<sup>69</sup> temos um cativo dos Povos do Mar usando uma algema em forma de leão (!), que o prende pelos pulsos de forma claramente mais confortável, como podemos ver na figura 12. Para Cline e O'Connor (2003, p. 132) as três representações seriam de um mesmo indivíduo, um suposto líder dos Povos do Mar, e de fato chama atenção a repetição dessas características: um indivíduo com uma tiara de juncos de estilo triangular, usando uma algema com o formato de um leão, e – em duas das três representações– olhando de frente, em vez de perfil.

<sup>69</sup> Duas delas sendo da parte inferior do relevo da batalha naval, onde temos os egípcios levando cativos da batalha, e uma sendo do relevo externo da apresentação dos cativos à tríade divina.

**Figura 12 - Fragmentos que mostram possíveis chefes dos Povos do Mar**



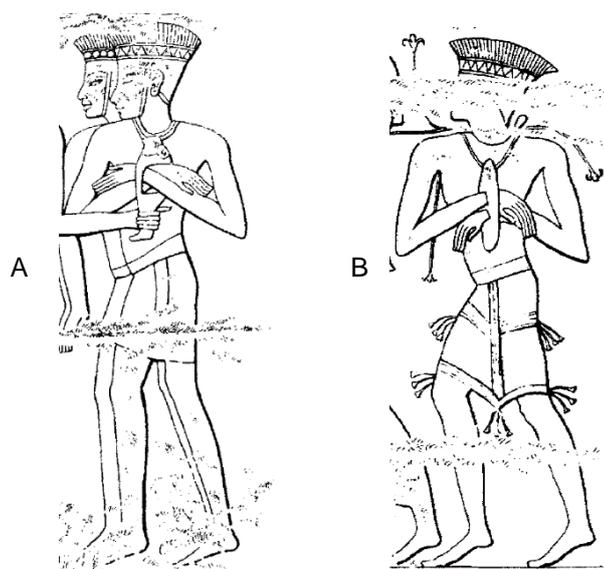
Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1930.

A e B = (MH I, pl. 41); C = (MH I, pl. 43)

Além dessas três representações apontadas pelos autores, é possível identificar mais duas, uma delas está na cena de celebração da batalha e a segunda em mais uma cena de entrega de cativos<sup>70</sup>. No caso da primeira, temos um indivíduo com tiara de juncos, mas agora usando uma algema que parece ser um cordeiro ou até mesmo um leão menos estilizado, como podemos ver na figura 13; já na segunda cena temos um indivíduo semelhante, porém com uma algema mais simples, é interessante notar que em ambas temos novamente indivíduos com tiaras de junco de estilo triangular.

<sup>70</sup> Nesse caso, um relevo na parede norte do primeiro pátio, onde cativos de diferentes etnias são apresentados aos deuses.

**Figura 13 - Fragmentos de dois outros, possíveis, chefes dos Povos do Mar**



Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1930, 1932.

A = (MH I, pl. 41); B = (MH II, pl. 99)

Outras referências a possíveis líderes dos Povos do Mar aparecem em diversas legendas de relevos menores: como na apresentação do saque e cativos para os deuses, onde se comenta sobre líderes dos tjekker<sup>71</sup> e no portão superior oriental, onde há uma representação diversos líderes cativos<sup>72</sup>, dos quais quatro seriam de etnônimos dos Povos do Mar – um tjekker, um sherden, teresh e um peleset<sup>73</sup>.

Podemos então perceber algumas características gerais atípicas nos relevos que, posteriormente, iremos nos debruçar para analisar a identidade dos Povos do Mar: a possível relação entre a representação de leões e os Povos do Mar; a clara referência à sua capacidade militar, com representações de armas (e no caso da batalha naval: armaduras), além do fato de serem os únicos inimigos que aparecem lutando contra as forças egípcias; e o destaque, em diferentes pontos, a seus

<sup>71</sup> Sendo a iconografia dos tjekker ligada à tiara de junco de estilo triangular.

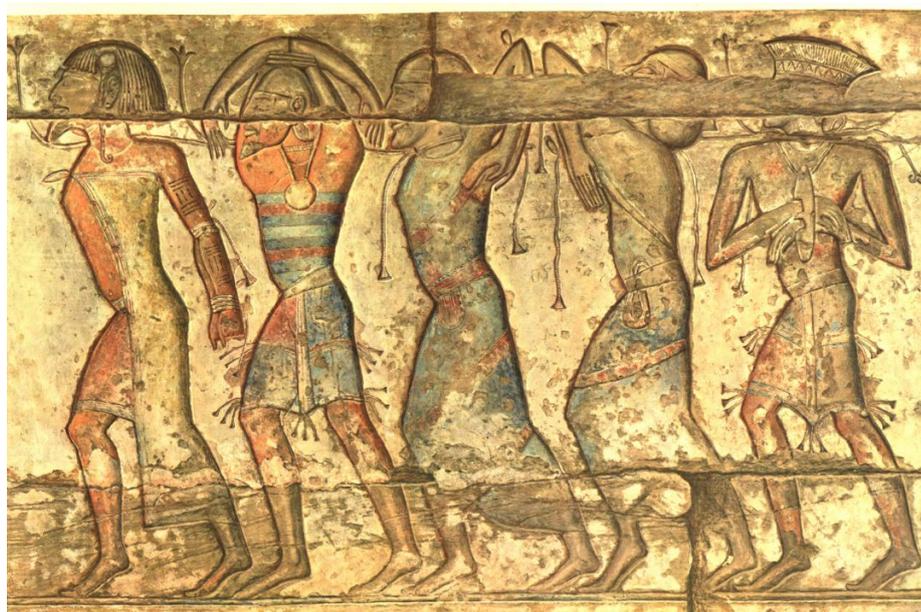
<sup>72</sup> Um relevo atípico ao colocar uma liderança para diversos inimigos do Egito.

<sup>73</sup> A presença do sherden e do teresh parece ser, inicialmente, uma informação contraditória, pois nenhuma das duas grandes inscrições fala da participação de membros desses etnônimos nos conflitos. No entanto, isso pode indicar que os etnônimos citados nas grandes inscrições representariam a maioria, e não os únicos, que teriam lutado contra os egípcios.

possíveis líderes. Cabe agora elencar alguns dos elementos específicos ligados aos Povos do Mar: suas vestimentas e adereços; as armas e escudos<sup>74</sup>; e seus barcos.

Tendo já discutido sobre como os adereços podem conter indícios sobre as possíveis identidades dos Povos do Mar representados em Medinet Habu<sup>75</sup>, faz-se necessário questionar se o mesmo pode ser dito de suas vestimentas, afinal D'Amato e Salimbeti (2015, p. 31) apontam que eles parecem usar apenas um estilo de kilt, o egeu/anatoliano. No entanto, sobre isso há pouquíssima informação que podemos extrair dos relevos devido ao nível de deterioração que se encontram, há apenas um único relevo em que os detalhes – e as cores – ainda estão preservados, como podemos ver na figura 14. Nesse relevo temos cinco indivíduos dentre os quais dois – o segundo da esquerda para a direita e o último da sequência – são considerados integrantes dos Povos do Mar (D'Amato; Salimbeti, 2015).

**Figura 14 - Representação de cativos de diversas etnias que ainda possui cores<sup>76</sup>**



Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1932. (MH II, pl. 100)

<sup>74</sup> Apesar de, na batalha naval, ser possível discernir o que parecem ser armaduras usadas pelos Povos do Mar, não há muitos estudos sobre o tópico; sobre as possíveis implicações étnicas – como possível local de origem – ou de uma análise profunda quanto a paralelos reconhecíveis na cultura material do Mediterrâneo Oriental. Para a única exceção, veja D'Amato e Salimbeti (2015).

<sup>75</sup> Tema abordado no capítulo anterior.

<sup>76</sup> Infelizmente essa é uma das poucas imagens presentes em toda a coleção *The Epigraphic Survey* com uma boa qualidade e uma das pouquíssimas a possuir cores.

Como podemos observar na figura acima, os kilts – além de geralmente possuírem o que parece ser “cordas com borlas [...] dispostas em cinco grupos de três, nas laterais e no centro do kilt” (D’Amato; Salimbeti, 2015, p. 32, tradução nossa) – eram pintados com padronagens diferentes a partir de tons de vermelho, azul, branco e, possivelmente, verde. Infelizmente, por essa se tratar da única cena em que a tinta foi preservada, não podemos comparar se a diferenciação na padronagem seguia um padrão que demarcasse os etnônimos, porém a cena serve para ressaltar que a iconografia dos Povos do Mar em Medinet Habu poderia possuir mais distinções do que podemos perceber hoje.

Todavia, não há apenas adereços e vestimentas para analisarmos nos relevos dos Povos do Mar, temos também armas, escudos e os barcos. Começando pelo equipamento militar, podemos destacar que os Povos do Mar – quando representados em relevos<sup>77</sup> – costumam estar equipados com escudos circulares; espadas e/ou lanças e punhais; e, no caso de Medinet Habu, carros de guerra.

Os escudos circulares chamam a atenção por serem considerados uma nova adição no aparato bélico do Mediterrâneo Oriental a partir da segunda metade do século XIII AEC, sendo atestados inicialmente em vasos e afrescos micênicos do LHIII B (Jung; Mehofer, 2008; Jung, 2018). No entanto, apesar do argumento em favor da origem europeia desses escudos – por serem comuns no norte e no centro da Europa desde o fim do século XIV AEC e início do século XIII AEC. – Jung alerta que “a falta de achados intermediários da Península dos Apeninos ou dos Balcãs centrais nos impede de reconstruir a rota pela qual esses escudos chegaram aos exércitos do Mediterrâneo oriental” (2018, p. 274, tradução nossa), por isso não fica claro se os escudos circulares foram trazidos da Europa ou se foram uma produção micênica de origem local.

O que é perceptível, no entanto, é a aparente coincidência do surgimento desse tipo de escudos com outra adição bélica no Mediterrâneo Oriental durante o fim da Idade do Bronze Tardia, a espada Naue II (Jung, 2018). Essa espada permitia não

---

<sup>77</sup> Os sherden aparecem em diversos outros relevos egípcios, principalmente os que representam a batalha de Kadesh, onde aparecem lutando do lado egípcio (Abbas, 2017; Emanuel, 2013; Roberts, 2009).

apenas estocar, mas também cortar (Jung, 2009, p. 72), o que a tornava uma verdadeira revolução que forçaria os guerreiros do Mediterrâneo Oriental a desenvolverem novos estilos de luta e defesa (Jung, 2018).

Os Povos do Mar também são sempre representados portando esse tipo de espada e suas variações nos relevos egípcios do Período Raméssida (Ben-Dor Evian, 2014; D'Amato; Salimbeti, 2015; Jung, 2009, 2018; Largacha, 2022; Mehofer; Jung, 2017). Os punhais também são característicos e identificados como do tipo Thapsos-Pertosa, comum no sul da Itália e na Sicília no século XIII AEC (Mehofer; Jung, 2017, p. 389-390), outro armamento típico usado pelos Povos do Mar – principalmente na batalha terrestre – são as lanças, comuns no Mediterrâneo Oriental, mas que durante o fim da Idade do Bronze passaram por modificações em que a ponta se tornou “um encaixe totalmente fundido em vez de um encaixe dividido e martelado” (Jung, 2009, p. 73).

Por fim, na cena da batalha terrestre, os Povos do Mar são representados lutando com carros de guerra (é possível identificar pelo menos dois) e apesar da sua forma ser retratada no estilo egípcio, elas são manobradas no estilo hitita com um cocheiro e dois guerreiros, enquanto os egípcios tinham apenas um cocheiro e um guerreiro (Ben-Dor Evian, 2014, p. 91-92). Esse elemento não é exclusivo dos Povos do Mar, os hititas também foram representados com carros de guerra na batalha de Kadesh e posteriormente os líbios começam a ser retratados com elas.

Sabemos que, assim como as novas armas e os escudos circulares, os carros de guerra foram uma revolução no estilo de guerrear do fim da Idade do Bronze Tardia (Ben-Dor Evian, 2014; D'Amato; Salimbeti, 2015). Nesse sentido, é interessante a consistência da iconografia dos Povos do Mar acompanhada por esses novos elementos que ofereciam vantagens contra inimigos que não os possuíssem. Podemos identificar dois possíveis motivos diferentes para justificar essa constância: poderiam ser representações reais do equipamento bélico dos Povos do Mar que ajudariam o observador a identificar a sua possível etnia ou procedência; ou, poderiam servir para definir o nível de poder tecnológico dos Povos do Mar, pois “para a narrativa egípcia ‘o nível tecnológico [...] do inimigo parece mais importante do que a sua força’” (Spalinger, 2011, p. 95 *apud* Ben-Dor Evian, 2014, p. 100).

Porém não vejo por que deva existir um caráter excludente entre essas duas possíveis hipóteses, afinal a própria autora destaca – no mesmo texto – que na convenção egípcia

o papel secundário das imagens é fornecer informações vitais para complementar as ações do rei, nomeadamente, a natureza e o alcance do inimigo. O termo secundário implica que nem sempre aparece em relevos, dependendo da disponibilidade de espaço. Esta informação suplementar foi apresentada através do emprego de convenções icônicas para representar a etnia do inimigo (estilo de cabelo, vestuário), as suas capacidades tecnológicas (armas, carros, cidades fortificadas) e a sua localização (as cidades fortificadas da Ásia Ocidental; a flora única na Núbia). campanhas e os cedros nas campanhas sírias) (Ben-Dor Evian, 2014, p. 67-68, tradução nossa).

Com isso, podemos considerar que a consistência da representação dos Povos do Mar em conjunto com o novo equipamento marcial introduzido no Mediterrâneo Oriental no fim da Idade do Bronze Tardia, poderia servir tanto para indicar a proveniência dos etnônimos quanto para caracterizar o nível tecnológico deles perante o Egito, ambas informações consideradas necessárias de serem repassadas pela utilização de ícones nos relevos. Por fim, seguindo essa lógica, a iconografia dos barcos dos Povos do Mar também pode ter servido para as mesmas finalidades.

Nesse sentido, os relevos presentes em Medinet Habu que tratam dos Povos do Mar, tanto as características atípicas como as consideradas genéricas podem nos ajudar a tentar entender a identidade étnica e a procedência desses povos. No entanto, é preciso destacar que este capítulo não tem a pretensão de esgotar os temas possíveis de serem estudados a partir desses relevos.

Agora, porém, passaremos às inscrições e legendas epigráficas de Medinet Habu que relatam o confronto do faraó contra os Povos do Mar, buscando analisar se existem mais indícios úteis.

## *2.2. Inscrições e legendas*

É importante destacar, desde o início, com qual(is) tradução(ões) trabalharei. Do egípcio antigo para o inglês a principal tradução existente é a de Edgerton e Wilson (1936), disponível virtualmente pelo *Institute for the Study of Ancient Cultures* da Universidade de Chicago, conhecida como SAOC 12. No entanto, também utilizarei

algumas das propostas de tradução levantadas por Ben-Dor Evian (2014), para alguns trechos específicos como uma tentativa de atualizar a tradução do SAOC 12.

Se tratando de metodologia, assim como no caso dos relevos, é preciso problematizar a historicidade das inscrições de Medinet Habu, não podemos simplesmente reduzi-las a “um conjunto de textos de prova, a serem consultados aleatoriamente sem reconhecer sua natureza retórica” (Redford, 2018, p. 123-124), ou seja, precisamos primeiramente identificar as características genéricas para poder extrair delas informações consideradas atípicas.

A tendência dessas inscrições epigráficas monumentais era de uma literatura poética e floreada (Cifola, 1988, p. 277), consistindo principalmente em elogios que engrandecem o faraó, seja em seu poder, feitos ou caráter. Esse é um ponto que se mantém central em basicamente todas as inscrições de Medinet Habu (Ben-Dor Evian, 2014; Cifola, 1988), sejam as que tratam dos Povos do Mar ou de outros acontecimentos. Redford (2018, p. 45) chega a apontar a eficácia dessa ação propagandística em cultivar uma forte tradição oral.

O relato literário também segue a estrutura do gênero militar, com um pano de fundo, uma reação e um resultado, em todas as grandes inscrições (Cifola, 1988). No entanto, ainda há alguns problemas com os quais precisamos lidar: a falta de informações tidas como básicas em qualquer narrativa do tipo; e a ausência de indícios de distúrbios em outros documentos textuais egípcios relativos aos primeiros anos de reinado de Ramsés III<sup>78</sup>.

O primeiro ponto se refere a dados esperados no gênero militar, como topônimos específicos das batalhas, e mais importante ainda, o número de vítimas ou de espólios conseguidos (geralmente na forma de cativos). Ambas as informações se encontram ausentes apenas nas inscrições relativas às batalhas dos Povos do Mar (Cifola, 1988; Redford, 2018). A falta desses dados de fato é intrigante, e levou Cifola (1988) a desconsiderar as batalhas como reais, para ela os Povos do Mar de fato causavam problemas ao Egito, mas isso teria ocorrido em diversas pequenas escaramuças em diferentes períodos do reinado do faraó, argumentação a qual tendo

---

<sup>78</sup> A única exceção é a Estela MAA 1939.552 que parece indicar ter ocorrido um conflito entre Ramsés III e os peleset durante o terceiro ano de seu reinado (Popko, 2016).

a concordar. Nesse sentido, os dois confrontos narrados por Ramsés III teriam sido construídos apenas aglutinando o assunto, com o objetivo de engrandecer o faraó.

Já o segundo ponto é comentado principalmente por Redford (2018) e está relacionado ao montante de documentos comerciais, estatais ou privados que parecem demonstrar apenas atividades cotidianas do faraó e de sua corte nos primeiros anos de seu reinado, com exceção de um fragmento de óstraco do sexto ano que faz uma referência rápida a uma “grande matança” (Redford, 2018, p. 107). No entanto, o próprio autor admite que

qualquer argumento baseado no silêncio desses textos dificilmente é convincente. A amostra é tão reduzida que a reduz a um mero status anedótico. Além disso, pode-se facilmente imaginar uma vitória para as armas egípcias, mesmo uma da magnitude da primeira guerra na Líbia que se alega ter sido, quase não provocando qualquer repercussão na vida longínqua de Tebas (Redford, 2018, p. 108, tradução nossa).

Por isso devemos ter cuidado com o ceticismo extremo, desconsiderar toda e qualquer inscrição do Período Raméssida (e até mesmo de outros períodos) como apenas de caráter propagandístico e sem valor histórico invalidaria trabalhar, não apenas com o Egito Antigo, mas com boa parte das fontes históricas de qualquer temporalidade. Dessa forma, reitero que é possível trabalhar com as inscrições epigráficas de Medinet Habu, bastando ter cuidado em observar, analisar e separar os termos genéricos dos atípicos em busca de indícios, no presente caso, da identidade dos Povos do Mar.

Abaixo trago um quadro onde pontuo quais etnônimos aparecem nas inscrições epigráficas que possuem relação com os Povos do Mar, seu código de referência no *The Epigraphic Survey* 1930 e 1932, assim como assinalo o tema principal dos relevos que acompanham a inscrição. Dessa forma, começarei o quadro pelas inscrições externas vinculadas à campanha de Ramsés III contra os Povos do Mar, e depois seguirei para as internas que nem sempre possuíam algum relevo associado, como é o caso das que narram os acontecimentos do quinto e do oitavo ano de reinado do faraó.

**Quadro 3 - Etnônimos presentes nas inscrições e legendas sobre os Povos do Mar em Medinet Habu**

Tema do relevo	Etnônimo	Referência de localização no <i>The Epigraphic Survey</i> , 1930 e 1932)
O faraó distribuindo armas ao exército	líbios e peleset	MH I, pl. 29
Exército marchando para a batalha	- (uso de termos genéricos: “países que violaram sua fronteira” e “Nove Arcos”)	MH I, pl. 31
Batalha terrestre contra os Povos do Mar	(Parte do texto está faltando)	MH I, pl. 32
O faraó caçando três leões	-	MH I, pl. 35
Batalha naval contra os Povos do Mar	- (uso de termos genéricos: “países do norte”, porém há o acréscimo “que estavam em suas ilhas”)	MH I, pl. 37
Celebração da Vitória	- (uso de termos genéricos: “países que vieram de suas terras”, porém há o acréscimo “nas ilhas no meio do mar”)	MH I, pl. 42
Apresentação dos cativos aos deuses	tjekker e líbios	MH I, pl. 43
Apresentação de cativos aos deuses (localizada na parte interna).	peleset, shekelesh, denyen	MH I, pl. 44
-	peleset e tjekker	MH I, pl. 28 (Grande inscrição do quinto ano)
-	peleset, tjekker, shekelesh, denyen e weshesh	MH I, pl. 46 (Grande inscrição do oitavo ano)
Cativos nas bases do pilar de Osiride	peleset	MH II, pl. 118C
-	tjekker, peleset, denyen, weshesh e shekelesh	MH II, pl. 107 (Estela sul do 12º ano)

Os sete chefes do norte, portão superior oriental.	hitita, Amurru, tjekker, sherden, shasu, teresh, peleset	MH VIII, pl. 600B
--	--	-------------------

Fonte: Composição da autora (2024)<sup>79</sup>

Alguns pontos que inicialmente podem se destacar ao observar o quadro são: a relativa consistência nas inscrições quanto aos etnônimos dos Povos do Mar que teriam enfrentado Ramsés III, sendo que as únicas exceções são o sherden e o teresh citados na inscrição dos sete chefes capturados; em seguida é possível notar que, de todos os etnônimos, aqueles que parecem se destacar com maior ênfase são os tjekker e os peleset, aparecendo em quase todas as inscrições; e, por fim, nos relevos externos da campanha temos uma maior presença de termos genéricos usados para assinalar inimigos do Egito, porém a adição de uma relação com o mar e com ilhas chama a atenção e, como dito anteriormente, é o que acabou influenciando o desenvolvimento do termo “Povos do Mar”.

Esses pontos levantam diversas questões, como: a consistência dos etnônimos citados se deve a uma veracidade dos fatos ou a uma ação de cópia entre os trabalhadores que construíram o templo? A relevância dos tjekker e dos peleset também se deve à realidade dos conflitos (ou esses eram os etnônimos mais conhecidos dos egípcios do período? Mas se esse for o caso, por que há apenas uma referência textual aos sherden, que eram o etnônimo mais conhecido pelos egípcios<sup>80</sup>? Por que os relevos externos não fazem referências mais diretas aos etnônimos que estariam presentes nas batalhas? E, por fim, podemos crer na veracidade de uma possível relação desses povos com “ilhas no meio do mar”?

É provável que a consistência entre nomes dos Povos do Mar que aparecem nas inscrições está relacionada tanto com a realidade dos acontecimentos – no sentido de que esses deveriam ser os grupos que vinham atacando o Egito, seja nos dois conflitos narrados em Medinet Habu, ou em uma série de batalhas menores ao longo dos anos – quanto com a escolha dos artistas que compuseram essas narrativas. Já quanto à ênfase dada aos tjekker e os peleset provavelmente deve-se

<sup>79</sup> Essa tabela foi feita como forma de organizar as aparições dos etnônimos dos Povos do Mar citados nas traduções de Edgerton e Wilson (1936) e Ben-Dor Evian (2014), também realizei uma comparação com os trabalhos de Cline e O’Connor (2003), Emanuel (2021), Redford (2018) e Van Binsbergen; Woudhuizen (2011) que trazem citações das mesmas inscrições.

<sup>80</sup> Com pelo menos dezessete citações em fontes egípcias (quadro 4).

a que, dentre todos os etnônimos citados, esses seriam os únicos que teriam participado de ambos os conflitos (quinto e oitavo ano), talvez indicando uma maior presença geral desses grupos não apenas nos conflitos, mas no período como um todo. Outra opção, se considerarmos que os conflitos narrados em Medinet Habu não existiram de fato, mas representam um aglutinado de diversas outras escaramuças menores, é que esses eram os dois grupos que – durante o reinado de Ramsés III – mais estavam dando problemas ao Egito.

Por sua vez, a ausência dos sherden como figura central das inscrições talvez seja mais significativa como um indicativo da historicidade das informações, pois normalmente pensaríamos que eles seriam a figura central da narrativa, por serem um dos grupos mais conhecidos dos egípcios (Abbas, 2017; Emanuel, 2013; Roberts, 2009). Isso também vale para os lukka, outro dos etnônimos mais famosos dentre os Povos do Mar, que aparecem em diversas inscrições egípcias e estrangeiras, mas que não é mencionado em Medinet Habu. A falta desses dois etnônimos – com exceção da inscrição dos setes chefes cativos que comenta sobre um “sherden do mar” (Ben-Dor Evian, 2014, p. 146; Emanuel, 2021, p. 217) – como representantes principais dos grupos em conflito com o faraó pode assinalar que, apesar de serem escolhas aparentemente óbvias, eles não estavam muito ativos no Egito durante o reinado de Ramsés III.

Por fim, quanto a esses grupos terem vindo de “ilhas no meio do mar” é uma característica que aparece com uma certa constância, não apenas nas inscrições de Medinet Habu, mas também em outras fontes<sup>81</sup>. No entanto, é importante ressaltar que não significa, especificamente, que todos os grupos que compõem os Povos do Mar tenham ilhas como suas terras natais, mas talvez seja um indicativo que eram hábeis navegantes e frequentavam as principais rotas mediterrânicas que, por sua vez, dependiam de ilhas como bases, as possibilidades são múltiplas.

Neste ponto é vital que sejam expostas as principais inscrições<sup>82</sup> do templo que tratam sobre o tema: as legendas da batalha naval e da celebração da vitória, e as inscrições do quinto e oitavo ano de reinado de Ramsés III. Para tal irei utilizar a

---

<sup>81</sup> Como no caso da Grande Inscrição de Karnak do reinado de Merneptah, narrando um conflito entre esse faraó e líbios apoiados pelos Povos do Mar.

<sup>82</sup> Para uma análise mais completa sobre todas as inscrições que citam ou se relacionam com os Povos do Mar, ver: Ben-Dor Evian (2014), Edgerton e Wilson (1936) Emanuel (2021) e Redford (2018).

tradução de Ben-Dor Evian (2014)<sup>83</sup>, os motivos para essa escolha já foram comentados anteriormente. Nem sempre a autora diverge do SAOC 12, mas quando isso ocorrer irei acrescentar uma segunda tradução – mais próxima da de Edgerton e Wilson (1936) – com a qual seja possível debater.

- Trecho da inscrição da batalha naval (MH I, pl. 37).

Agora as Terras Estrangeiras do Norte que estavam em suas ilhas tremiam em seus corpos. Eles penetraram (1) nos canais da foz dos rios (2) [...] (Ben-Dor Evian, 2014, p. 120, tradução nossa).

- Trecho da celebração da vitória (MH I, pl. 42).

Os países estrangeiros, que vieram de suas terras nas ilhas no meio do mar, vieram (1) em direção ao Egito enquanto seus corações confiavam em suas mãos [...] (Ben-Dor Evian, 2014, p. 122, tradução nossa).

- Grande Inscrição do quinto ano (MH I, pl. 28).

Os países estrangeiros do norte estremeceram em seus corpos, nomeadamente os filisteus e os sikila [ ] (1). Suas terras foram devastadas Suas almas quebradas vieram. Eles eram thr (3) em terra, outros (4) no mar. [...] Aqueles que vieram (5) por [terra foram derrubados e massacrados -----] (6), Amon-Re estava atrás deles, destruindo-os. Aqueles que entraram (7) nas Fozes do Nilo (8) eram como pássaros enredados na rede, transformados em uma massa uniforme? ----- Seus braços e seus corações foram removidos, levados embora, não estão mais em seus corpos. Seus líderes foram capturados e mortos; eles estavam prostados e foram em imobilizados ----- (Ben-Dor Evian, p. 126, tradução nossa)<sup>84</sup>.

- Grande Inscrição do oitavo ano (MH I, pl. 46)

As terras estrangeiras foram traídas em suas ilhas, desenraizadas e espalhadas pelas tropas terrestres ao mesmo tempo (1). Nenhuma terra poderia resistir às suas armas, nomeadamente Hatti, Qode, Carchemish, Arzawa e Alasia, devastadas [de uma só vez] (2). Um acampamento [foi colocado] em um local dentro de Amurru (3). Eles mataram seu povo, e sua terra era como aquela que nunca existiu. Eles estavam vindo, enquanto o fogo estava preparado diante deles, em direção ao Egito. Sua confederação (4) era formada pelos filisteus, sikila, shekelesh, danuna e weshesh, terras unidas. Eles colocaram as mãos sobre as terras para abranger a terra, com os corações unidos e confiantes: 'Nossos planos terão sucesso!' (Ben-Dor Evian, 2014, p. 135, tradução nossa).

<sup>83</sup> A autora continua abordando os etnônimos peleset e tjekker como, respectivamente, filisteus e sikila em suas traduções.

<sup>84</sup> Novamente a autora chama os peleset de filisteus e os tjekker de sikila nessa tradução.

Apesar dessas inscrições seguirem, de forma geral, a configuração genérica esperada para esse tipo de texto epigráfico (Ben-Dor Evian, 2014; Cifola, 1988), temos alguns pontos que precisam ser considerados: o acréscimo das referências ao mar e as supostas ilhas; à noção mais genérica de estarem localizadas no “norte” do Egito; assim como a aparente convergência quanto ao indício de problemas ocorrendo nas terras natais dessas populações – na legenda da batalha naval e nas inscrições do quinto e oitavo ano.

É justamente sobre esse tema que a tradução de Ben-Dor Evian (2014) quanto à inscrição do oitavo ano tem uma importante divergência com relação a reproduzida normalmente (e encontrada em SAOC 12), como pode-se perceber ao comparar com a versão dos autores Cline e O'Connor que é usada em seu texto seminal sobre os Povos do Mar:

Os países estrangeiros fizeram uma conspiração em suas ilhas. De repente, as terras foram removidas e espalhadas na briga. Nenhuma terra poderia estar diante de seus braços, de Hatti, Kode, Karkemish, Arzawa e Alashiya em diante, sendo cortada [uma vez]. Um acampamento [foi montado] em um lugar em Amor. Eles desolaram seu povo, e sua terra era como aquela que nunca existiu. Eles estavam avançando em direção ao Egito, enquanto a chama era preparada diante deles. Sua confederação era os filisteus, tjekru, shekelesh, denye(n) e washosh, terras unidas. Eles colocaram suas mãos sobre as terras até o circuito da terra, seus corações confiantes: 'Nossos planos terão sucesso!' (2003, p. 136, tradução nossa).

A principal diferença entre as duas versões se encontra basicamente nas duas primeiras frases, essa mudança deve-se à forma como alguns termos específicos tiveram seu significado reinterpretado. Dois são os motivos para essa modificação, o primeiro consiste em ver que

como o advérbio *m skj* intervém entre o verbo e o sujeito, *t3.w*, Helck se ofereceu para traduzir *skj t3.w* como ‘tropas terrestres’, lendo ‘desenraizadas pelas tropas terrestres’ e não ‘dispersas em batalha’. Isto significa que as tropas terrestres se tornariam o tema de todo o parágrafo, tendo devastado as suas próprias terras [...], bem como outras terras: ‘nenhuma terra poderia resistir diante de suas armas’, isto é, diante das armas das ‘tropas terrestres’ (Helck, 1995, p. 113-114 *apud* Ben-Dor Evian, 2014, p. 136-137, tradução nossa).

Já o segundo ponto que fundamenta a variação entre a tradução padrão e a trazida pela autora envolveria

ler a primeira frase usando a passiva *jrjj.w šdt.r* = foram traídos. A expressão *jrjj.w šdt.t* é exclusivo do corpus MH [Medinet Habu] [...] e traduzido por SAOC 12 como “fazer uma conspiração”, e no passivo, como aqui, se conspirou contra = traído. A expressão é paralela à função do verbo amplamente utilizado *k3j* = planejar, referindo-se nos documentos militares aos planos do inimigo [...]. Este motivo de ‘planejamento’ é extremamente comum em documentos militares egípcios, onde o inimigo é muitas vezes acusado de planejar um ataque contra o Egito [...]. A escolha de um termo diferente neste caso é provavelmente o resultado de uma traição diferente – não contra o Edito, mas contra as terras das ‘tropas terrestres’ (Ben-Dor Evian, 2014, p. 137, tradução nossa).

Partindo do que já discutimos quanto ao caráter retórico das inscrições egípcias, principalmente no gênero militar, a escolha de um termo diferente para se referir a uma suposta “traição” dessas “tropas terrestres” deve ser um ponto levado em consideração. Afinal, como vimos, a inserção de termos (ou símbolos, no caso dos relevos) atípicos pode servir como indícios históricos.

A compreensão de que os Povos do Mar (ou uma parte deles) eram conhecidos como tropas aliadas<sup>85</sup> de diversos estados do Mediterrâneo Oriental, corrobora com sua representação iconográfica atípica de guerreiros habilidosos nos relevos de Medinet Habu. Também nos traz pistas de que eles não surgiram repentinamente no século XII AEC ou desapareceram completamente após os acontecimentos do fim da Idade do Bronze Tardia, ponto que fica ainda mais em destaque quando observarmos, no próximo capítulo, outras fontes – egípcias, hititas, cipriotas e ugaríticas – que mencionam esses grupos.

---

<sup>85</sup> Inferência que vem da utilização do termo *thr* que representaria guerreiros estrangeiros, ou tropas aliadas, principalmente na inscrição do quinto ano de Medinet Habu (Ben-Dor Evian, 2014, 2015), e de forma mais geral na lista de pilhagem de Tunip (Redford, 2003) e em Karnak ao referir-se ao lado hitita da batalha de Kadesh (Ben-Dor Evian, 2014).

### 3º Capítulo – Para além de Medinet Habu: fontes textuais

Ao longo do Mediterrâneo Oriental fontes textuais citando os Povos do Mar são relativamente abundantes (levando em consideração o período). Porém em alguns casos seu conteúdo pode ser breve ou superficial, enquanto em outros há um grande potencial para análise sobre a procedência dessas populações ou, pelo menos, das regiões e assentamentos nos quais parecem concentrar suas atividades.

Dessa forma, esse capítulo, busca não apenas compreender o que os grandes reinos<sup>86</sup> do fim da Idade do Bronze Tardia tinham a dizer sobre os etnônimos dos Povos do Mar, mas também levantar questionamentos e hipóteses interpretativas quanto à identidade étnica dessas populações ou dos locais que parecem estar mais vinculados a elas.

Para isso, o capítulo foi dividido em duas seções principais: na primeira será analisada a maior parte dos documentos que citam os Povos do Mar, levantando suas possíveis implicações e significados que nos ajudem a esclarecer sua identidade; a segunda seção será voltada para outra importante fonte egípcia que, assim como Medinet Habu, narra um ataque coordenado de vários grupos dos Povos do Mar ao Egito, porém dessa vez datando da XIX<sup>a</sup> dinastia: a Grande Inscrição de Karnak

#### *3.1. Fontes textuais: os Povos do Mar no Mediterrâneo Oriental*

Com a grande quantidade de fontes escritas que citam os etnônimos dos Povos do Mar, torna-se inviável abordar todas, por isso optei por selecionar aquelas que possuíam maior potencial de análise de sua identidade. A seleção foi feita, inicialmente, tendo como base principal o trabalho de Adams e Cohen (2013), porém com alguns acréscimos de fontes citadas por outros autores como Albright (1959), Beckman; Bryce e Cline (2011), Bryce (1974), e Van Binsbergen; Woudhuizen (2011), a partir desse ponto dois outros critérios foram considerados: a acessibilidade à fonte em questão e, principalmente, a existência de informações que possam indicar a presença de um ou mais etnônimos em determinada região.

---

<sup>86</sup> Não é uma surpresa notar que, tratando-se de fontes escritas, tudo o que temos são documentos oficiais (políticos ou administrativos), sejam do Egito, Hatti, Alashya ou Ugarit.

O quadro abaixo sintetiza as fontes selecionadas, organizadas em ordem cronológica com: nome do documento; procedência; datação aproximada; etnônimo citado; e uma breve descrição do assunto tratado na fonte em questão.

**Quadro 4 - Principais fontes textuais relativas aos etnônimos dos Povos do Mar**

<b>Nome do documento</b>	<b>Procedência</b>	<b>Datação</b>	<b>Etnônimo dos Povos do Mar</b>	<b>Resumo do conteúdo</b>
Obelisco Abishemu	Egípcia (Byblos)	c. 1800 AEC	lukka	Uma homenagem ao rei de Byblos, Abishemu, e a Kukun – filho do lukka.
Os Anais de Tindhaliya I/II (CTH 142)	Hitita	Primeira Metade do século XIV AEC	lukka	É dito que os lukka fazem parte da rebelião da Anatólia Ocidental contra Hatti.
A Acusação de Madduwatta (CTH 147)	Hitita	Primeira Metade do século XIV AEC	eqwesh	O rei Arnuwanda I lembra que o governante Ahhiya expulsou Madduwatta de sua própria terra.
EA 38	Egípcia/Cipriota	XVIII Dinastia: Reinado de Akhenaton	lukka	O rei de Alashya reclama, em uma carta para Akhenaton, que os lukka têm atacado suas aldeias.
EA 81	Egípcia (Byblos)	XVIII <sup>a</sup> Dinastia	sherden	Um homem sherden teria desertado Rib-Habba de Byblos.
EA 122	Egípcia (Byblos)	XVIII <sup>a</sup> Dinastia	sherden	Menciona que os sherden viviam sob a suserania de Rib-Habba de Byblos.

EA 123	Egípcia (Byblos)	XVIII <sup>a</sup> Dinastia	sherden	Também menciona que os sherden viviam sob a suserania de Rib-Habba de Byblos
EA 151	Egípcia	XVIII <sup>a</sup> Dinastia	denyen	O rei de Tiro, Abi-Milku, diz ao faraó que o rei danuna morreu.
A Oração da Peste de Mursili II à Deusa do Sol de Arinna (CTH 376)	Hitita	Segunda Metade do século XIV AEC	lukka	lukka aparece listado como uma terra que prestava homenagem a Hatti, mas que agora se rebelou.
Anais de Mursili II (CTH 61)	Hitita	Segunda Metade do século XIV AEC	eqwesh	Comenta como a cidade de Millawanda e Uhhazitis (de Arzawa) se uniram a Ahhiyawa. Em um outro trecho cujo contexto está quebrado fala-se do rei de Ahhiyawa.
Tratado de Muwattalli II e Alaksandu (CTH 76)	Hitita	Primeira Metade do século XIII AEC	lukka	Muwattalli convoca a ajuda de Alaksandu em uma campanha contra a cidade de lukka.
Carta de um rei Ahhiyawa ao rei hitita (CTH 183)	Hitita	Provavelmente no começo do século XIII AEC	eqwesh	Uma carta do rei Ahhiyawa ao rei hitita escrita no idioma hitita.

A Carta Tawagalawa (CTH 181)	Hitita	1250 AEC	lukka eqwesh	Carta do rei de Hatti para o rei de Ahhiyawa discutindo diversos tópicos, dentre os quais sobre homens lukka pedindo ajuda para Ahhiyawa e para Hatti após serem atacados.
Anais de Hattusili III (CTH 82)	Hitita	Meados do século XIII AEC	lukka	lukka são incluídos em uma lista de grupos rebeldes, além de serem mencionados mais três vezes em um contexto incerto.
Estela de Tanis	Egípcia	XIX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Ramsés II	sherden	Ramsés II comemora ter impedido um ataque sherden.
Papiro Anastasi I/BM 10247	Egípcia	XIX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Ramsés II	sherden	Ramsés II possui sherden entre suas tropas.
Inscrições da Batalha de Kadesh	Egípcia	XIX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Ramsés II	lukka, sherden	Assuntos diversos, como: Ramsés II reivindicando uma vitória nas terras lukka; uma lista de aliados de Hatti na batalha de Kadesh, cujos lukka aparecem; já os sherden aparecem como parte do exército egípcio.

Inscrição de Tudhaliya IV aos seus administradores (CTH 255.1)	Hitita	Fim do século XIII AEC	lukka	lukka é dito sendo inimigo de Tudhaliya IV
Inscrição de Yalburt	Hitita	Fim do século XIII AEC	lukka	Tudhaliya IV ataca as terras lukka.
Tratado de Tudhaliya IV e Shaushgamuwa (CTH 105)	Hitita	Fim do século XIII AEC	eqwesh	Os reis do Egito, Babilônia, Assíria são considerados iguais ao rei de Hatti nesse tratado, o interessante é que o rei de Ahhiyawa também foi incluído, mas apagado em seguida <sup>87</sup> . O tratado também parece ter uma cláusula bloqueando navios Ahhiyawa com destino a Assíria.
Inscrição de Südburg	Hitita	Início do século XII AEC	lukka	Uma descrição da conquista e anexação dos lukka por Suppiluliuma II.
Grande Inscrição de Karnak	Egípcia	XIX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Merneptah	lukka, sherden, eqwesh, teresh, shekelesh	Ataque ao Egito feito pelos líbios tendo os Povos do Mar como aliados.

<sup>87</sup> Os autores Beckman, Bryce e Cline (2011, p. 67-68), acreditam que o escriba teria cometido um erro ao colocar o rei de Ahhiyawa com o status de grande rei, percebendo o problema ele tenta apagá-lo. Isso teria acontecido porque durante o reinado do pai de Tudhaliya IV, o rei de Ahhiyawa teria o status de grande rei, mas algo aconteceu – provavelmente a perda do controle de Millawanda – e ele perdeu esse status.

Coluna do Cairo	Egípcia	XIX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Merneptah	shekelesh	Eles são mencionados junto com os invasores líbios, em referência à batalha citada em Karnak.
Estela de Athribis	Egípcia	XIX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Merneptah	eqwesh, shekelesh, teresh e sherden	Lista de povos capturados na batalha.
Papiro Anastasi II	Egípcia	XIX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Merneptah	sherden	sherden estão entre as tropas do faraó.
Estela de Setemhebu	Egípcia	XIX <sup>a</sup> Dinastia	sherden	Uma fortaleza sherden é mencionada.
Cartas da corte hitita para Ammurapi de Ugarit (AhT 27A-B)	Hitita	c.1180	lukka, eqwesh	Carta do rei de Hatti, ou de sua corte, para Amurapi, cobrando o envio de lingotes para homens hiyawanos que estariam na terra de lukka.
RS 20.238	Ugarítica	c. 1180	lukka	O último rei de Ugarit, Amurapi, fala ao rei de Alashiya que seus navios estão na “terra de lukka”.
Estela MAA 1939.552	Egípcia	Provavelmente na XX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Ramsés III	peleset	Narra uma batalha terrestre ainda desconhecida contra os Peleset no terceiro ano do reinado de um rei cujo nome se perdeu <sup>88</sup> .

<sup>88</sup> Popko (2016) acredita que a estela deve ser atribuída ao reinado de Ramsés III, antecedendo assim o conflito entre o faraó e os Povos do Mar.

Medinet Habu	Egípcia	XX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Ramsés III	sherden, teresh, shekelesh, weshesh, denyen, tjekker, peleset	Onde temos duas grandes inscrições narrando o combate entre Ramsés III e os Povos do Mar, além de uma série de lendas.
Estela Retórica de Ramsés III em Deir el-Medina	Egípcia	XX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Ramsés III	teresh, peleset	É dito que eles navegaram no meio do mar.
Papiro Harris	Egípcia	XX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Ramsés III	sherden, weshesh, denyen, tjekker, peleset	Assuntos diversos, como: a punição definida por Ramsés III aos etnônimos citados; alocação de alguns deles em fortalezas no Egito.
Papiro Amiens	Egípcia	XX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Ramsés III	sherden	sherden administrando um domínio de Ramsés III e entregando grãos.
Papiro Wilbour	Egípcia	XX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Ramsés V	sherden	Quarenta e dois proprietários de terras são sherden.
Papiro de Adoção/ Papiro Ashmolean Museum 1945.96	Egípcia	XX <sup>a</sup> Dinastia: Reinado de Ramsés XI	sherden	Um testamento contando com duas das testemunhas são sherden.
Estela de Padjesef	Egípcia	Entre a XIX <sup>a</sup> Dinastia e a XXII <sup>a</sup> Dinastia	sherden	Padjesef é descrito como um sherden da fortaleza, mas a sua representação iconográfica possui traços egípcios e presta deferência aos deuses egípcios.

<i>Onomasticon de Amenope</i>	Egípcia	Entre a XX <sup>a</sup> Dinastia a XXII <sup>a</sup> Dinastia	lukka, denyen, sherden, tjekker, peleset	São listados em uma sequência de etnônimos e topônimos.
Relatório de Wenamun <sup>89</sup>	Egípcia	XXII <sup>a</sup> Dinastia	tjekker	Dor é descrita como uma cidade deles, além disso eles são escritos perseguindo Wenamun.
Inscrição de Karatepe	Hitita	Entre o século X e IX AEC	denyen	Uma inscrição semiautobiográfica do rei dos danunitas, da cidade de Adana. <sup>90</sup>
Inscrição Çineköy	Hitita	Século VIII AEC	denyen	Wariyka de Adana fala como seu povo se tornou vassalo dos Assírios, o termo dnnym é usado. <sup>91</sup>
Anais 13 de Tiglate-Pileser III	Assíria	Século VIII AEC	shekelesh ou tjekker	O rei Tiglate-Pileser III, durante uma campanha no norte e no oeste, saqueia uma fortaleza sob o comando de um homem chamado Shiqila ( <sup>m</sup> Ši-qi-la-a). <sup>92</sup>

<sup>89</sup> Adams e Cohen (2013, p. 661) apontam, no entanto, o cuidado que se deve ter com essa fonte, pois pode tratar-se na verdade de uma obra de literatura, sendo mais próximo de uma peça do que de um relatório oficial. O que, é claro, não impossibilita lidar com a fonte em si.

<sup>90</sup> Adams e Cohen (2013, p. 659) discutem como é problemático o uso dessa inscrição (e da seguinte) como atestando a presença denyen na Anatólia, pois pertence a um período muito posterior ao movimento dos Povos do Mar e as outras fontes que atestam seus etnônimos. Outra pesquisa (Lehmann, 2017) também aponta que não há evidências de destruição na Cilícia que poderia indicar a presença ou ação dos Povos do Mar na região (onde se localiza Adana), porém decidi trazer essa fonte mesmo assim devido ao seu uso contínuo em estudos que tratem sobre a origem dos denyen (Emanuel, 2021; Oreshko, 2018; Redford, 2018).

<sup>91</sup> Nota anterior.

<sup>92</sup> Como no caso das fontes debatidas nas notas acima, o período desta fonte é muito posterior aos acontecimentos do fim da Idade do Bronze. No entanto, Adams e Cohen (2013, p. 656) levantam a hipótese que o nome do comandante talvez tenha relação com os sikila comentados na fonte RS

RS 17.112	Ugarítica	-	sherden	Um texto que consiste em uma ação judicial entre dois cidadãos de Ugarit, um deles é dito ser filho do Šerdanu
RS 19.011	Ugarítica	-	sherden	O texto tem um possível nome pessoal sherden (Ḫrdn)
RS 15.167+163	Ugarítica	-	sherden	Um contrato onde o filho de um sherden vende uma propriedade.
RS 15.073	Ugarítica	-	sherden	Quatro sherden são contados em um registro de pessoas do palácio.
RS 15.015+ RS 15.025	Ugarítica	-	sherden	Cinco sherden são contados em um registro de pessoas do palácio.
RS 15.094	Ugarítica	-	sherden	Cinco sherden são contados em um registro de pessoas do palácio.
RS 15.095	Ugarítica	-	sherden	Cinco sherden são contados em um registro de pessoas do palácio.
RS 15.103	Ugarítica	-	sherden	Cinco sherden são contados em um registro de pessoas do palácio.

---

34.129, principalmente por ambas as fontes parecerem estar relacionadas à mesma região (o norte da Síria, de forma geral)

RS 16.165	Ugarítica	-	sherden	sherden aparece como destinatário nesta lista de provisões de vinho.
RS 16.251	Ugarítica	-	sherden	A etnia sherden parece estar inclusa no nome de um homem: lal-la-na-še-ri-da-ni.
RS 34.129	Ugarítica	-	shekelesh, tjekker	O rei hitita pede ao rei de Ugarit a extradição de um homem que teria sido prisioneiro dos šikala (que viveriam em navios).

Fonte: Composição da autora (2024)

Como dito antes, a intenção desta seção é levantar hipóteses interpretativas que possam nos ajudar a observar as movimentações dos Povos do Mar no Mediterrâneo durante o fim da Idade do Bronze Tardia. Logo haverão questionamentos que não terão uma resposta simples ou objetiva, mas que podem nos ajudar a compreender de onde esses povos podem ter vindo ou onde eles eram mais conhecidos.

O primeiro ponto que chama atenção é o quão ampla é a periodização dos relatos que citam alguns dos etnônimos dos Povos do Mar, eles surgem em documentos desde c. 1800 AEC – aumentando substancialmente no decorrer do século XIV AEC – e podem chegar até o século VIII AEC. Com isso podemos perceber que alguns estavam bem integrados às sociedades e redes do Mediterrâneo Oriental, enquanto outros parecem ter “surgido” no século XII AEC.

### 3.1.1. Lukka

Começando pelos lukka, um dos etnônimos que não são citados em Medinet Habu, mas que parecem ser velhos conhecidos do Império Hitita, além do Egito e de

Alashya. Das quinze fontes que falam dos lukka, nove são hititas, quatro são egípcias, uma egípcia/cipriota e uma ugarítica.

A relação entre os hititas e os lukka parece ser próxima, no sentido espacial, o que levou muitos pesquisadores a defenderem que a “terra lukka” seria em algum local da costa sul da Anatólia (Emanuel, 2021; Jung, 2017; Redford, 2018; Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011). As duas primeiras fontes (CTH 142 e CTH 376) que tratam sobre essa relação afirmam que os lukka eram aliados (vassalos?) de Hatti até fazerem parte de uma rebelião da Anatólia Ocidental no início do século XIV AEC, enquanto uma fonte (CTH 76) – da primeira metade do século XIII AEC – reforça que os lukka aparentemente continuavam fora do controle imperial.

Essa inimizade parece continuar durante todo o século XIII AEC como indicam três outras fontes (CTH 82, CTH 255.1, e a Inscrição de Yalbut), com exceção do que parece ter sido um pedido de ajuda dos lukka depois de serem atacados por um inimigo desconhecido (CTH 181), é apenas no século XII AEC – durante o reinado de Suppiluliuma II – que Hatti parece ter finalmente conseguido conquistar e anexar (novamente?) os lukka.

Essa fonte hitita parece corroborar com o único documento ugarítico (RS 20.238) que temos sobre os lukka, no qual o último rei de Ugarit – Amurapi – justifica, em uma carta trocada com o rei de Alashya, a ausência de seus navios<sup>93</sup> dizendo que estariam “estacionados em lukka”:

[...] Meu pai não está ciente do fato de que todas as tropas do senhor do meu pai estão estacionadas em Hatti e que todos os meus navios estão estacionados em Lukka. [...] (Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011, p. 228, tradução nossa).

Ou seja, Ugarit, por ser vassala de Hatti, parece ter enviado seus exércitos e navios para lutar ao lado de Suppiluliuma II contra os lukka, conflito no qual o Império Hitita teria saído vitorioso. Essa alusão aos navios ugaríticos estarem “estacionados em lukka” fortalece a noção que essa seria uma região costeira.

---

<sup>93</sup> Amurapi comenta sobre a ausência dos seus navios ao ser questionado pelo rei de Alashya sobre onde estariam os exércitos que o defenderiam de um ataque marítimo, esse que poderia ocorrer a qualquer momento e que alguns pesquisadores apontam derivar dos Povos do Mar (Cline, 2023; Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011).

Por fim, temos uma fonte do mesmo período e contexto regional, é o AhT 27A – B<sup>94</sup>, onde a corte hitita cobra o rei de Ugarit, o envio de lingotes para homens hiyawanos que estariam na “terra de lukka”, o que reforça que esse local seria conhecido tanto pelos hititas quanto pelos ugaríticos e aparentemente costeiro.

Passando para as fontes egípcias, a mais antiga é um pouco obscura, por fazer parte de uma pequena inscrição no Obelisco Abishemu localizado em Byblos, fazendo uma homenagem a um indivíduo chamado Kukun, que supostamente seria filho de lukka, segundo Albright (1959, p. 34). Por sua vez, no período de Amarna, temos uma carta (EA 38) em que o rei de Alashya aponta ao faraó Akhenaton sobre ataques constantes dos lukka a suas aldeias: “De fato, homens de Lukki, ano após ano, tomam aldeias em meu próprio país” (Moran 1992, p. 111, tradução nossa). É possível que esses ataques tenham acontecido na forma de saques relâmpago e pirataria (Hitchcock; Maeir, 2016a, 2016b; 2018).

É difícil precisar, no entanto, se essa era uma atividade comum dos lukka como um todo ou se foi a ação de um grupo específico dentro dessa população, de toda forma os coloca novamente como conectados ao mar.

Já no século XIII AEC temos as inscrições da batalha de Kadesh, que narram o conflito entre as forças egípcias e hititas pelo controle do norte da Síria. Nessas inscrições os lukka aparecem sendo listados como forças aliadas de Hatti, o que chama a atenção, pois durante esse mesmo período (século XIII AEC) as fontes hititas demonstram que os lukka seriam inimigos de Hatti – como vimos nas fontes CTH 76, CTH 82, CTH 255.1 e na Inscrição de Yalburt. Essa contradição nos leva a crer que o “lukka” referido nessas fontes seja a “terra de lukka”, enquanto a população lukka agia conforme seus próprios interesses, de modo que na Batalha de Kadesh estavam lutando como tropas aliadas de Hatti.

Outra informação presente nas inscrições de Ramsés II é a alegação de que o faraó teria conquistado uma vitória nas “terras de lukka”, o que novamente fortalece a noção de que essa região ficaria provavelmente no sul da Anatólia, tendo em vista as disputas entre Hatti e o Egito na região.

---

<sup>94</sup> Comentarei sobre essa fonte novamente quando abordar os eqwesh.

Os lukka são novamente citados na Grande Inscrição de Karnak, que narra um conflito que teria ocorrido durante o reinado de Merneptah. Nela, os lukka teriam feito parte de uma aliança liderada pelos líbios e atacado o Egito pelo Delta Ocidental. Esse ataque – e a principal fonte que o comenta – merecem uma atenção particular, por fazer parte das fontes que ajudaram a criar o termo “Povos do Mar” na historiografia, por isso optei por abordá-la em detalhes mais adiante em uma subseção específica. Finalizando as fontes egípcias, os lukka aparecem como um etnônimo no já comentado *Onomasticon de Amenope*, que elencam também os sherden, tjekker, peleset e denyen (Gardiner, 1947).

A partir desse conjunto de fontes é possível formar um quadro geral sobre esse grupo em particular. Os lukka deveriam estar assentados em algum lugar no sul da Anatólia, não apenas sendo conhecidos em todas as principais regiões do Mediterrâneo Oriental (do reino de Ahhiyawa até o Egito), mas também tendo a citação mais antiga relativa aos etnônimos dos Povos do Mar. Sua “terra” também parece ser um local bem definido, apontada diversas vezes nas fontes textuais desde o século XIV AEC, o que demonstra que eram uma sociedade sedentária, sendo inclusive mencionada uma “cidade lukka” na fonte CTH 76.

Além disso, os lukka também parecem ter participado em diversas ações de pirataria em Chipre (como cita EA 38) e possivelmente em outras regiões. A atividade mercenária também parece ter sido um elemento constante para os lukka, perceptível por suas ações na Anatólia Ocidental (na revolta citada no CTH 142), na Batalha de Kadesh ou no ataque ao Egito durante o reinado de Merneptah. Isso, junto com a perspectiva de que o Império Hitita aparentemente passou quase dois séculos tentando reconquistar e anexar a “terra de lukka” (tendo precisado do apoio do reino de Ugarit) demonstra que eles devem ter sido guerreiros habilidosos.

### 3.1.2. Eqwesh

Já sobre os eqwesh, temos uma situação peculiar. Tirando as duas fontes egípcias – ambas do reinado de Merneptah – que tratam sobre eles, não temos mais nenhuma citação direta a esse etnônimo em particular, porém diversos pesquisadores interpretam que a palavra seria uma versão egípcia do termo, mais bem documentado: Ahhiyawa (Cline; O’Connor, 2003; Emanuel; 2021; Jung, 2017; Redford, 2018). No

entanto, apesar de Ahhiyawa ser um importante reino do fim da Idade do Bronze muito é discutido sobre onde seria sua localização.

Atualmente o consenso acadêmico é de que Ahhiyawa corresponderia ao Egeu, e mais especificadamente, aos micênicos (Beckman; Bryce; Cline, 2011). De fato, a maior parte das fontes que tratam desse reino provêm da Anatólia, principalmente de documentos hititas, o que o coloca presumivelmente próximo dessa região. Com isso, partindo desse mesmo pressuposto, trato os eqwesh como vinculados a Ahhiyawa.

Tendo apresentado as proposições acima, podemos analisar as fontes que tratam sobre esse etnônimo. Entre os documentos encontrados no levantamento temos oito referências aos eqwesh, sendo seis do Império Hitita e duas do Egito.

A referência mais antiga data da primeira metade do século XIV AEC, chamada de Acusação de Madduwatta (CTH 147), onde o rei hitita comenta que o governante de “Ahhiya” teria expulsado Madduwatta<sup>95</sup> (seria ele um ahhiyawa antes de se tornar um vassalo hitita?) de sua própria terra:

Attarissiya, o governante de Ahhiya, expulsou [você], Madduwatta, de sua terra. [Então] ele o assediou e continuou a persegui-lo. E ele continuou a buscar uma morte [malvada] para você, Madduwatta. Ele [teria] matado você, mas você, Madduwatta, fugiu para o pai [de Minha Majestade], e o pai de Minha Majestade salvou você da morte. Ele [se livrou] de Attarissiya para você. Caso contrário, Attarissiya não o teria deixado sozinho, mas [teria matado] você (Beckman; Bryce; Cline, 2011, p. 71, tradução nossa).

Algumas décadas mais tarde, na segunda metade do século XIV AEC, nos Anais de Mursili II (CTH 61) consta-se que a cidade de Millawanda (Mileto) e uma cidade de Arzawa teriam se unido a Ahhiyawa, além de comentar sobre o rei desse reino em outro ponto do documento – em um contexto, infelizmente, quebrado. De fato, muitos documentos hititas tratam sobre conflitos no lado oeste da Anatólia e

---

<sup>95</sup> Madduwata era um vassalo hitita no oeste da Anatólia, não está claro se essa fonte era uma carta com o objetivo de fazê-lo repensar suas atitudes, ou um documento de acusação (Beckman; Bryce; Cline, 2011, p. 69).

Millawanda parece ter sido uma cidade muito disputada, mudando de lado algumas vezes (Beckman; Bryce; Cline, 2011).

No século XIII AEC, temos um documento que consiste em uma carta do rei de Ahhiyawa para o rei de Hatti (CTH 183)<sup>96</sup>:

§1 (obv. 1) [Assim diz ..., Grande Rei, Rei] de Ahhiyawa: [Diga a Sua Majestade, Rei de Hatti]:

§2 (obv. 2–4) [ ... ] qual [ ... ] hostilidade [ocorreu] ali. [ ... E isto] ocorreu. Então o [ ... ] dos mortos [ ... ]

§3 (obv. 5–20) No ano anterior, meu irmão me escreveu: [ "... ] Quanto às suas ilhas que [você ... ]—o Deus da Tempestade as deu a mim em subjugação." O Rei de Assuwa [ ... ] Kagamuna, [seu(?)] bisavô, [ ... ] se casou anteriormente. Então Tudhaliya, [seu bisavô, derrotou o Rei de Assuwa] e o subjugou. [As ilhas antes pertenciam de fato ao Rei de Ahhiyawa, e] agora escrevi [ao meu irmão] por conta [disso. Mas] para [ ... ] e do Rei de Ahhiyawa [ ... ] Mas no passado [ ... ] então [ ... ] na terra [de Hatti(?) ... ] contra [ ... ] estes [ ... ] para [ ... ]

(lacuna de comprimento incerto) (Beckman; Bryce; Cline, 2011, p. 135, tradução nossa).

Apesar da carta estar bastante danificada é possível discernir que seu conteúdo geral trata da legitimidade de posse de um grupo de ilhas que fariam parte de um dote realizado em uma geração anterior. Aparentemente o rei de Ahhiyawa tenta reafirmar a posse das ilhas, apesar dos hititas alegarem que a vitória de Tudhaliya sobre Assuwa lhes teria dado a posse dos territórios costeiros de Assuwa (Beckman; Bryce; Cline, 2011, p. 138), o que pode indicar que essa seja uma disputa por ilhas do Egeu próximas à costa da Anatólia.

Dois pontos chamam nossa atenção: a disputa por ilhas na costa da Anatólia pode reforçar a tese de que Ahhiyawa se localizaria no Egeu (assim como a disputa por Millawanda na fonte anterior); e o termo “meu irmão”<sup>97</sup> aponta que

<sup>96</sup> Provavelmente Muwattalli II (Beckman; Bryce; Cline, 2011)

<sup>97</sup> Apesar desse ser um termo genérico da linguagem diplomática do período ainda denota um sentido de equivalência, como discutido brevemente no caso de paridade de classificação (Liverani, 1987).

diplomáticamente esse reino se igualaria a Hatti, tornando-o uma das grandes potências do Mediterrâneo Oriental (Pozzer; Scoville; Balém, 2021, p. 165).

A próxima fonte é uma longa carta do rei hitita para o rei de Ahhiyawa (CTH 181), na qual diversos assuntos são tratados – entre os quais a resolução amigável de uma disputa sobre Wilusa (novamente colocando a costa oeste como ponto de contato entre Ahhiyawa e Hatti), sendo que o ponto principal da carta parece ser obter a cooperação na contenção das atividades anti-hititas do pirata Piyamaradu<sup>98</sup>.

O que nos interessa nessa carta é que em determinado trecho outro grupo dos Povos do Mar são citados: “[Então] quando o povo de Lukka apelou para Tawagalawa, ele foi para aquelas terras. Eles também apelaram para mim, então eu descii para aquelas terras” (Beckman; Bryce; Cline, 2011, p. 103, tradução nossa). Podemos perceber então que os lukka e os eqwesh vêm de regiões próximas e tinham relações entre si.

No fim do século XIII AEC, temos um tratado entre Hatti e Ugarit que coloca os reis do Egito, Babilônia e Assíria (CTH 105) – sendo o último colocado como seu atual inimigo – como grandes reis, equiparando-os ao rei hitita. No entanto, é possível perceber que Ahhiyawa fazia parte da lista, mas foi apagada<sup>99</sup>. O tratado também discute um bloqueio com relação aos navios de Ahhiyawa que teriam destino a Assíria por meio de Ugarit: “[Não permitirás(?)] que nenhum navio [de] Ahhiyawa vá até ele (isto é, o Rei da Assíria) [...] Quando ele despachar(?) [...] a divindade da tua terra [...] o palácio [...]” (Beckman; Bryce; Cline, 2011, p. 63, tradução nossa). A exclusão do reino de Ahhiyawa da lista dos grandes reis e a proibição de navegação (comércio?) parece indicar que as relações, até então amigáveis entre Hatti e Ahhiyawa foram desfeitas ou estão enfraquecidas.

A última fonte hitita também trata dos lukka e corresponde a duas cartas trocadas entre a corte de Hatti e Ammurapi, o último rei de Ugarit (AhT 27A-B). Ambas as cartas parecem tratar a respeito dos mesmos assuntos, dentre os quais está um atraso de um carregamento de lingotes (provavelmente de cobre) de Ugarit para (ah)hiyawanos presentes na terra de lukka:

---

<sup>98</sup> Parece ter sido um senhor da guerra ou um pirata. Foi um inimigo do império hitita e causou diversos problemas, além de parecer ter se aliado a Ahhiyawa (Beckman; Bryce; Cline, 2011).

<sup>99</sup> Os motivos para isso já foram abordados na nota de rodapé nº 87.

Em relação àqueles que devem uma obrigação de serviço sobre os quais você apelou para Minha Majestade — nesta ocasião, não enviei Satalli a você? Agora, me disseram que o (Ah)hiyawan está permanecendo na [terra] de lukka, mas que não há lingotes (de cobre) para ele. Neste assunto, não me diga que não há ação apropriada. Dê navios a Satalli, para que ele possa levar os lingotes para os (Ah)hiyawans. Em uma segunda ocasião, Minha Majestade não enviará novamente a você pessoas que devem uma obrigação de serviço (Beckman; Bryce; Cline, 2011, p. 257, tradução nossa).

A hipótese levantada por Beckman, Bryce e Cline (2011) é a de que esses homens hiyawanos formariam parte de grupos privados de aventureiros que trabalhariam como mercenários contratados de Hatti, tendo permanecido na Anatólia depois que Ahhiyawa perdeu o controle de partes da Anatólia Ocidental ou tendo vindo do Egeu em decorrência das crescentes convulsões que estavam ocorrendo (eles inclusive podem ter lutado ao lado de Suppiluliuma II contra os lukka, e esses lingotes podem o pagamento por seus serviços).

Indo agora para as fontes egípcias que tratam dos eqwesh, temos apenas duas, ambas se referindo a um mesmo acontecimento do reinado de Merneptah: a já comentada aliança entre os líbios e diversos estrangeiros (os Povos do Mar) na Grande Inscrição de Karnak, e uma lista de cativos capturados nessa batalha na Estela Athribbis.

Em resumo, é possível perceber a existência de uma proximidade geográfica entre Ahhiyawa e Hatti, assim como com a “terra de lukka”, o que reforça a noção desse reino como sendo localizado na esfera de influência micênica. Se de fato o etnônimo eqwesh pode ser compreendido como uma versão egípcia para o termo “Ahhiyawa” esse seria o segundo grupo dos Povos do Mar a ter sua localização conhecida, mas diferente dos lukka (no qual trabalhamos com suposições sobre sua cultura) teríamos muito mais informações sobre eles, considerando que eles seriam potencialmente egeus.

### 3.1.3. Sherden

Por sua vez, os sherden correspondem ao etnônimo dos Povos do Mar com o maior número de fontes textuais vinculadas a eles, totalizando vinte e sete fontes, das quais dezessete são egípcias e dez são ugaríticas. Observando a procedência dessas fontes é possível perceber uma aparente mudança de foco na localização desse grupo em comparação aos já comentados lukka e eqwesh, enquanto os dois últimos têm a maior parte dos documentos provindo da Anatólia (principalmente dos hititas), os sherden parecem concentrar suas atividades no Egito e em Ugarit.

As primeiras fontes egípcias são três cartas de Amarna (EA 081, EA 122 e EA 123), datando de meados do século XIV AEC, que parecem indicar que os sherden – ou pelo menos um grupo deles – estariam assentados no Levante e vivendo sob a suserania do rei de Byblos. A primeira narrando sobre a deserção de um homem “šerdannu” e as duas últimas narrando o que parece ser uma variação de um mesmo incidente, onde um homem “šerdannu” foi morto e três outros homens foram levados ao Egito.

Os sherden só voltam a aparecer nas fontes egípcias no reinado de Ramsés II, no século XIII AEC, em um conjunto de fontes que parecem ser complementares. Primeiro temos, na Estela de Tânis, o faraó comemorando ter impedido um ataque sherden contra a costa do Egito:

cuja fama atravessou o mar... os indisciplinados sherden a quem ninguém jamais soube como combater, eles vêm corajosamente [navegando] em seus navios de guerra do meio do mar, ninguém sendo capaz de resisti-los. [Mas ele os tomou com a força de seu braço valente, e os levou ao Egito] – Ramsés II (Kitchen, 1982, p. 40-41, tradução nossa).

A construção do texto segue o gênero militar com o enaltecimento do poder faraônico, mesmo assim é interessante o destaque dado aos sherden e sua conexão com o mar ou o “perigo” que eles representariam (Emanuel, 2014). Por mais que devamos levar em consideração que haja um exagero ao poder concedido aos sherden, falando que sua “fama atravessou o mar” é provável que pelo menos o contexto da informação seja verdadeiro o suficiente para ter sido usada como

característica principal desse grupo, ou seja, os sherden devem ter sido bons navegadores.

Por sua vez, no Papiro Anastasi I, Ramsés II alega que possui sherden entre suas tropas (talvez cativos capturados na batalha anterior?) ao comentar sobre a preparação de uma expedição militar a Canaã: “as tropas de soldados que estão diante de ti somam 1.900; (de) Sherden << š'rd'n' >>” (Gardiner, 1911, p. 19, tradução nossa). Por fim, diversas inscrições e relevos da Batalha de Kadesh, mostram sherden lutando ao lado do Egito, inclusive fazendo parte da guarda real de Ramsés II (Abbas, 2017; Emanuel, 2013).

No entanto, os sherden voltam a atacar o Egito no reinado de seu sucessor, Merneptah, também fazendo parte da aliança entre líbios e Povos do Mar, assim como aparece na lista de cativos dessa batalha. Depois disso eles aparecem sendo alocados entre as tropas do faraó, como apontado no Papiro Anastasi II (Abbas, 2017). Esse aparente ciclo (ataque ao Egito – derrota e captura – alocação no exército), pode ser um indício de que os sherden eram vistos como guerreiros talentosos e desejados pelos egípcios, sendo sempre integrados nas forças militares dos faraós (Abbas, 2017; Emanuel, 2013; Roberts, 2009). É inclusive mencionada uma fortaleza sherden na Estela de Setemhebu (Adams; Cohen. 2013, p. 649) (significando que o comandante era um sherden ou que a maior parte das forças estacionadas seriam dessa etnia?).

Em Medinet Habu é possível identificar sherden no relevo de distribuição de armas, lutando ao lado dos egípcios contra os Povos do Mar na batalha terrestre, e marchando na cena da caça ao leão. Sabemos disso devido à iconografia particular relacionada a eles, usada tanto nos relevos da batalha de Kadesh quanto em Medinet Habu (Abbas, 2017; Roberts, 2009), onde: utilizam elmos de chifres; portam espadas identificadas como Naue II ou adagas do tipo Pertosa e escudos redondos; e, como forma de distinguir aqueles que eram aliados ao Egito dos que eram inimigos, eles possuíam uma esfera central no elmo de chifres (Roberts, 2009, p. 61).

**Figura 15 - Recortes de possíveis sherden aliados**



Fonte: The Epigraphic Survey, 1930.

A = Fragmento da batalha terrestre (MH, pl. 32); B = Fragmento da caça ao leão (MH, pl. 35)

Porém, além de aparecerem lutando pelo Egito, temos pelo menos um sherden inimigo nomeado diretamente. Além dos elementos iconográficos definidores, a legenda que o acompanha o identifica como “sherden do mar”. É intrigante perceber que ele está representado com o elmo de chifres possuindo um disco central, que – como dito acima – é considerado um elemento representativo de sherden aliados do Egito. No entanto, nesse relevo ele aparece como um inimigo capturado.

Figura 16 - Recorte do líder sherden como cativo



Fonte: *The Epigraphic Survey*, 1930 (MH VIII, pl. 600)<sup>100</sup>

Apesar desse relevo ser o único que coloca nomeadamente um sherden como inimigo em Medinet, o Papiro de Harris<sup>101</sup> coloca os sherden como parte dos Povos do Mar que atacaram o Egito durante o reinado de Ramsés III:

Eu estendi todos os limites do Egito: Eu derrubei aqueles que o invadiram de (ou: em) suas terras. Eu matei os Denyen em (= que estão em) suas ilhas, os Tjeker e os Peleset foram feitos em cinzas. Os Sherden e os Weshesh do mar, eles foram feitos como aqueles que não existem, levados cativos de uma vez, trazidos como cativos para o Egito, como a areia da costa. Eu os estabeleci em fortalezas, presos em meu nome. Numerosas eram suas classes como centenas de milhares. Eu taxei todos a cada ano, em roupas e grãos dos armazéns e dos celeiros (Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011, p. 231).

Ou seja, enquanto em Medinet Habu os sherden não são listados como participantes diretos dos conflitos de Ramsés III e os Povos do Mar, o Papiro de Harris não apenas os cita, mas suprime o etnônimo dos shekelesh (que, por sua vez, estão

<sup>100</sup> Esse recorde faz parte de um relevo maior, onde são apresentados sete líderes cativos (The Epigraphic Survey, 1930, MH VIII, pl. 600).

<sup>101</sup> Escrito pelo sucessor de Ramsés III, e que narra as realizações desse faraó.

presentes em Medinet Habu). Não é possível saber com confiança o porquê dessa troca, no entanto a presença de sherden como cativos alocados em fortalezas e no exército egípcio é constantemente destacada (Abbas, 2017).

No Papiro de Amiens, também relacionado com Ramsés III, aparece a informação de que um domínio do faraó estaria sob administração sherden, além de pontuar que estariam entregando grãos. A partir deste ponto é possível perceber que os sherden parecem estar bem integrados à sociedade egípcia, para além de servir compulsoriamente em seus exércitos.

No reinado de Ramsés V temos referência de quarenta e dois proprietários de terras que são sherden<sup>102</sup>; enquanto no reinado de Ramsés XI – início do século XI AEC – temos um testamento das quais duas das testemunhas são sherden<sup>103</sup>. O que chama atenção nessas duas fontes é a percepção que, apesar dos sherden parecerem estar se integrando na sociedade egípcia, eles ainda são demarcados como uma etnia à parte.

A Estela de Padjesef, datada entre a XX e XXII Dinastia, pode servir de mais um indício de que os sherden apresentavam um possível grau de integração (com exceção de continuarem sendo destacados pelo seu etnônimo). Nessa estela temos um sherden chamado Padjesef que vive em uma fortaleza, na inscrição ele é chamado de “soldado sherden da grande fortaleza” (Emanuel, 2013, p. 21, tradução nossa). No entanto, o que mais se destaca é o relevo que acompanha a epigrafia: onde temos o sherden representado segundo a iconografia egípcia, ou seja, vestido como um, e fazendo oferendas aos deuses egípcios Heryshef e Hathor (Emanuel, 2013).

Isso pode indicar que, apesar de ser assinalado como sherden, Padjesef estava adorando as divindades egípcias e se vestindo com um egípcio, o que leva à complexa questão de como ele se identificaria. Isso se o relevo representar uma questão de identidade étnica, pois a representação de Padjesef pode ter sido feita apenas de acordo com a convenção artística egípcia sem significados mais profundos, seria preciso uma pesquisa mais profunda quanto ao assunto.

---

<sup>102</sup> Papiro de Wilbour (Adams; Cohen, 2013, p. 650)

<sup>103</sup> Papiro de Adoção/Papiro Ashmolean Museum 1945.96 (Adams; Cohen, 2013, p. 650)

A última fonte egípcia corresponde à XXII Dinastia, sendo o nome sherden listado como etnônimo no *Onomasticon de Amenope*.

Quanto às fontes ugaríticas<sup>104</sup> que citam o etnônimo sherden, ou podem ser relacionadas a eles, sua datação não é precisa, mas podemos supor que datem do século XII AEC<sup>105</sup>. Todas elas parecem indicar que havia uma comunidade sherden residente na cidade, seja pelas referências em ações judiciais, em contratos de vendas de terreno, como destinatário de provisões de vinho, ou em referências de que trabalhariam no palácio e até mesmo aparecendo inserido em nomes próprios.

Como dito anteriormente, ao contrário dos lukka e dos eqwesh que claramente possuíam relações mais próximas com a Anatólia e o Egeu, os sherden parecem ter interagido mais com o Egito, onde chegaram a se assentar (ou foram assentados compulsoriamente), e com Ugarit. Outro ponto que chama a atenção é que eles não parecem ser dessas regiões (pela insistência em demarcá-los etnicamente), mas terem se integrado a essas sociedades, o que mantém a dúvida quanto à sua origem.

#### 3.1.4. Denyen

Os denyen são bastante obscuros e as principais fontes que costumam ser usadas como referências a eles podem, na verdade, não ter nenhuma relação com o etnônimo. Das seis fontes que costumam ser analisadas (quatro egípcias e duas hititas), apenas em três (egípcias) podemos ter confiança de estarem realmente se referindo a esse grupo étnico.

Acontece que a carta de Amarna (EA 151) e as duas fontes hititas (as inscrições de Karatepe e Çineköy) se referem aos danuna e à cidade de Adana<sup>106</sup>. De fato, alguns pesquisadores ainda debatem se o etnônimo “denyen” corresponderia a uma versão egípcia para os danunitas – povo que viveria em Adana (Emanuel, 2021; Oreshko, 2018; Redford, 2018). No entanto, Lehmann, (2017) aponta em sua pesquisa que, a partir do que foi escavado (na Cilícia) até o presente momento, não

---

<sup>104</sup> Contabilizando dez, como pode-se ver no quadro 4.

<sup>105</sup> Ugarit foi destruída no século XII AEC, e boa parte das suas fontes textuais vêm de arquivos e registros encontrados em escavações feitas no local e que compõem o *Ugarit Archives* de Res Shamara. Com isso, boa parte desses documentos representam o cotidiano da cidade nos seus últimos anos.

<sup>106</sup> Uma cidade localizada na Cilícia, região costeira imediatamente ao sul do platô central da Anatólia.

há indícios da presença de qualquer atividade dos Povos do Mar na região. Por sua vez, Van Binsbergen e Woudhuizen (2011) argumentam se os denyen seriam uma população egeia, mais provavelmente os danaoi, o Papiro de Harris reforça essa noção ao alegar que o faraó teria matado os denyen em “suas ilhas”.

Com isso, resta-nos apenas as inscrições de Medinet Habu (que já vimos ter muito pouco a oferecer quanto à procedência dos denyen) e a lista presente no *Onomasticon de Amenope* (que já sabemos não oferecer nenhuma informação específica que poderia nos ajudar além de demarcá-los como um grupo populacional).

Em suma, se descartamos que os denyen poderiam ser os danunitas, não possuímos nenhuma fonte escrita que possa nos ajudar a buscar a identidade étnica desse grupo em questão, restando-nos apenas buscar na cultura material paralelos que podem ser vinculados aos indivíduos que os representam nos relevos de Medinet Habu.

### 3.1.5. Teresh

Outro etnônimo que possui poucas informações que podemos analisar são os teresh. Eles aparecem, exclusivamente, em fontes egípcias, totalizando apenas quatro referências, todas entre os reinados de Merneptah e Ramsés III (seriam eles um grupo novo no Mediterrâneo Oriental?).

Em Merneptah as duas referências a eles correspondem ao ataque líbio e a lista de cativos (respectivamente na Grande Inscrição de Karnak e na Estela de Athribis), já em Ramsés III temos – assim como no caso dos sherden – apenas uma referência a um possível líder capturado (aparecendo como “teresh do mar” em uma das legendas no relevo dos sete chefe cativos), e na Estela de Deir el-Medina, da qual não temos um contexto específico identificado, mas que aponta que os teresh (e os peleset) navegariam “no meio do mar”, ambas as fontes os vinculam ao mar.

### 3.1.6. Shekelesh

Por sua vez, os shekelesh possuem quatro fontes escritas egípcias, uma possível fonte ugarítica, e outra provável fonte assíria, sendo ela a mais recente entre os etnônimos dos Povos do Mar, datando do século VIII AEC.

Novamente, as duas primeiras fontes egípcias correspondem à batalha contra a Líbia e os Povos do Mar, e a lista de cativos resultante dela (Grande Inscrição de Karnak e na Estela de Athribis). No entanto, eles possuem mais uma fonte que faz referência a esse mesmo acontecimento, a Coluna do Cairo que menciona o conflito contra os líbios, mas cita exclusivamente os shekelesh como aliados deles, não comentando sobre os outros etnônimos (porque os egípcios, nessa coluna em particular, escolheram os shekelesh como representantes dos estrangeiros que se uniram aos líbios, quando os lukka e os sherden eram aparentemente mais conhecidos?).

Os shekelesh também aparecem em Medinet Habu, tanto nas inscrições como nos relevos. Depois disso, temos duas fontes que podem estar vinculadas aos shekelesh ou aos tjekker, não havendo consenso entre os pesquisadores.

A primeira fonte é uma carta da corte hitita para o rei de Ugarit (Ras Shamra 34.129) que parece reforçar que os shekelesh (ou os tjekker) não seriam conhecidos pelos hititas (ou pelo rei e sua corte), nela o rei de Hatti pede ao rei de Ugarit a extradição de um homem que teria sido cativo dos “sikala/sikila” – que viveriam em navios – com o objetivo de interrogá-lo sobre esse povo.

(1-4) Assim (fala) Meu-Sol, o grande rei, diz ao Prefeito: (5-7) "Atualmente, no que lhe diz respeito, o rei, seu senhor, é jovem; ele não sabe de nada. (8-10) Mas eu, Meu-Sol, enviei-lhe uma mensagem sobre Ilnadusu (II-12), que o povo de Sikila capturou, (13-14) (eles) que vivem em barcos. "(15-19) Aqui está Nirga-ili, no que me diz respeito, o kartappu, eu o enviei a você: (20-24) então você, envie-me Ilnadusu, que o povo de Sikila havia levado. (25-26) Pedirei a ele informações sobre Sikila (27-28) e então ele retornará a Ugarit (Bordreuil, 1991, p. 39, tradução nossa).

O ponto que leva à discussão se essa seria uma fonte que faz referência aos tjekker ou aos shekelesh não parece ter sido devidamente abordado na bibliografia sobre o tema. No entanto, considerando a transliteração de ambos os etnônimos em egípcio, *t3kk3r* ou *t3kk3r* (tkkr/tkr para tjekker) e *š3k3rwš3* (skls para shekelesh)<sup>107</sup> acredito que seja mais provável que os sikila correspondam aos shekelesh.

<sup>107</sup> As variações da transliteração dos etnônimos dos Povos do Mar em diversas fontes são analisadas em Woudhuizen (2018-2019).

De toda forma, a carta parece indicar que essa seria uma população desconhecida pelas cortes hitita e ugarítica, mesmo ambas possuindo extensos contatos com o Egeu e o Levante (seria um indício que esse grupo viria de outra região do Mediterrâneo?).

A última fonte é o Anais 13 de Tiglate-Pileser III, correspondendo ao século VIII AEC, o rei da Assíria, Tiglate-Pileser III diz,

Meu eunuco, o governador de Na'iri [capturou] as cidades de Supurgillu, [...], junto com as cidades de seus arredores, (e) levou seus despojos. Shiqila, o comandante da fortaleza, [capturou, ..., des]pojou (ela) e trouxe (o despojo) à minha presença para Hatti (Tadmor, 1994, p. 67, tradução nossa)

Essa foi uma campanha realizada no norte e no oeste (talvez na região de Amurru?), no trecho destacado é apontado que teriam invadido e saqueado uma fortaleza sob o comando de um homem chamado Shiqila, poderia ser um sikila? Se esse for o caso, como a fonte é posterior a carta RS 34.129 (que deve datar por volta do século XII AEC), isso poderia ser um indício de que os sikila mantiveram contato com a região, talvez até se assentando.

### 3.1.7. Tjekker

A partir da perspectiva que os sikila seriam os shekelesh, sobram apenas quatro fontes que fazem referência aos tjekker, sendo todas elas egípcias. Medinet Habu já foi extensamente analisado no capítulo anterior. No Papiro de Harris há a referência de que o faraó os teria derrotado “completamente”<sup>108</sup> ao colocar que “os Tjeker e os Peleset foram feitos em cinzas” (Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011, p. 231). A terceira fonte é o já comentado *Onomasticon de Amenope*, onde os tjekker são listados como um dos etnônimos.

A última fonte egípcia que cita esse grupo, é o Relatório de Wenamun também conhecido como Papiro de Golenischeff, onde a cidade de Dor – no Levante – é apontada como tendo se tornado um assentamento tjekker.

---

<sup>108</sup> O que provavelmente representa um exagero retórico, algo comum nesse tipo de fonte.

Cheguei a Dor, uma cidade dos Tjeker, e Beder, seu príncipe, mandou trazer para mim 50 pães, uma jarra de vinho e uma perna de vaca. E um homem do meu navio fugiu e roubou um [recipiente] de ouro, totalizando 5 deben, quatro jarras de prata, totalizando 20 deben, e um saco de 11 deben de prata. [Total do que] ele [roubou]: 5 deben de ouro e 31 deben de prata (Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011, p. 231).

A questão se essa fonte corresponderia ou não a um relatório real (ou a uma obra literária) não diminui seu valor, pois mostra que os tjekker não apenas continuaram no imaginário egípcio, como podem realmente terem se assentado no Levante, ao ponto de o possível autor do relatório/obra literária apontar esta relação.

### 3.1.8. Peleset

Tratando-se do penúltimo etnônimo dos Povos do Mar temos uma contradição, apesar dos peleset serem os mais estudados, sendo aqueles que se tem mais confiança da identidade, eles têm apenas quatro fontes textuais citando-os diretamente, sendo todas elas egípcias.

A estela MAA 1939.552 ainda é uma fonte pouco estudada e debatida devido ao seu mal estado de preservação. No entanto, depois de um extenso trabalho de reconstrução, Popko (2016) aponta que a estela trataria de um confronto entre um faraó – que ele acredita ser Ramsés III – e os peleset, no seu terceiro ano de reinado. Isso acabaria por antecipar em dois anos o início dos confrontos entre esse faraó e os Povos do Mar, além de reforçar a tese de Cifola (1988) de que esses conflitos eram mais constantes (e de menor intensidade) do que o que boa parte da historiografia acredita a partir da análise de Medinet Habu.

Como já comentei a respeito de Medinet Habu, da estela de Deir el-Medina (que cita que eles navegavam no meio do mar, assim como os teresh), do Papiro de Harris (alegando o mesmo fim dos tjekker, mas que sabemos não corresponder a verdade<sup>109</sup>), e da lista de topônimos e etnônimos que, como vimos, cita cinco dos nove

---

<sup>109</sup> Os peleset se assentaram no Levante, se considerarmos que são os filisteus, assim como pelas evidências arqueológicas ali encontradas que indicam que seriam uma população estrangeira, possivelmente egeia (Yasur-Landau, 2010).

etnônimos conhecidos dos Povos do Mar), passemos ao último grupo dos Povos do Mar.

### 3.1.9. Weshesh

Por fim, os weshesh são um dos etnônimos mais difíceis de se analisar, sendo citados apenas duas vezes, uma em Medinet Habu (o qual vimos ser o menos comentado e, talvez, o único que não esteja representado nos relevos de forma clara), e no Papiro de Harris, em que é dito que Ramsés III os derrota e leva-os como cativos, estabelecendo os weshesh em suas fortalezas.

## 3.2. *Merneptah e os Povos do Mar*

No quinto ano de reinado de Merneptah os líbios invadiram o Egito, com eles vieram uma aliança de cinco outros povos, respectivamente os: lukka, eqwesh, teresh, sherden e shekelesh (Cline; O'Connor, 2003; Kopanias, 2017; Largacha, 2022). A principal fonte que comenta esse acontecimento é a Grande Inscrição de Karnak.

- Grande inscrição de Karnak<sup>110</sup>:

[Início da vitória que sua majestade alcançou na terra da Líbia] eqwosh, teresh, lukki, shardana, shekelesh, nortistas vindos de todas as terras.

... a terceira temporada, dizendo: O miserável chefe caído da Líbia ... caiu sobre o país de Tehenu com seus arqueiros - shardana, shekelesh, eqwosh, lukki, teresh, levando o melhor de cada guerreiro e cada homem de guerra de seu país...

Lista dos cativos levados desta terra da Líbia e dos países que ele trouxe consigo...

sherden, shekelesh, eqwosh dos países do mar, que não tinham prepúcios:

shekelesh 222 homens

Perfazendo<sup>111</sup> 250 mãos

teresh 742 homens

Perfazendo 790 mãos

---

<sup>110</sup> A transcrição dessa fonte tem como base a tradução apresentada no texto seminal de Cline e O'Connor (2003).

<sup>111</sup> É importante apontar que aqui os egípcios estão destacando o número de mortos, contados a partir das mãos direitas, que eram amputadas. Nesse sentido, a lista contabiliza o número de cativos e o número de mortos de cada população.

shardana – –

[Perfazendo] - -

[ek]wosh que não tinha prepúcios, morto,

cujas mãos foram levadas, (para) eles

não tinha [prepúcio] – –

shekelesh e teresh que vieram como inimigos da Líbia – –

– – Kehek e líbios levaram como prisioneiros vivos 218 homens (Cline, O'Connor, 2003, p. 135, tradução nossa).

Destaca-se que a Grande Inscrição de Karnak traz mais uma indicação de que os sherden, shekelesh e eqwesh viriam dos “países do mar”, essa passagem – em conjunto com as de Medinet Habu – é o que fez com que a historiografia cunhasse o termo “Povos do Mar”.

Também podemos observar a referência de que os eqwesh não tinham prepúcios e por isso suas mãos foram utilizadas para contabilizar o número de mortos, essa informação levou D’Amato e Salimbeti (2015) a considerar uma possível origem semítica para os eqwesh, porém precisamos considerar dois pontos que divergem dessa noção.

A contagem de mãos é listada no caso dos outros etnônimos, se a circuncisão fosse o motivo para optarem pela mutilação de mãos em vez de falos, então isso significaria que – pelo menos – os teresh e os shekelesh também seriam circuncisados, porém outra passagem aponta a existência de mãos decepadas de todas as terras estrangeiras que teriam acompanhado os líbios (Kopaniak, 2017, p. 126-127). Isso nos faz pensar que apenas os falos não circuncisados seriam cortados de acordo com a prática egípcia, ainda que Kopaniak (2017, p. 127) argumente que isso não era uma tradição do Egito.

O autor aponta que não há nenhuma outra referência textual ou visual que ateste a prática, com exceção dos reinados de Merneptah e Ramsés III, sendo em ambos os casos um tratamento empregado exclusivamente aos líbios (Kopaniak, 2017, p. 126-127). Sem representar um propósito prático – de contabilizar o número de inimigos mortos, que era realizado pela contagem de mãos direitas – a mutilação do falo parece ter servido como punição *post-mortem*. Os motivos para isso são incertos, mas para Kopaniak parece que os “egípcios utilizaram a prática dos

guerreiros do norte de circuncisão como uma justificativa para destacar os líbios” (2017, p. 127, tradução nossa).

Nesse sentido, é difícil precisar se algum dos indivíduos dos Povos do Mar, presentes na Grande Inscrição de Karnak, seriam de fato circuncisado ou se essa foi apenas uma desculpa dos egípcios para poderem enfatizar e diferenciar os líbios.

Outra questão discutida nesse mesmo artigo é sobre qual teria sido o envolvimento dos “guerreiros do norte” na batalha entre líbios e egípcios. O argumento usado no próprio relato egípcio é que os líbios estariam vagando em busca de comida e, por isso, teriam invadido o Egito. Estariam os Povos do Mar também em migração, em busca de melhores terras para se assentar?

Kopnias (2017, p. 124) aponta que, na verdade, nenhuma inscrição de Merneptah faz alusão a uma grande migração de fato. As únicas mulheres e crianças que aparecem nas inscrições são as esposas e filhos do líder líbio, não havendo nenhuma menção a dependentes de algum dos etnônimos dos Povos do Mar. Além disso os líbios trouxeram consigo muitos bois, carneiros e cabras, que não apenas demonstra que não estariam passando fome, mas que parecem ter servido para alimentar o exército, ou seja, eram uma força invasora organizada.

Outro ponto é a presença de diversos vasos de prata e outros metais, além de joias e ouro. Para Kopnias (2017) – opinião reforçada por Largacha (2022) – esses itens serviriam para o pagamento de forças mercenárias contratadas: os Povos do Mar. Nesse sentido, as próprias inscrições enfatizam que esses guerreiros “passam o dia vagando e lutando” (Kopnias, 2017, p. 125, tradução nossa), apesar dessa passagem ter sido interpretada como indicação de migração, para o autor ela seria uma forma de destacar “que eram soldados profissionais que ganhavam a vida ‘vagando e lutando’” (Kopnias, 2017, p. 125, tradução nossa).

Além desses pontos, a Grande Inscrição de Karnak, e outras fontes do reinado de Merneptah, não oferecem mais nada quanto à possível identidade dos Povos do Mar, apenas enfatizam o caráter guerreiro e o seu envolvimento como forças mercenárias à disposição dos estados e sociedades do Mediterrâneo Oriental durante o fim da Idade do Bronze Tardia.



As questões e comentários discutidos até o momento, tinham como objetivo levantar possíveis interpretações da origem ou da etnicidade dos grupos que compõem os Povos do Mar por meio das fontes textuais. Sozinhas essas fontes não parecem esclarecer diretamente esses pontos (talvez com exceção dos lukka e dos eqwesh), tornando necessário que busquemos na cultura material informações que possam complementar, ou quem sabe contradizer, essas perspectivas.

#### 4º Capítulo – Para além de Medinet Habu: cultura material

Individualmente, muitas pesquisas têm sido realizadas quanto à identidade dos Povos do Mar a partir de determinado objeto de cultura material ou representação iconográfica (Artzy, 2021; D’Amato; Salimbeti, 2015; Emanuel; 2015-2016). No entanto, poucos tentaram abarcar mais de um tipo de fonte por vez, ou buscaram analisar o escopo completo de fontes textuais e materiais na tentativa de compor uma síntese. As maiores exceções a essa norma foram: o trabalho de Win Van Binsbergen e Fred Woudhuizen no livro *Ethnicity in Mediterranean protohistory* (2011); e o livro de Peter Fischer e Teresa Bürge, *“Sea Peoples” Up-to-Date: New Research on Transformations in the Eastern Mediterranean in the 13th–11th Centuries BCE* (2017).

No primeiro caso, Van Binsbergen e Woudhuizen (2011) se debruçaram na formulação e aplicação da teoria da etnicidade na proto-história mediterrânica a partir do estudo de caso dos Povos do Mar. Apesar de também utilizarem os estudos étnicos para analisar essas populações os autores advêm de uma questão diferente. Primariamente, eles partem da noção de que, de fato, os Povos do Mar foram os responsáveis pelo declínio de diversos reinos e assentamentos do fim da Idade do Bronze Tardia<sup>112</sup>, de modo que eles se questionam como nove populações diferentes “poderiam se identificar o suficiente entre si a ponto de formar uma força formidável capaz de desferir um golpe letal no império hitita e enfraquecer permanentemente o estado egípcio?” (Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011, p. 28, tradução nossa).

Mesmo trabalhando juntos nessa investigação ambos os autores chegam em conclusões divergentes, para Van Binsbergen os Povos do Mar possuem uma identificação étnica circum-mediterrânica de orientação pelasgiana, enquanto para Woudhuizen ela advêm de uma identidade indo-europeia compartilhada a partir de uma prévia conexão, também estando baseada na pressão da expansão *Urnfield* da Europa para o Mediterrâneo – o que teria forçado os Povos do Mar a migrarem. Mesmo chegando a diferentes conclusões, o trabalho desses autores ainda é seminal por abordar tanto fontes textuais como de cultura material por meio dos estudos étnicos.

---

<sup>112</sup> Questão que particularmente discordo, mas que será discutida em uma pesquisa futura.

Por sua vez, o livro de Peter Fischer e Teresa Bürge (2017) é o trabalho mais recente a reunir pesquisas de diferentes autores com relação aos Povos do Mar, investigando desde os problemas de se trabalhar com o tema, até métodos baseados no estudo do clima; investigações quanto à cultura material; sobre a relação entre os Povos do Mar e mudanças do fim da Idade do Bronze Tardia; assim como estudos de caso de Chipre, Cilícia, Levante e Itália. Desse modo, esse livro é o mais recente e com um amplo escopo temático a analisar especificamente os Povos do Mar e os temas correlatos a atividade dessas populações.

Tendo em vista esses e outros estudos, pretendo – preliminarmente – investigar indícios dos Povos do Mar por meio da cultura material do Mediterrâneo Oriental e Central, considerando tanto os métodos propostos pelos estudos étnicos como o contexto histórico da Idade do Bronze Tardia, com suas amplas redes comerciais, diplomáticas e culturais. Para, por fim, comparar com as informações disponíveis nas fontes textuais e averiguar a possível identidade dos Povos do Mar.

#### *4.1. Rastreamento indícios da cultura material dos Povos do Mar*

A arte egípcia costuma utilizar de símbolos (ícones), que ajudam a expressar conceitos e ideias, no caso do gênero militar uma das informações comumente destacadas é a identidade dos inimigos (Ben-Dor Evian, 2014). Nesse sentido, a representação das armas, escudos, elmos, tiaras e barcos dos Povos do Mar em Medinet Habu podem ajudar a mapear – ao longo do Mediterrâneo Oriental e, em alguns casos, Central – objetos de cultura material semelhantes, de modo a contribuir na tentativa de sugerir locais e regiões vinculadas a essas populações.

Partindo da análise das representações dos Povos do Mar nos relevos de Medinet Habu, e de uma ampla revisão bibliográfica de autores que além de trabalharem com cultura material do fim da Idade do Bronze Tardia, também investigaram a questão da identidade dos Povos do Mar, compus uma seleção de fontes materiais<sup>113</sup> que apresentam potencial para examinar essas populações.

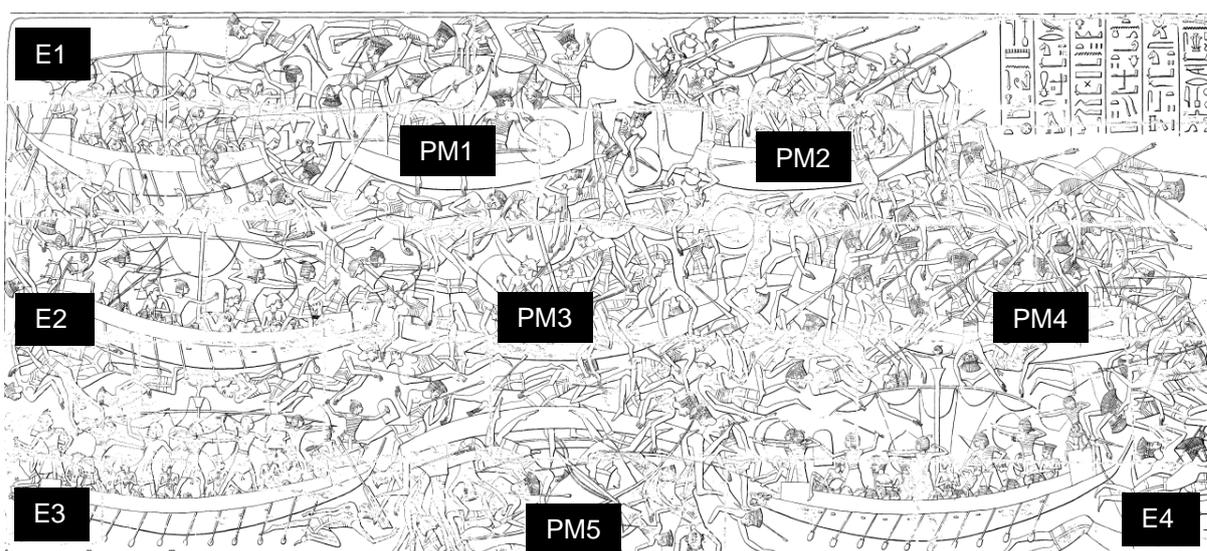
---

<sup>113</sup> De acordo com a acessibilidade das fontes em questão.

#### 4.1.1. Barcos dos Povos do Mar

Apesar das fontes textuais fazerem diversas alusões a atividade marítima dos Povos do Mar, há apenas uma única representação de barcos nominalmente vinculados a eles no relevo da batalha naval em Medinet Habu.

**Figura 17 - Distribuição de navios na batalha naval dos Povos do Mar**



Fonte: The Epigraphic Survey, 1930. (MH I, pl. 39)<sup>114</sup>

E = Barco Egípcio; PM = Barco dos Povos do Mar

Um ponto bastante destacado no estudo dos barcos dos Povos do Mar é que todos os cinco barcos possuem exatamente o mesmo detalhe: uma cabeça de pássaro na proa e na popa. Apesar de pesquisadores como Van Binsbergen e Woudhuizen (2011) argumentarem que essa uniformidade é um indício da coesão dos Povos do Mar ou pelo menos uma identidade étnica compartilhada, é mais provável que essa repetição seja apenas um elemento genérico da constituição iconográfica monumental de Medinet Habu, como aponta Artzy (2021).

Emanuel (2014; 2021) e Artzy (2021) defendem que os Povos do Mar devem ter usado mais de um tipo de barco, incluindo barcos mais comuns e conhecidos pelos egípcios. Sendo que a ênfase na representação apenas do barco com “cabeça de

<sup>114</sup> Essa imagem é o fragmento superior esquerdo do relevo da batalha naval em Medinet Habu.

pássaro” poderia ter sido devido a estranheza ou por ser uma novidade, afinal a figura de proa parece ter chamado a atenção egípcia a ponto de que foi escolhida para ser destacada no relevo. Artzy (2021) acredita que essa característica só estava presente na proa da embarcação, mas que – por algum motivo – os artistas egípcios optaram por duplicar para a popa também.

Em uma tentativa de rastrear o tipo de barco que serviu de base para a construção da iconografia desse relevo, Emanuel (2014) propõe que seu casco seja baseado na galera a remos heládica do Egeu, mesmo que – como pode-se ver na figura 17 – não haja indícios de remos nas embarcações dos Povos do Mar, apenas nas egípcias. Por sua vez, Artzy (2003, 2021) acredita que o casco é de um barco “tipo leque” onde a popa dobra-se para o seu interior, mesmo que o relevo da batalha naval também não represente essa característica de popa.

Para Emanuel (2014, p. 27), os remos estariam ausentes devido à pretensão dos artistas egípcios de retratarem um ataque surpresa, onde as forças egípcias teriam emboscado os Povos do Mar e assim impedido sua fuga. No entanto, esse argumento é baseado na percepção dos relevos e inscrições de Medinet Habu como “instantâneos” dos acontecimentos narrados, o que é pouco provável devido ao seu caráter propagandístico<sup>115</sup>.

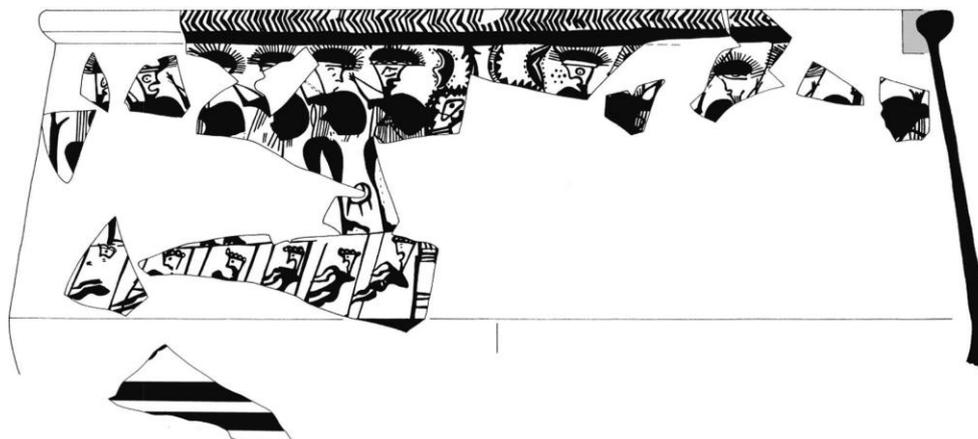
Apesar disso, não devemos descartar completamente a possibilidade de o barco dos Povos do Mar de fato possuir remos, sendo a força braçal vital para manobrar as embarcações como complementos para as velas (Emanuel, 2021). Uma representação que apoia essa visão é a ilustração presente na cratera feita localmente em Bademgediği tepe<sup>116</sup> e datando entre o Heráldico Tardio IIIB à IIIC (séculos XII à XI AEC).

---

<sup>115</sup> É importante ressaltar que tanto as inscrições epigráficas quanto os relevos possuem valor como fontes históricas e não devem ser descartados da análise apenas devido ao seu papel de enaltecer o faraó, o que se deve ter cautela é na postura de considerar as informações como fatos absolutos.

<sup>116</sup> Localizado próximo à costa oeste da Anatólia, Bademgediği tepe foi posteriormente conhecida como Metrópole.

**Figura 18 - Cena de batalha naval na cratera de Bademgediği tepe**



Fonte: Emanuel (2014, p. 29, fig. 4)

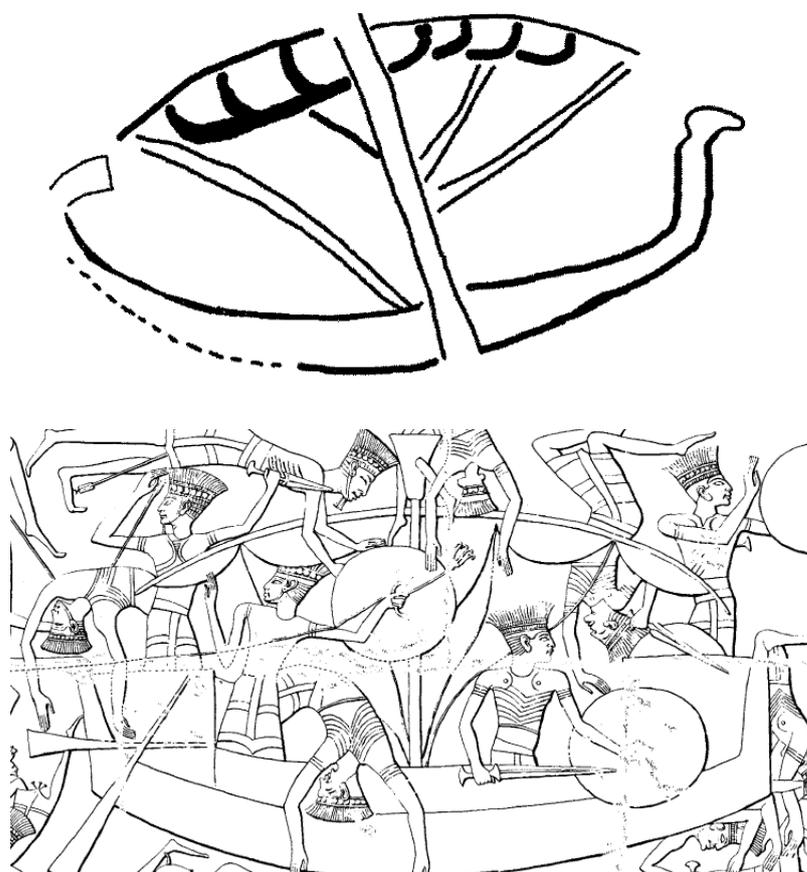
Apesar de fragmentada a cratera (figura 18) ilustra o que parece ser uma batalha naval entre dois grupos de indivíduos que costumam ser interpretados como sendo dos Povos do Mar (Emanuel, 2014; D’Amato; Salimbeti, 2015). Isso se deve a um conjunto de características que separadamente teriam pouco a oferecer, mas que juntas remetem aos elementos iconográficos relativos aos Povos do Mar nos relevos de Medinet Habu: o adereço de cabeça que lembra a tiara de juncos; o escudo circular; e a figura aparentemente zoomórfica na proa das embarcações (perceptível apenas no esquerdo, mas que parece estar presente também no barco direito).

Partindo dessa suposição temos na ilustração, não apenas a indicação de que esses navios possuíam remos, mas também que os elementos iconográficos que compõem os ícones dos Povos do Mar em Medinet Habu tinham algum embasamento na realidade visual desses grupos.

Por se tratar de uma cratera encontrada próxima à costa ocidental anatoliana a perspectiva de que esse barco seja uma galera de remos heládica é plausível. No entanto, o argumento de Artzy (2003, 2021) de que o barco dos Povos do Mar seria um do “tipo leque” também possui pontos a serem considerados.

Em Nahal Me'arot<sup>117</sup> e em Nahal Oren<sup>118</sup>, ambos próximos à cidade de Haifa em Israel, há uma série de representações de barcos gravados em rochas datando entre o fim do século XIII AEC e início do século XII AEC (Artzt 2003, 2021), dentre os quais dois se destacam. No primeiro caso, na margem norte do rio Nahal Me'arot, há diversos barcos gravados de forma a ficarem posicionados na direção do mar. A maioria deles é do “tipo de leque”, no entanto, Artzy (2003, 2021) destaca principalmente um deles devido à sua semelhança com o barco dos Povos do Mar em Medinet Habu.

**Figura 19 - Comparação entre barco de Nahal Me'arot e o barco dos Povos do Mar**



Fonte: Artzy (2003, p. 241, fig. 13); *The Epigraphic Survey*, 1930. (MH I, pl. 39)

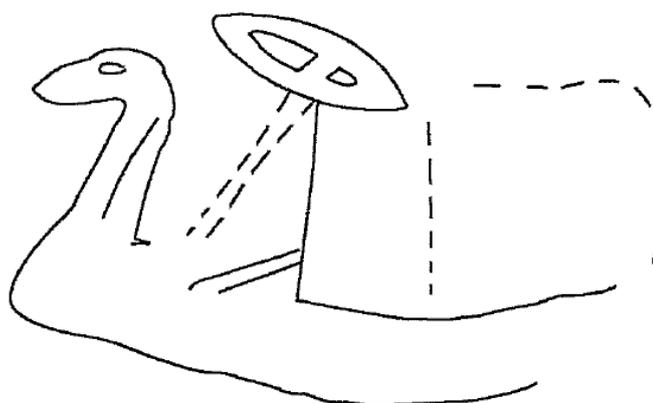
<sup>117</sup> Localizado no norte de Israel, próximo à cidade de Haifa, fica a reserva de Nahal Me'arot, englobando a parte do Monte Carmelo, assim como as grutas e o rio que nomeiam a reserva.

<sup>118</sup> Também localizado próximo à cidade de Haifa em Israel, fica mais ao norte da cordilheira do Monte Carmelo, também sendo o nome de um rio que cruza a região.

Observando a figura 19 é possível constatar no barco de Nahal Me'arot uma figura de proa zoomórfica (talvez um pássaro?), o mastro central com verga curvada, as velas quadradas recolhidas e presas apenas na verga e os cordames, muito similar ao dos Povos do Mar representado em Medinet Habu. Essas características<sup>119</sup> eram novidades na tecnologia de construção naval no fim da Idade do Bronze Tardia e segundo Emanuel (2014) possuíam uma origem sírio-cananeia.

O outro barco destacado por Artzy (2003, 2021) fica na margem norte do rio Nahal Oren, próximo às encostas mais baixas do Monte Carmelo, possuindo uma figura zoomórfica na proa, que para o autor é um pássaro.

**Figura 20 - Barco com proa zoomórfica em Nahal Oren**



Fonte: Artzy (2003, p. 242, fig. 14)

É difícil precisar que animal está realmente representado nos barcos de Nahal Me'arot e em Nahal Oren, sendo que a comparação deles com barcos dos Povos do Mar de Medinet Habu costuma ser feita a partir da noção de que a figura zoomórfica em suas proas seria um pássaro<sup>120</sup>. Inclusive o próprio argumento de autores como Van Binsbergen e Woudhuizen (2011) e Jung (2017) de que a origem dos barcos poderia ser itálica<sup>121</sup> advém da perspectiva de que os barcos dos Povos do Mar em

<sup>119</sup> Assim como o ninho de corvo no topo do mastro central que aparece nos relevos de Medinet Habu.

<sup>120</sup> Apesar disso, creio que o barco de Nahal Me'arot tenha características o suficiente que sustentem sua comparação com o dos Povos do Mar em Medinet Habu.

<sup>121</sup> Ao partirem do pressuposto de que os barcos dos Povos do Mar realmente tinham cabeças de pássaro na proa e na popa, autores como Van Binsbergen e Woudhuizen (2011) e Jung (2017) buscaram rastrear a iconografia desse tipo de barco no Mediterrâneo, chegando à conclusão de que barcos desse tipo possuem uma tradição na região da Europa Central, principalmente na cultura

Medinet Habu são – concretamente – representações da realidade, ou seja, que os barcos reais possuíam de fato uma cabeça de pássaro na proa e na popa.

No entanto, um importante ponto precisa ser considerado: os artistas que fizeram esses relevos não presenciaram a batalha representada<sup>122</sup>, então eles devem ter composto os barcos a partir de relatos de escribas do exército egípcio ou do testemunho dos soldados.

Ou seja, traços gerais como a presença das novas tecnologias de construção naval (que os egípcios também possuíam, então os artistas tinham uma base de como representar o mastro com a verga curvada, o ninho de corvo, a vela quadrada presa apenas na verga, etc.), e a existência de uma figura zoomórfica que se parecia com um pássaro são plausíveis.

No entanto, tratar como um fato o pressuposto de que essa figura seja um pássaro pode ser problemática, pois descarta a possibilidade de analisar outras representações de figuras zoomórficas que, até mesmo, podem ser mais plausíveis ou mais recorrentes do que apenas um único relevo.

Voltemos à cratera de Bademgediği tepe (figura 18), nela temos indivíduos que são identificados como membros dos Povos do Mar devido a tiara e os escudos<sup>123</sup>, assim como é possível constatar a existência de uma figura zoomórfica na proa do barco. Mesmo fragmentado é possível perceber – no barco a esquerda – que a criatura tem um pescoço relativamente longo, olhos, um “bico” comprido, e uma “crista” na cabeça com uma protuberância maior no topo, estando esses dois últimos detalhes presentes no barco à direita, o que nos leva a considerar que ele teria a mesma criatura. Essas características são interessantes, pois há outras representações de barcos com a mesma criatura como figura de proa.

Dois fragmentos de uma mesma cratera, datada Heráldico Tardio IIIC (século XI AEC), conhecidos como Kynos A e Kynos B encontrados em Pyrgos Livanaton na Grécia, possuem uma outra representação de uma batalha naval. No Kynos A não temos a parte de cima da figura zoomórfica, mas é possível supor que seja a mesma

---

*Urnfield*, que durante a Idade do Bronze Média teriam passado para a Península Itálica e depois para o resto do Mediterrâneo.

<sup>122</sup> Sequer sabemos com confiança se essa batalha ocorreu (Cifola, 1988).

<sup>123</sup> A análise sobre esses elementos iconográficos e os motivos de serem identificados como relacionados aos Povos do Mar serão discutidos nas seções 4.1.2 e 4.1.3.

representada no Kynos B, essa figura possui basicamente as mesmas características da cratera de Bademgediği tepe (figura 18), apenas com a ausência da protuberância.

**Figura 21 - Cratera Kynos A e Kynos B de Pyrgos Livanaton**

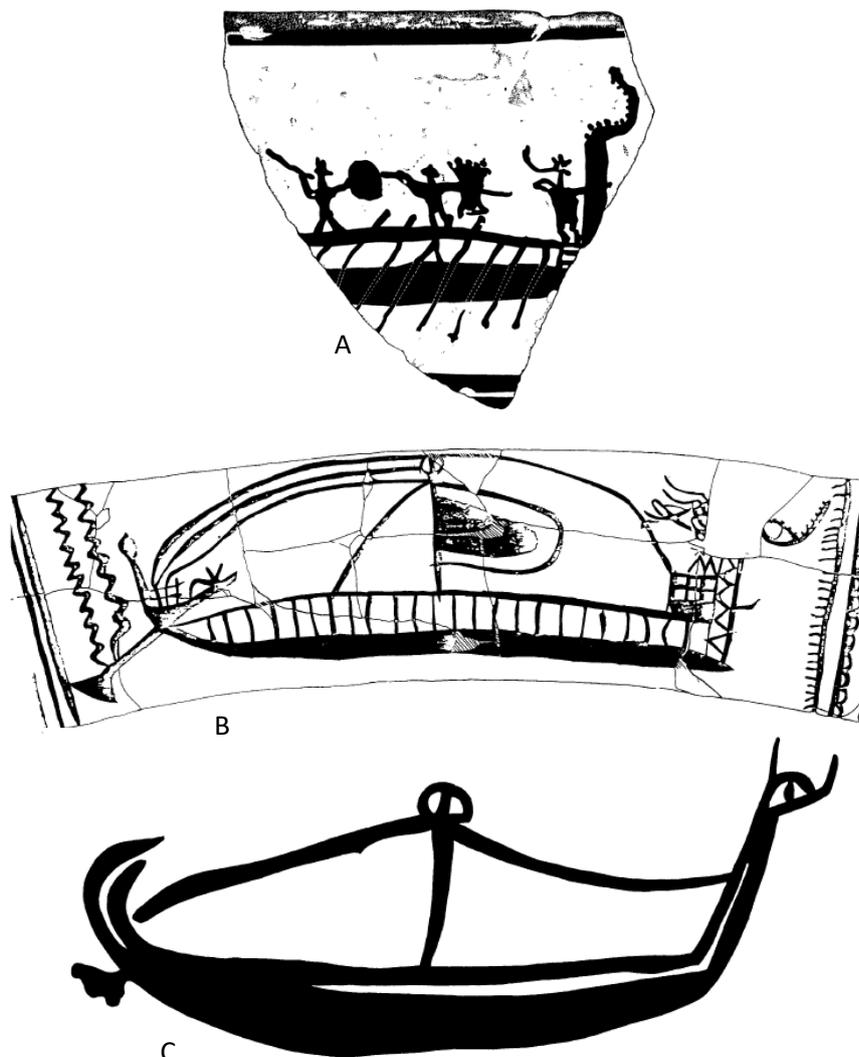


Fonte: Emanuel (2014, p. 28, fig. 3a)

A = Kynos A; B = Kynos B

Outras três ilustrações que datam do Heráldico Tardio IIIC (século XI AEC) e possuem figuras de proas semelhantes são: um fragmento de outra cratera encontrada em Pyrgos Livanaton, chamada de Kynos C (figura 22A), onde três guerreiros aparecem armados (um deles com um escudo redondo), junto com a figura de proa com a ausência apenas do olho e da protuberância central; a segunda é uma pixide que foi localizada em uma tumba em Tragana, próximo a Pylos (figura 22B), na qual além do pescoço e bico longo, espaço para os olhos e crista na cabeça, temos o que parece um indício da popa ser do “tipo leque”; por fim, em um vaso de estribo de Skyros (figura 22C) temos uma embarcação com traços mais simples, também é do “tipo leque” e parece ter uma verga curvada, enquanto a figura de proa possui menos detalhes, o pescoço e o olho se mantêm, mas o bico é mais curto e no topo da cabeça tem apenas a protuberância, com a ausência da crista.

Figura 22 - Representações de barcos com figura de proa zoomórfica



Fonte: Wachsmann (2000, p. 121, 126, 128)

A = Kynos C; B = Pixide de Tragana; C = Vaso de estribo de Skyros

Ao compararmos essas figuras de proa entre si – desde a de Bademgediği tepe até o vaso de estribo de Skyros – podemos perceber um possível padrão. Algumas como as de Nahal Me’arot e Nahal Oren (figuras 19 e 20) são mais simples devido a sua natureza (terem sido gravadas em pedra), enquanto outras possuem uma riqueza de detalhes (figuras 21 e 22), mas em todos os casos temos uma figura zoomórfica relativamente semelhante, a maioria dos barcos que aparecem a popa são do “tipo leque” e, quando o mastro é visível, possuem as novas características de construção

naval. A análise do conjunto dessas representações nos permite identificar alguns pontos:

1. Devemos estar abertos a outras possibilidades interpretativas para a identidade da figura de proa das embarcações dos Povos do Mar, pois mesmo em Medinet Habu não é possível se ter certeza se são pássaros ou outra criatura – como um dragão marinho (Yasur-Landau, 2010) – de modo a estarmos atentos ao potencial de outras fontes iconográficas.
2. Apesar da maioria das representações analisadas ser datada do início da Idade do Ferro, três são do fim da Idade do Bronze Tardia (Bademgediği tepe, Nahal Me'arot e Nahal Oren), o que indica que esse padrão vem desde esse período e se manteve nos séculos seguintes, principalmente no Egeu.
3. Duas regiões se destacam nessa investigação: a costa da Palestina, por ser onde se originou boa parte da mudança tecnológica que aparecem nos barcos; pela riqueza de ilustrações de barcos “tipo leque” e pela existência de duas das representações mais antigas de possíveis barcos dos Povos do Mar; e o Egeu, onde se concentra a maior parte das representações desse barco e onde temos um que nitidamente coloca seus marinheiros com diversas características ligadas a essas populações (Bademgediği tepe).



Diferente dos barcos, a iconografia dos grupos que compõem os Povos do Mar em Medinet Habu – com a devida cautela – pode servir de base para análise e comparação de outras representações ao longo de Mediterrâneo Oriental e Central. Isso se deve por três motivos: pela consistência das características centrais que os compõem (adereços, armas, escudos) em outros relevos egípcios que tratam dos sherden<sup>124</sup>; a identificação do conjunto desses mesmos elementos em ilustrações estrangeiras (de mais de um grupo); e por sabermos que a maioria dessas populações era conhecida pelos egípcios, tendo sido levada como cativa desde Ramsés II, e por

---

<sup>124</sup> Os sherden aparecem em Abu Simbel como parte da guarda pessoal de Ramsés II, no relevo em questão eles estão com escudos redondos, espadas características e elmos de chifre com o disco solar (Ringheim, 2019).

isso podemos supor que os artistas e trabalhadores de Medinet Habu tinham um melhor conhecimento de suas características principais, de modo a facilitar a sua identificação nos relevos (Yasur-Landau, 2010).

Partindo desse pressuposto os elementos que caracterizam os Povos do Mar em Medinet Habu são: a tiara de juncos (e sua variação estilística), o elmo de chifres, os escudos redondos e as espadas. As vestimentas – como o kilt e as armaduras – não costumam ser muito investigadas, pelo estado de preservação em que os relevos se encontram temos poucos detalhes que nos permitem analisar, a exceção são as autoras D'Amato e Salimbeti (2015) ao propor que os kilts são de um estilo egeu/anatoliano e os autores Mödlinger, Leandri e Peche-Quilichini (2018) que analisaram as possíveis semelhanças entre essas armaduras e a dos menires da Córsega.

#### 4.1.2. Elmos de Chifres

Os sherden talvez sejam o único grupo que faz parte dos Povos do Mar que possuem uma representação iconográfica egípcia fora de Medinet Habu. Eles aparecem em relevos em Abu Simbel, Ramesseum, Luxor, Karnak e Abydos (Abbas, 2017; Emanuel, 2013), principalmente como parte das tropas de Ramsés II na Batalha de Kadesh e no cerco a Dapur; já no próprio templo de Medinet Habu – além de serem representados na batalha naval – os sherden aparecem como parte das forças de Ramsés III da Primeira Guerra Líbia e, até mesmo, lutando contra os Povos do Mar na batalha terrestre, além de marchando com as tropas egípcias na parte inferior na cena da caça ao leão (Ben-dor Evian, 2014). Em todas essas representações eles estão com o elmo de chifres<sup>125</sup>, espadas e escudos redondos. Algumas vezes eles também portam lanças e suas roupas variam de acordo com o relevo, como o kilt característico ou as roupas no estilo egípcio.

O elmo de chifres era tão característico dos sherden que parece ter sido incluído como determinativo para esse etnônimo nas inscrições da Batalha de Kadesh

---

<sup>125</sup> Com exceção do relevo da batalha naval, os sherden estão sempre com o disco solar no centro do elmo de chifres, demarcando-os como forças aliadas egípcias (Roberts, 2009), é apenas quando são representados como inimigos que eles aparecem sem o disco.

de Ramsés II (figura 23) onde pode-se ver uma figura masculina sentada usando um capacete com chifres com o disco central (Roberts, 2009, p. 61).

**Figura 23 - Hieróglifo determinativo com elmo de chifres**



Fonte: A = Kuentz, (1928, p. 220); B = Kitchen (1979, vol II, p. 11, §26)

Representações de guerreiros utilizando um elmo de chifres fora do Egito, no contexto do fim da Idade do Bronze Tardia/Início da Idade do Ferro, concentram-se em cinco locais diferentes: Chipre, Micenas, Sardenha, Córsega e Península Ibérica.

No caso de Chipre temos quatro representações desse elemento: uma ilustração em uma cratera descoberta em Hala Sultan Tekke datando provavelmente do início do século XIII AEC (Fischer; Bürge, 2014); e três artefatos descobertos em Enkomi, sendo duas estatuetas e um selo, também datados do século XIII AEC (D'Amato; Salimbeti, 2015).

A Cratera do Deus Chifrudo (figura 24), como é conhecida, possui duas figuras humanoides e alguns animais, sendo que o elemento central é a figura antropomórfica em pé, com as pernas afastadas e os braços erguidos, com um capacete pontudo e com chifres na cabeça. O seu rosto tem olhos e orelhas acentuadas. Fischer e Bürge, (2014, p. 83) apontam que apesar de estar apenas parcialmente preservado o objeto entre suas pernas poderia ser um escudo.

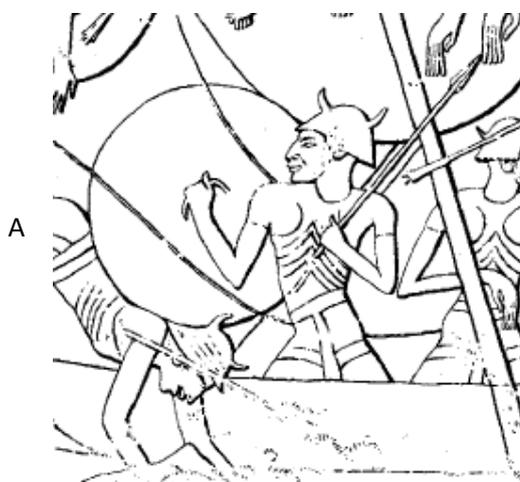
**Figura 24 - Cratera do Deus Chifrudo de Hala Sultan Tekke**



Fonte: Fischer; Bürge (2014, p. 81, fig. 28)

Em Enkomi as estatuetas de bronze encontradas também são interpretadas como representações de um deus, apesar que para D'Amato e Salimbeti (2015) também possam ser de guerreiros, ou pelo menos de um deus voltado para atributos marciais. Enquanto a primeira se encontra com a mão estendida, como se abençoasse alguém, a segunda está em posição de batalha, portando uma lança e um escudo circular, o que a aproxima das representações egípcias dos sherden.

**Figura 25 - Comparação das estatuetas de Enkomi com os sherden em Medinet Habu**



B



Fonte: ADDATO, C. Bronze Horned God - Ingot God from Enkomi, Cyprus. Licença: CC BY-NC-SA 4.0.

A= The Epigraphic Survey (1930, pl. 39); B = A esquerda o “Deus Chifrudo” e a direita o “Deus Lingote”.

Por fim, o selo traz detalhes do elmo, mostrando o que parecem ser rebites, assim como demonstra que o indivíduo teria uma barba, sendo uma das poucas representações de – supostos – Povos do Mar com barba<sup>126</sup>.

**Figura 26 - Selo com elmo de chifres em Enkomi**



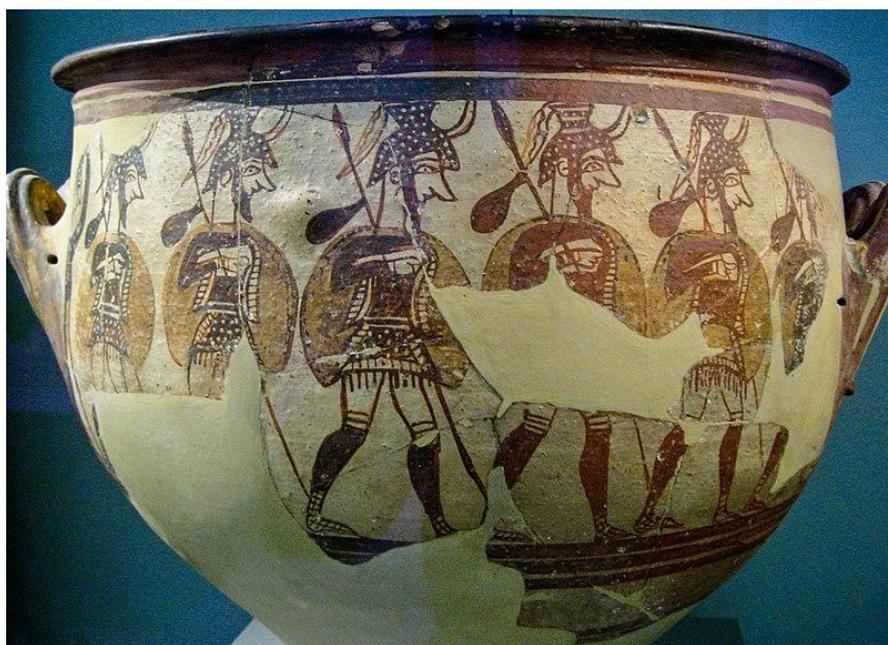
Fonte: D'Amato e Salimbeti (2015, p. 26)

<sup>126</sup> Em Medinet Habu alguns dos Povos do Mar cativos possuem barbas, como é o caso de líder sherden cativo na figura 18.

A datação dos artefatos coloca-os como anteriores aos relevos dos sherden no Egito, mas não das primeiras fontes textuais que citam sua presença no Levante (EA 81, 122, 123), mostrando que eles estavam ativos no Mediterrâneo Oriental há mais tempo do que essas representações poderiam nos fazer crer.

Em Micenas foi encontrada na Acrópole, a Cratera do Guerreiro (figura 27), datando do início do período Heládico Tardio III C, provavelmente do fim do século XII AEC (Zorea, 2021). Segundo o Museu Arqueológico Nacional de Atenas<sup>127</sup> a narrativa ilustrada na cratera é a de soldados partindo para batalha, onde a primeira figura no lado esquerdo seria uma mulher se despedindo/abençoando os seis soldados que estão partindo. Na figura 27 podemos ver que esses soldados aparecem portando lanças, escudos circulares e elmos elevado com chifres (estando de perfil só conseguimos identificar um único chifre) e o que parece ser uma crista, assim como aparecem trajando kilts e uma couraça.

**Figura 27 - Cratera do Guerreiro (Micenas): lado A**



Fonte: User Sharon Mollerus (2009). Large Krater with Armored Men Departing for Battle, Mycenae acropolis, 12th century BC. Wikimedia Commons sob licença CC-BY 2.0

---

<sup>127</sup> [https://www.namuseum.gr/en/monthly\\_artefact/the-face-of-farewell/](https://www.namuseum.gr/en/monthly_artefact/the-face-of-farewell/). Acessado em 07 de janeiro de 2025.

No entanto, os sherden nunca foram representados com esse tipo de elmo (elevado e com uma crista) em nenhum dos relevos egípcios, então é difícil definir se essa é uma simples variação do elmo e ainda podemos considerar que são uma representação dos sherden ou se esse é um elmo de chifres sem nenhuma relação com eles.

Passando para a Sardenha temos uma situação diferente. Na ilha foram descobertas centenas de estatuetas da cultura nurágica representando cenas da vida cotidiana, com personagens de diferentes classes sociais, figuras de animais, divindades, etc., mais da metade das estatuetas antropomórficas representam guerreiros, dos quais a maioria possui capacetes com chifres e escudos redondos, portando espadas ou lanças e usando detalhadas armaduras corporais. Infelizmente, a maioria das estatuetas carece de contexto para datação ou datam entre 1100-1000 AEC, o que as tornaria posteriores ao fim da Idade do Bronze Tardia.

**Figura 28 -Estatuetas nurágicas com elmos de chifre e escudos circulares**



Fonte: Lilliu (2008); A = Guerreiro com espada e escudo (nº 12, p. 127); B= Soldado orando com espada e escudo (nº 13, p. 129).

Mesmo sendo de um período posterior é nítida a semelhança dessas estatuetas com as representações do Mediterrâneo Oriental. No entanto, diferente do contexto oriental essas estatuetas são entendidas como referências a guerreiros e não a

divindades (Araque Gonzalez, 2012), o que as aproxima da nossa compreensão dos Povos do Mar.

Por sua vez, em Córsega, temos diversas estátuas de menires representando guerreiros, algumas com indícios de terem possuído elmos com chifres, por conta dos buracos rasos existentes em suas cabeças (Mödlinger; Leandri; Peche-Quilichini, 2018; Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011), outros elementos iconográficos presentes são armaduras, espadas, e, às vezes, adagas. Sua datação – atribuída por achados estratigráficos – varia entre os séculos XIII e XI AEC, porém a maior parte deles parece ter sido feita a partir do século XII AEC, quando a ilha parece ter tido um aumento demográfico (Mödlinger; Leandri; Peche-Quilichini, 2018; Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011).

**Figura 29 - Menir nº V do sítio arqueológico de Filitosa**



Fonte: User Clemensfranz (2010). Filitosa Menhir V. Wikimedia Commons sob licença CC-BY-SA-3.0

O museu do sítio arqueológico de Filitosa chega a propor em seu *site*<sup>128</sup> que Filitosa seria o suposto berço dos sherden, ou seja, onde esse grupo étnico teria se

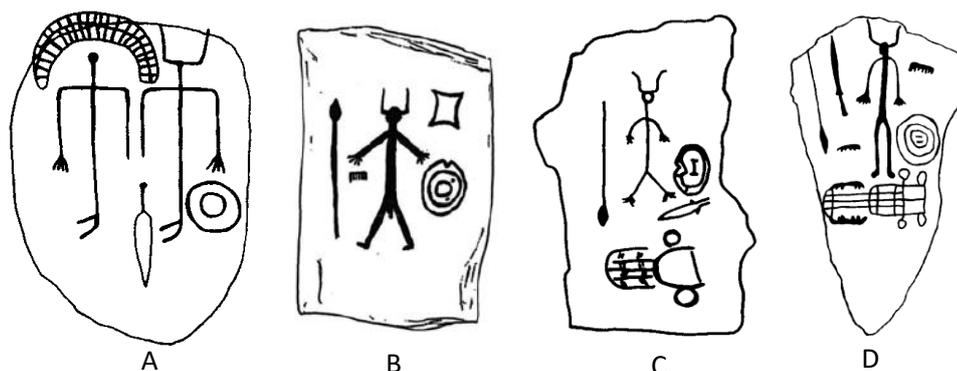
---

<sup>128</sup> <https://www.filitosa.fr/site-prehistorique-corse-filitosa-visite/nouvelles-theories-site-prehistorique-filitosa-corse-visite-shardane-egypte/>. Acessado em 07 de janeiro de 2025.

originado. Essa afirmação é difícil de comprovar tendo em base apenas a semelhança dos menires com a iconografia dos sherden no Egito, é preciso analisar outras representações encontradas em distintas localidades do Mediterrâneo, comparando suas diferentes datações de modo a buscar identificar uma possível ordem cronológica para a movimentação dos sherden, isso se de fato todas elas representam esse grupo étnico em particular.

Por fim, tratando-se da Península Ibérica, autores como Araque Gonzalez (2012), Mederos Martín (2017) e Zorea (2021) têm defendido que algumas das “estelas de guerreiros”<sup>129</sup> encontradas principalmente ao redor das bacias centrais dos rios Tejo, Guadiana e Guadalquivir, representariam guerreiros do Mediterrâneo Oriental. De fato, como podemos ver na figura 30, algumas dessas estelas possuem elementos iconográficos que nos remetem aos sherden: elmo de chifres, escudos circulares e espadas longas.

**Figura 30 - Estelas de guerreiros com elmos de chifres**



Fonte: Díaz-Guardamino, Marta (2010)

A = Almasén de la Plata 2 (nº 247); B = Cerro Muriano 1 (nº 276); C = Cerro Muriano 2 (nº 277); D = Écija 5/El Berraco (nº 289).

Todavia, a datação das estelas com guerreiros de elmos de chifres é semelhante a das estatuetas da Sardenha, ou seja, entre os séculos XII e XI AEC, fazendo com que também sejam posteriores às de Chipre e do Egito. Com isso, se de

<sup>129</sup> Essas estelas são monólitos medindo entre 70 e 100 cm, cuja face é gravada com motivos representando armas, geralmente em volta de uma figura antropomórfica central (Sanjuán, 2012).

fato todas as representações – de indivíduos com elmos de chifre – discutidas até o momento forem relacionadas entre si – e, desse modo, com os sherden – é possível pressupor que essa população se movimentou do leste para o oeste no fim da Idade do Bronze Tardia, o que contrasta com a alegação do sítio arqueológico de Filitosa.

#### 4.1.3. Tiara de Juncos

Diferente do elmo de chifres que, partindo da identificação dos relevos egípcios, podemos assumir que se relacionem especificamente com os sherden, as tiaras ou elmos de juncos – possuindo uma pequena variação estilística (figura 4) – são vinculadas com quatro etnônimos diferentes: os tjekker e os peleset (variação de triângulos); os shekelesh (variação de círculos); e os denyen (variação de linhas verticais).

Outra diferença é que esses etnônimos só estão representados nominalmente em Medinet Habu, sendo esse o nosso único ponto de apoio para comparação e análise. Mesmo com esse problema é perceptível que a iconografia ligada a tiara de juncos está localizada entre o Egeu e o Mediterrâneo Oriental<sup>130</sup>, tendo representações em locais como: Micenas, Kynos<sup>131</sup>, ilha de Kos, Chipre, Metrópole<sup>132</sup> e Bete-Seã.

Em Micenas temos no lado inverso (B) da Cratera do Guerreiro, com quatro guerreiros com “elmos de ouriço” que Emanuel (2014) acredita ser uma variação artística da tiara de juncos. Para o Museu Arqueológico Nacional de Atenas esses seriam os mesmos soldados da parte frontal da cratera, só que agora eles estariam retornando para casa depois da batalha. No entanto, não há uma explicação para a mudança do tipo de elmo. Outros elementos iconográficos dos indivíduos representados nos dois lados da cratera são os mesmos: escudos circulares, kilts e couraças. Apenas a lança também possui uma variação no seu posicionamento.

---

<sup>130</sup> D'Amato e Salimbeti (2015) elencam uma representação na Sardenha e uma em Malta, no entanto ambas parecem ser exceções por serem as únicas existentes na região. Considerando que a de Malta é apontada pelas autoras como uma boneca caricata do Egito, é provável que essas representações estejam ligadas às redes comerciais do Mediterrâneo.

<sup>131</sup> As crateras de Kynos A e Kynos B, foram discutidas na seção dos barcos dos Povos do Mar (seção 4.1.1).

<sup>132</sup> A cratera Bademgedigi Tepe também foi discutida na seção dos barcos (seção 4.1.1).

**Figura 31 - Cratera do Guerreiro (Micenas): lado B**



Fonte: Museu Arqueológico Nacional de Atenas<sup>133</sup>

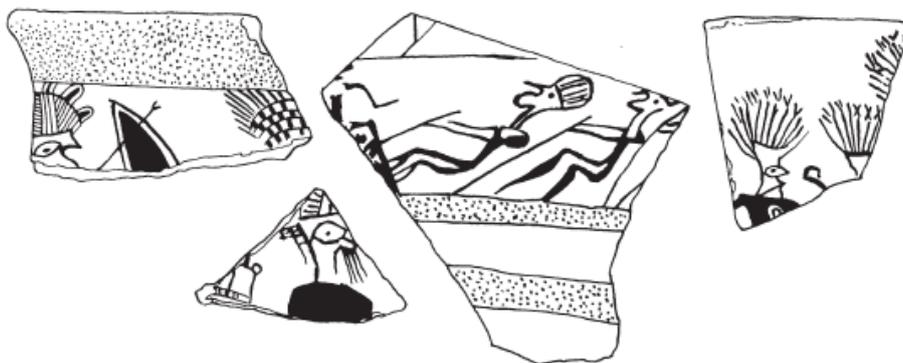
Woudhuizen (2015) e Emanuel (2015-2016), por sua vez, acreditam que os soldados com “elmo de ouriço” são um grupo diferente dos com elmo de chifres, pois há muitas representações – como o caso de Kynos A e B e Bademgediği tepe – indicando que são um tipo específico de guerreiro, além de não haver nenhuma outra ilustração que sobreponha os dois tipos de elmo no Egeu.

Na ilha de Cós, próximo à costa sudoeste da Anatólia, diversos fragmentos de cerâmica foram encontrados no assentamento de Serraglio. Todos eles datam do Heládico Tardio IIIC (Wachsmann, 1981), e possuem representações de difícil identificação, sendo as únicas exceções: um possível guerreiro, se considerarmos que ele pode estar segurando um escudo e algum tipo de arma (talvez uma lança?); e no maior fragmento, temos o que podem ser dois remadores. Por sua vez, um elemento frequente em todos os fragmentos é a tiara de juncos, a variação estética pode indicar que os fragmentos não fazem parte de uma mesma cratera, possivelmente sendo feitos por artistas diferentes.

---

<sup>133</sup> [https://www.namuseum.gr/en/monthly\\_artefact/the-face-of-farewell/](https://www.namuseum.gr/en/monthly_artefact/the-face-of-farewell/). Acessado em 08 de janeiro de 2025.

**Figura 32 - Representações da tiara de juncos em fragmentos cerâmicos de Serraglio, Cós.**



Fonte: Sandars (1978, p. 135)

Chipre possui três representações da tiara de juncos, duas com o estilo circular. A caixa de marfim encontrada em Enkomi datando entre o século XIII e XII AEC, possui duas representações. Nele temos uma cena de caça, onde uma figura de autoridade (um aristocrata ou monarca) está sobre uma biga com seu arco, com um cocheiro guiando os cavalos enquanto cães correm ao redor, os dois caçadores – um atacando um leão com uma lança e o outro segurando uma machadinha parado atrás da biga – são aqueles que possuem uma tiara de juncos, é interessante perceber que todos os quatro indivíduos possuem barbas.

**Figura 33 - Caixa de marfim de Enkomi**





Fonte: Museu Britânico<sup>134</sup>

Os detalhes da tiara do caçador com a machadinha parecem fortalecer a hipótese que o material que compunha esse tipo de elmo não era de penas, mas algum tipo de fibra, também é possível ver os círculos da faixa sobre a cabeça (e que ele tem uma barba) e alguns detalhes de sua armadura, fazendo dessa a melhor representação de um membro dos Povos do Mar (no caso um shekelesh se levarmos em consideração a variação estilística) fora de Medinet Habu. Já o segundo caçador está muito desgastado o que nos impede de observar os detalhes, mas é possível perceber ele também possui uma tiara.

A última representação de Chipre também provém de Enkomi e é um tipo de selo, datando provavelmente do início do século XII AEC (Dothan, 1982). Nele é possível discernir um guerreiro com escudo, a tiara de juncos de estilo circular e uma possível barba, tornando-o semelhante aos caçadores da caixa de marfim.

---

<sup>134</sup> [https://www.britishmuseum.org/collection/object/G\\_1897-0401-996](https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1897-0401-996). Acessado em 8 de janeiro de 2025.

**Figura 34 - Selo do Guerreiro dos Povos do Mar em Enkomi**



Fonte: Dothan (1982, p. 277, fig. 14)

No Levante, mais especificamente no sítio arqueológico de Bete-Seã<sup>135</sup>, foram encontrados os restos de pelo menos 50 caixões antropoides de argila, em onze tumbas que datam principalmente dos séculos XIII e XII AEC. No entanto, nas tumbas 66 e 90 foram achadas cinco tampas, que particularmente nos interessam por possuírem decorações que parecem representar as tiaras de junco dos Povos do Mar.

**Figura 35 - Tampas de sarcófagos de Bete-Seã**



Fonte: A e B = Penn Museum<sup>136</sup> <sup>137</sup>; C, D e E = Dothan (1982, p. 275, fig. 11-12)

<sup>135</sup> Localizado no norte de Israel e distante cerca de 70 quilômetros do litoral, o assentamento foi uma guarnição egípcia em Canaã.

<sup>136</sup> <https://www.penn.museum/collections/object/24702> Acessados em 08 de janeiro de 2025.

<sup>137</sup> <https://www.penn.museum/collections/object/171590> Acessados em 08 de janeiro de 2025.

É perceptível as semelhanças entre os elementos iconográficos nas tampas desses sarcófagos com a tiara de junco de estilo circular, enquanto a figura 35A também parece possuir o estilo triangular. Outro elemento evidente, agora na figura 35C, é a aparente representação do que parecem ser fibras da parte superior das tiaras, novamente divergindo do pressuposto de que essas tiaras teriam penas.

Ao trabalhar com esses sarcófagos, Emanuel (2015-2016) comenta que apesar de ter caído em desuso a sua utilização como representações dos Povos do Mar<sup>138</sup>, eles deveriam receber mais atenção, pois para o autor esses são – de fato – os sarcófagos de cinco indivíduos que compunham os Povos do Mar.

Após uma análise de várias das mesmas representações elencadas até o momento, mas partindo de um questionamento diferente, Emanuel (2015-2016) avalia a aparente mudança no status dos Povos do Mar nas sociedades com a qual se associaram, de meros mercenários a indivíduos à serviço da nobreza ou do próprio soberano (como parece ser o caso na caixa de marfim).

Segundo o autor, com o aumento no status social esses indivíduos adotaram um motivo ou meio de expressão local, mas também decidiram ainda se destacar como “outros” por meio de detalhes. Ou seja, os cinco indivíduos escolheram elementos vitais de sua autoidentificação – no caso, a tiara de juncos – de modo a, mesmo sendo enterrados com um estilo funerário egípcio, ainda ressaltar suas próprias identidades étnicas. Se for o caso, esses sarcófagos seriam as únicas representações diretamente *emic* dos Povos do Mar que podemos constatar.

De fato, a constância nas representações desse elemento em particular ao longo do Mediterrâneo e do Egeu, parecem significar que essa era uma característica distintiva para essa(s) população(ões), sendo também um dos símbolos que foi escolhido pelos egípcios para compor o ícone de quatro dos etnônimos dos Povos do Mar.

---

<sup>138</sup> O autor não explica o porquê disso ter ocorrido.

Porém a ausência, nas representações mediterrânicas<sup>139</sup>, da variação estilística apontada pelos egípcios deixa algumas questões em aberto: seria um indício de que essa variação não era tão importante quanto os egípcios parecem indicar? Haveria uma predominância de indivíduos do estilo circular no Mediterrâneo durante a Idade do Bronze Tardia? Ou essa percepção é apenas um efeito de terem sobrado poucos objetos com representações iconográficas – a maioria consistindo em fragmentos cerâmicos – para que possamos avaliar?

Infelizmente essas são indagações que, por ora, não têm como ser respondidas fora do campo das suposições. A atenção dada pelos egípcios ao representar mais de um estilo nas tiaras em Medinet Habu, me leva a crer que essa variação de fato existia e possuía alguma importância – pelo menos na visão egípcia – para a identificação e diferenciação dos Povos do Mar que utilizavam esse tipo de adereço.

Com isso, acredito em duas possíveis hipóteses para a ausência da variação estilística nas representações mediterrânicas: 1) Fora do Egito esse não era um elemento visto como tão importante na diferenciação desses grupos, possivelmente havendo uma outra característica distintiva. Se for o caso, a tiara de juncos – ainda sendo um símbolo étnico como indicam os cinco sarcófagos Bete-Seã – eram um elemento compartilhado por quatro populações diferentes que provavelmente tinham a mesma procedência cultural. 2) Essa perspectiva é decorrente do estado fragmentário das poucas fontes que dispomos, o cuidado em ilustrar o estilo circular na caixa de marfim e no selo de Enkomi, assim como nas tampas dos sarcófagos de Bete-Seã, demonstram que, por algum motivo, essa era uma característica importante de ser destacada. Ou seja, pode ter existido realmente alguma variação entre as tiaras, de modo a ser considerado necessário destacar que aquelas eram tiaras do estilo circular, mesmo em um elemento tão pequeno quanto em um selo pessoal. Nesse contexto, essas populações ainda devem ter compartilhado algum grau de influência cultural, talvez vindo de regiões próximas onde o contato mútuo possa ter uniformizado alguns dos seus traços étnicos, sendo necessário que um elemento diferente fosse acrescentado às tiaras.

---

<sup>139</sup> Com exceção da predominância de tiaras com o estilo circular, há apenas um único indivíduo – representado próximo a proa do barco esquerdo da cratera de Bademgedigi Tepe (figura 20) – que parece usar uma tiara de juncos com estilo triangular (Emanuel, 2015-2016).

#### 4.1.4. Escudos e Espadas

Ao tratar do equipamento bélicos costumeiramente representado com os Povos do Mar (escudos circulares, espadas, lanças, kilts e couraças) precisamos considerar o amplo grau conectivo do Mediterrâneo Oriental durante a Idade do Bronze Tardia.

Os conflitos endêmicos da região tornavam qualquer benefício bélico desejável, mas as vastas redes comerciais acabavam possibilitando que qualquer nova tecnologia se espalhasse rapidamente para todas as sociedades. Com isso, a verdadeira vantagem dependia mais da possibilidade da obtenção da matéria prima necessária e da perícia dos artesões em aplicar as novas técnicas (no caso de optarem por produzir localmente), ou da capacidade/viabilidade de importar o item pronto. Além disso, também era preciso possuir o conhecimento básico sobre como utilizar esse novo equipamento (Jung; Mehofer, 2008).

Ou seja, não basta saber apenas onde normalmente aparecem os equipamentos bélicos dos Povos do Mar, mas onde surgiram primeiro no contexto do Mediterrâneo Oriental, assim como por qual caminho seguiram ao se espalhar pela região, pelo menos no que concerne aos novos tipos de equipamento que despontaram na região no fim da Idade do Bronze Tardia: os escudos circulares e as novas espadas.

Outras novas tecnologias bélicas também se destacaram no período, porém o foco dado aos escudos e espadas – no caso dos Povos do Mar – deve-se ao fato de que são os únicos no qual, atualmente, podemos concretamente analisar. De forma geral, as lanças eram armas comuns no Mediterrâneo Oriental, mas como suas representações são normalmente genéricas não é possível observar as mudanças técnicas que podem ter passado no contexto analisado ou se havia um tipo específico de lança usada pelos Povos do Mar.

Por sua vez, os dois únicos estudos sobre as armaduras – tomando como base os relevos de Medinet Habu – chegaram a poucas conclusões devido à dificuldade decorrendo do desgaste dos relevos. D'Amato e Salimbeti (2015) além de tentarem propor diferentes reconstruções para as armaduras usadas pelos Povos do Mar, em Medinet Habu e nas poucas outras representações existentes, concluíram que os kilts usados por eles provavelmente são de estilo egeu/anatoliano.

Já Mödlinger, Leandri e Peche-Quilichini (2018) em um estudo comparativo entre as armaduras presentes nos relevos dos Povos do Mar em Medinet Habu, na caixa de marfim e no verso de um espelho<sup>140</sup> de Enkomi, nos menires de Córsega, e nas estatuetas nurágicas de guerreiros na Sardenha, chegaram à conclusão de que provavelmente essas armaduras eram feitas de material orgânico – como couro – com uma grande diversidade estilística. Para os autores “os elementos de comparação com contextos contemporâneos são raros ou pouco relevantes” (Mödlinger; Leandri; Peche-Quilichini, 2018, p. 488, tradução nossa), sendo que as armaduras mais semelhantes entre si são as dos relevos dos Povos do Mar e as dos menires de Córsega. Apesar disso, eles concluem que é impossível definir se essa semelhança dar-se-ia por realidades arqueológicas ou por outros fatores.

Em uma série de publicações – entre os anos de 2008 e 2018 – Reinhard Jung, às vezes em parceria com Mathias Mehofer, buscou analisar as origens e a propagação das novas tecnologias bélicas no Mediterrâneo Oriental, principalmente as espadas e os escudos circulares, e como esses itens podiam estar relacionados com os Povos do Mar.

Para Jung (2018), as espadas e escudos, portados pelos Povos do Mar nos relevos egípcios, não possuíam antecedentes no corpus iconográfico faraônico, ou seja, potencialmente representavam objetos novos no Mediterrâneo Oriental.

Ao investigar os detalhes da representação das espadas – como seu contorno geral e elementos da empunhadura – o autor aponta que nos relevos de Ramsés II os sherden aparecem portando espadas que “têm um punho em forma de cogumelo, ombreiras que se estreitam conicamente e arestas de corte que convergem continuamente para a ponta” (Jung, 2018, p. 274, tradução nossa), sendo que esse tipo de espada não corresponde a nenhuma outra conhecida no Mediterrâneo Oriental, mas se assemelha a do tipo Thapsos-Pertosa<sup>141</sup>, do sul da Itália e da Sicília. Já nos relevos dos Povos do Mar em Ramsés III, no entanto, não há uma uniformidade entre as espadas representadas, na verdade eles parecem usar espadas dos tipos ugarítico e micênico baseadas na espada Naue II.

---

<sup>140</sup> O verso desse espelho, encontrado na tumba 17 de Enkomi e datando entre os séculos XIII e XII AEC, possui uma ilustração de um guerreiro lutando com um grifo. Além da armadura, o guerreiro também porta uma espada e um elmo cônico.

<sup>141</sup> Inclusive uma espada desse tipo foi encontrada no Naufrágio de Uluburun (Jung, 2018).

Buscando então compreender as origens dessas espadas e sua propagação no Mediterrâneo Oriental, Jung analisou diversos sítios e achados arqueológicos em diferentes pontos do Mediterrâneo Central e Oriental, mas principalmente no sudoeste da Itália (incluindo as ilhas Eólias e a Sicília), na região do Peloponeso, algumas ilhas do Egeu, na ilha de Chipre e na Costa Sírio-Levantina.

As espadas Naue II apareceram no Mediterrâneo Oriental em meados do século XIII AEC, sendo o exemplar mais antigo encontrado em Micenas (Jung; Mehofer, 2008), posteriormente elas também chegaram a Chipre, ao Levante e ao Egito. Essas espadas não foram as únicas armas novas a aparecer no contexto egeu na segunda metade do século XIII AEC, só em Micenas mais dois novos tipos de armamento foram atestados: adagas do tipo Pertosa e, pelo menos, um molde para produção de machados alados (Jung; Mehofer, 2008, p. 134). As Naue II se diferenciam das demais espadas por terem a capacidade de cortar, além de apenas estocar, oferecendo uma importante vantagem no campo de batalha (Jung; Mehofer, 2008), o que levaria a uma mudança no estilo de combate e defesa do Mediterrâneo Oriental.

De fato, os primeiros de escudos circulares identificados em representações da Cratera dos Portadores de Escudos de Tirinto e em alguns afrescos em Pilos, datam do mesmo período da Naue II. Os escudos circulares são mais leves do que os escudos de torre ou de forma de oito, que anteriormente eram mais comuns no Egeu (Jung; Mehofer, 2008), por serem mais leves era mais fácil manejá-lo para desviar um ataque, como os de uma espada cortante.

Ainda tentando compreender a chegada de novos armamentos e dos escudos circulares no Egeu, Jung e Mehofer (2008) identificaram que as espadas Naue II não possuíam antecedentes morfológicos no Egeu, mas tinham ligações, como mencionado, com as do tipo Thapsos-Pertosa comuns no sul da Itália e na Sicília. Avaliando a composição química e a espectrometria de massa das mais antigas Naue II encontradas no Egeu, Jung e Mehofer (2013) chegaram à conclusão de que o bronze utilizado, de fato, vinha da Itália.

Jung (2018) acredita que essa transferência de tecnologia deve ter incluído também o movimento de artesões da Itália para o Egeu, assim como potencialmente

mercenários que pudessem treinar guerreiros micênicos nas novas técnicas de combate vinculados a esse tipo de espada.

Essa perspectiva vem de evidências arqueológicas encontradas na cidadela de Micenas que indicam, mesmo que indiretamente, que imigrantes itálicos se assentaram no local durante o século XIII AEC, pois além da presença de armamento proveniente do sul da Itália, também foram encontrados ornamentos de vestuário itálico (fíbulas) e cerâmica artesanal polida – de estilo itálico – produzida localmente (Jung, 2008, 2017). Sendo essa cerâmica também encontrada em Tirinto, Mideia e Nichoria (Jung; Mehofer, 2013), posteriormente chegando, inclusive, ao Chipre e ao Levante (Jung, 2017).

Para o autor, as cerâmicas encontradas são o maior indicador da presença de imigrantes do sul da Itália e da Sicília, pois

considerando que toda a sua tecnologia difere das tradições de envasamento do Egeu, que usavam a roda rápida, e que sua tipologia quase não tem relação com as formas micênicas e minoicas, esta cerâmica é agora comumente considerada como tendo sido usada por pessoas de origem estrangeira - neste caso de origem italiana, que preservaram alguns de seus hábitos de consumo (Jung, 2017, p. 27, tradução nossa).

Se os vestígios apresentassem apenas as espadas Naue II, mesmo as primeiras tendo sido feitas com bronze itálico, poderíamos pensar que eram o resultado de comércio micênico/itálico via Adriático, mas a existência da cerâmica polida itálica feita localmente realmente pode ser um indício de migração.

Por sua vez, tratando-se dos escudos circulares, Jung (2018) pontua que versões anteriores a esse tipo de escudo só são encontradas no norte e no centro da Europa onde parecem ter sido relativamente comuns ou de uso regular. Porém a falta de achados arqueológicos na Península dos Apeninos e nos Balcãs dificulta reconstruir uma possível rota sobre como esses escudos chegaram ao Mediterrâneo Oriental. No entanto, eles realmente parecem ter surgido como um acompanhamento às espadas cortantes.

Posteriormente, durante os séculos XII e XI AEC, esse conjunto de objetos deve ter se propagado por meio das redes comerciais, de modo que não é possível

identificar um grupo étnico específico dos Povos do Mar atrelado a eles, podemos apenas fazer suposições.

Os sherden foram os primeiros a serem representados na epigrafia egípcia com o novo conjunto bélico, durante o século XIII AEC. No entanto, o seu vínculo com o Mediterrâneo Central parece ter sido posterior ao fim da Idade do Bronze Tardia (pelo menos tendo em visto os atuais vestígios arqueológicos), o que torna incerto que eles façam parte dos imigrantes da Península Itálica e da Sicília. Já os lukka e os eqwesh sabemos, pelas fontes textuais, que eram da Anatólia e do Egeu<sup>142</sup>, o que deixa as opções entre: os etnônimos de tiara de juncos (peleset, shekelesh, tjekker e denyen) ou para aqueles que não possuem uma iconografia clara (teresh e weshesh).

Um dado importante é que Jung (2009) não encontrou antecessores tipológicos para as tiaras de juncos na região do Egeu ou em Chipre (onde são atestados um maior número de representações desse tipo de adereço), nem mesmo em outra região do Mediterrâneo Oriental. É apenas no norte da Península Itálica que alguns restos de gorros orgânicos feitos de fibras puderam ser encontrados em sepulturas do Bronze Intermediário (Jung, 2009, p. 83). Também é interessante que a tiara de juncos tenha surgido no Mediterrâneo Oriental em um período próximo às espadas Naue II (meados do século XIII AEC para a espada mais antiga encontrada em Micenas e entre os séculos XIII e XII AEC para a caixa de marfim e os sarcófagos de Bete-Seã). No entanto, isso não significa que todos os etnônimos que usam a tiara de juncos venham do Mediterrâneo Central, mas alguns podem ter vindo.

---

<sup>142</sup> Tendo sido citados desde antes da chegada desses novos objetos (quadro 4).

## Considerações finais

Os Povos do Mar são um conjunto arbitrário de nove populações que viveram no Mediterrâneo Oriental durante o fim da Idade do Bronze. Eles representam um dos maiores enigmas da Antiguidade, fascinando e desafiando tanto historiadores quanto arqueólogos ao longo de 190 anos de estudo, com muitas hipóteses levantadas sobre suas identidades, origens e impactos no Mediterrâneo Oriental. No entanto, separadamente, as fontes iconográficas, textuais e arqueológicas têm pouco a oferecer quanto às possíveis identidades dos Povos do Mar como um todo. Enquanto em conjunto, elas formam um quadro mais amplo que possibilita algumas sugestões e conjecturas, que infelizmente são o máximo que podemos alcançar a partir da disponibilidade de fontes existentes relativas a cada etnônimo.

A partir de uma abordagem centrada na utilização da perspectiva *etic* das sociedades que conviveram com os Povos do Mar, foi possível analisar a iconografia egípcia e identificar as características distintivas – percebidas pelos egípcios – que diferenciavam os etnônimos presentes em Medinet Habu. A partir desse ponto tornou-se viável investigar objetos de cultura material que potencialmente poderiam estar vinculados a esses grupos: os barcos, os adereços e o equipamento bélico. Com isso foi possível observar a distribuição geográfica e cronológica, de modo a identificar as possíveis regiões das quais os grupos representados em Medinet Habu se originaram ou se relacionavam. A mesma abordagem foi aplicada às fontes textuais, observando como as sociedades externas se referenciavam aos grupos em questão de modo a buscar pistas sobre sua identidade.

Os lukka, apesar da ausência de uma iconografia que permitisse avaliar sua possível cultura material, estão muito bem documentados nas fontes textuais, sendo citados por pelo menos uma fonte de cada região do Mediterrâneo Oriental. É seguro admitir que eles são uma população sedentária de alguma região costeira do sul da Anatólia, assim como parecem ter sido mercenários habilidosos, participando de conflitos bélicos em diferentes pontos da região.

Os eqwesh, por sua vez, como etnônimo dos Povos do Mar parecem ter interagido apenas com o Egito, durante o ataque líbio à Merneptah. Mas ao serem considerados como ahhiyawanos passam a ser potencialmente um dos mais bem documentados etnônimos, pelo menos superficialmente. É importante ressaltar que havia uma grande diversidade de populações vivendo sob a zona de influência micênica e é difícil determinar exatamente de onde os eqwesh são dentro dessa região.

O mesmo ocorre com os peleset, denyen, shekelesh e tjekker. Depois de analisar sua iconografia e definir a tiara de juncos como o elemento distintivo de sua identidade étnica

(considerando a variação estilística desse adorno), é possível observar uma ligação com Chipre e o Egeu. Somado a isso, temos no Levante diversas cerâmicas feitas localmente com estilo micênico (Boileau, 2017; Yasur-Landau, 2010) encontradas onde as fontes textuais sinalizam que os peleset e tjekker se assentaram (coincidentalmente os dois grupos que usam o mesmo estilo de tiara em Medinet Habu), o que torna ainda mais perceptível a ligação desses grupos com a zona de influência micênica.

Porém, é importante ressaltar, que isso não impossibilita que um ou mais desses etnônimos possam ter vindo originalmente da Península Itálica ou da Sicília, tendo em vista que eles teriam – como indica a presença da cerâmica de estilo itálico – se assentado primeiramente no Peloponeso, durante o século XIII AEC. Período em que podem ter absorvido características culturais micênicas, considerando que a identidade étnica não é fixa, mas fluida, podendo ser negociada e adaptada (Jones, 1997). Esse pode ter sido o caso dos shekelesh, principalmente se considerarmos que eles podem ser os sikila, um povo desconhecido para a corte hitita e ugarítica quando ambas as regiões interagiam amplamente com o Egeu.

No caso dos sherden, assim como os lukka e os eqwesh, temos indícios – por meio das fontes textuais – que eles estavam presentes (com um grupo assentado em Byblos) no Mediterrâneo Oriental desde o século XIV AEC, não sendo uma população nova que migrou para a região durante as convulsões do fim da Idade do Bronze Tardia. No entanto, a iconografia vinculada a eles só passa a aparecer no Mediterrâneo Oriental durante o século XIII AEC e é apenas depois disso que se espalha pelo resto do Mediterrâneo.

Apesar de alguns pesquisadores proporem que os sherden possam ter vindo da Sardenha para o Mediterrâneo Oriental (Cline; O'Connor, 2003; Van Binsbergen; Woudhuizen, 2011), é mais provável que tenha sido um movimento inverso. As representações de características normalmente atribuídas aos sherden (um indivíduo com um elmo de chifres, escudo circular e espada) aparecem no Mediterrâneo Central e Ocidental em um período posterior ao século XII AEC. Os próprios menires de Córsega, usados como fonte comparativa, tiveram um aumento em sua produção nesse período, coincidindo com um crescimento demográfico na ilha (Mödlinger; Leandri; Peche-Quilichini, 2018).

Em termos práticos, é possível definir, no que diz respeito à origem dos Povos do Mar ou sua identidade étnica: os lukka, como anatolianos; os eqwesh, peleset, denyen, tjekker e shekelesh, como pertencentes à zona de influência micênica, apesar de um ou mais poderem ser originalmente do Mediterrâneo Central (Península Itálica e/ou Sicília); os sherden, do Mediterrâneo Oriental, mas sem uma definição clara de onde; e os teresh e weshesh continuam completamente enigmáticos, possuindo apenas referências a terem participado do

ataque ao Egito em Merneptah (teresh) e em Ramsés III (weshesh). As fontes analisadas aqui só permitem chegar até esse ponto, qualquer outra sugestão iria além da capacidade da fonte examinada e demandaria outro tipo de estudo e corpus teórico.

Por fim, apesar da historiografia normalmente colocar os Povos do Mar como populações em migração ou forças invasoras (Guarinello, 2018; Cline; O'Connor, 2003), as fontes – sejam textuais ou iconográficas – indicam que alguns dos etnônimos dos Povos do Mar eram velhos conhecidos das sociedades do Mediterrâneo Oriental. Ainda assim, em uma perspectiva geral, os Povos do Mar continuam elusivos e difíceis de enquadrar, como diria Knapp (2014) por mais que identidades antigas sejam difíceis de se capturar, é possível encurralá-las. Cabe ao pesquisador usar o olhar *etic* da historiografia para buscar outras possibilidades investigativas e teóricas.

## Referências

### Documentação

ADAMS, M.; COHEN, M. The “Sea Peoples” in Primary Sources. *In*: KILLEBREW, A.; LEHMANN, G. (ed.). **The philistines and other “sea peoples” in text and archaeology**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2013. p. 645–664.

ALBRIGHT, W. F. Dunand's New Byblos Volume: A Lycian at the Byblian Court. **Bulletin of the American School of Overseas Research**. Virgínia, n. 155, p. 33-34, 1959.

BECKMAN, Gary; BRYCE, Trevor; CLINE, Eric. **The Ahhiyawa Texts**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2011.

BEN-DOR EVIAN, Shirly. The Medinet Habu texts. *In*: BEN-DOR EVIAN, Shirly. **Egypt and Philistia in the Early Iron Age: The Textual Record and the Archaeological Remains**. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Tel Aviv, Tel Aviv, 2014. f. 116-150.

BORDREUIL, Pierre. **Une bibliothèque au sud de la ville**: les textes de la 34e campagne (1973). Ras Shamra-Ougarit 7. Paris: Éditions Recherche sur les civilisations, 1991.

CLINE, Eric; O’CONNOR, David. Appendix: some translations of relevant inscriptions concerning the Sea Peoples. *In*: O’CONNOR, David; QUIRKE, Stephen. (ed.). **Mysterious Lands**. Londres: UCL Press, 2003. p. 135-138.

DÍAZ-GUARDAMINO, Marta. Anexo: Catálogo. *In*: DÍAZ-GUARDAMINO, Marta. **Las Estelas Decoradas en la prehistoria de la Península Ibérica**. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2010.

EDGERTON, W. F.; WILSON, J. A. **Historical Records of Ramses III: The Texts in Medinet Habu Volumes I and II, Translated with Explanatory Notes (SAOC 12)**. Chicago: The University of Chicago Press, 1936.

EMANUEL, Jeffrey. "Sherden from the Sea": The Arrival, Integration, and Acculturation of a 'Sea People'. **Journal of Ancient Egyptian Interconnections**. Tucson, v. 5, n. 1, p. 14-27. 2013.

EMANUEL, Jeffrey. 'Sea Peoples' in Egyptian Garrisons in light of Beth-Shean, (Re-) Resconsidered. **Mediterranean Archaeology**. Sheffield, v. 28-29, p. 1-22, 2015-2016.

GARDINER, A. H. **Egyptian Hieratic Texts Transcribed, Translated and Annotated, Series 1: Literary Texts of the New Kingdom, Part 1: Papyrus Anastasi I and the Papyrus Koller, Together with the Parallel Texts.** Leipzig: J. C. Hinrichs'sche Buchhandlung, 1911.

GARDINER, Alan H. **Ancient Egyptian Onomastica – Volume I.** Oxford: Oxford University Press, 1947.

KITCHEN, K. A. **Ramesseid Inscriptions: historical and biographical – Volume 2.** Oxford, B. H. Blackwell, 1979.

KITCHEN, K. A. **Pharaoh Triumphant: The Life and Times of Ramesses II King of Egypt.** Warminster, Aris & Phillips, 1982.

KOSAK, S.; MÜLLER, G.G.W.; GÖRKE, S.; STEITLER, C. W. **Catalog of Hittite Texts (CTH).** Disponível em: <https://www.hethport.uni-wuerzburg.de/CTH/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

KUENTZ, C. **La bataille de Qadech: les textes ("Poème de Pentaour" et "Bulletin de Qadech") et les bas-reliefs.** Mémoires publiés par les membres de l'Institut français d'archéologie orientale du Caire, n. 55. Cairo: L'Institut Français d'Archéologie Orientale, 1928.

LILLIU, Giovanni. **Sculture della Sardegna Nuragica.** Nuoro: Ilisso, 2008.

MORAN, William L. **The Amarna Letters.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.

PROSSER, M. C.; PARDEE, D. G. **The Ras Shamra Tablet Inventory.** Disponível em: <https://onlinepublications.uchicago.edu/RSTI/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

TADMOR, Hayim. **The Inscriptions of Tiglath-Pileser III King of Assyria.** Jerusalem: Israel Academy of Sciences and Humanities, 1994.

THE EPIGRAPHIC SURVEY. **Medinet Habu – Volume I: Earlier Historical Records of Ramses III.** Chicago: The University of Chicago Press, 1930.

THE EPIGRAPHIC SURVEY. **Medinet Habu – Volume II: The Later Historical Records of Ramses III.** Chicago: The University of Chicago Press, 1932.

WOUDHUIZEN, Fred C. Contemporary soucers. *In*: VAN BINSBERGEN, Wim M.J.; WOUDHUIZEN, Fred C. **Ethnicity in Mediterranean protohistory**. Oxford: British Archaeological Reports Oxford. 2011. p. 223-235.

## Bibliografias

ABBAS, Mohamed R. A Survey of the Military Role of the Sherden Warriors in the Egyptian Army during the Ramesside Period. **ENiM**, Montpellier, n. 10, p. 7-23, 2017.

ARAQUE GONZALEZ, R. Sardinian bronze figurines in their Mediterranean setting. **Praehistorische Zeitschrift**, v. 87, n. 1, p. 83-109, 2012.

ARTZY, Michal. On the Other “Sea Peoples”. *In*: KILLEBREW, A.; LEHMANN, G. (ed.). **The philistines and other “sea peoples” in text and archaeology**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2013. p. 329-344.

ARTZY, Michal. Nómadas del mar: Naves de altura a finales del II milenio a. C. **Desperta Ferro Antigua y Medieval**. Madrid, n. 65, p. 26-29, Mayo/Junio. 2021.

BARGUEÑO, Javier García *et al.* Los Pueblos del Mar a Través de las Tendencias Historiográficas. **Ab Initio**. Espanha, n. 8, p. 3-43, Outubro. 2013.

BAUER, A. The Sea Peoples as an Emergent Phenomena. *In*: GALANAKIS, Yannis; WILKINSON, Toby; BENNET, John. (ed.). **Athyrmata: Critical Essays on the Archaeology of the Eastern Mediterranean in Honour of E. Susan Sherratt**. Oxford: Archaeopress Archaeology, 2014. p. 31-40.

BASTOS, Mario Jorge *et al.* As limitações da perspectiva êmica. **REH**. Juiz de Fora, ano 9, vol. 9, n. 18, p. 1-11, jun./dez. 2022.

BEN-DOR EVIAN, Shirly. **Egypt and Philistia in the Early Iron Age: The Textual Record and the Archaeological Remains**. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Tel Aviv, Tel Aviv, 2014.

BEN-DOR EVIAN, Shirly. “They were thr on land, others at sea...” The Etymology of the Egyptian Term for “Sea-Peoples”. **Semitica**. Haifa, v. 57, p. 57-75, 2015.

BEN-DOR EVIAN, Shirly. The Battles between Ramesses III and the “Sea-Peoples”: When, Where and Who? An Iconic Analysis of the Egyptian Reliefs. **ZÄS**. Leipzig, v. 143, n. 2, p. 151–168, 2016.

BEN-DOR EVIAN, Shirly. Ramesses III and the “Sea Peoples”: Towards a new philistine paradigma. **Oxford Journal of Archaeology**. Oxford, v. 36, n. 3, p. 267–285, 2017.

BEN-DOR EVIAN, Shirly. Egyptian Historiography on the Mobility of (Sea) People at the End of the Late Bronze Age. *In*: DRIESSEN, J. (ed). **An Archaeology of Forced Migration: Crisis-induced mobility and the Collapse of the 13th c. BCE Eastern Mediterranean**. Louvain-la-Neuve: Presses Universitaires de Louvain, 2018. p. 219-228.

BETANCOURT, Philip. The Aegean and the Origin of the Sea Peoples *In*: OREN, Eliezer D. (ed.). **The Sea Peoples and Their World: A Reassessment**, Philadelphia, 2000, p. 297–301.

BOILEAU, Marie-Claude. The Archaeological Signatures of Mobility: A Technological Look At ‘Aegeanising’ Pottery from the Northern Levant at the End of the 2nd Millennium bc. *In*: KIRIATZI, Evangelia; KNAPPETT, Carl. (ed.). **Human Mobility and Technological Transfer in The Prehistoric Mediterranean**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 116-127.

BRYCE, Trevor. The Lukka Problem-And a Possible Solution. **Journal of Near Eastern Studies**. Chicago, v. 33, n. 4, p. 395-404, 1974.

CHAMPOLLION, Jean-François. **Grammaire égyptienne, ou Principes généraux de l'écriture sacrée égyptienne appliquée à la représentation de la langue parlée**. Paris: Firmin-Didot frères, 1836. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1047536s>. Acesso em: 02 jun. 2024.

CIFOLA, Barbara. Ramses III and the Sea Peoples: A Structural Analysis of the Medinet Habu Inscriptions. **Orientalia: Nova series**. Leuven, v. 57, n. 3, p. 275-306, 1988.

CLINE, Eric; O’CONNOR, David. The Mystery of the “Sea Peoples”. *In*: O’CONNOR, David; QUIRKE, Stephen. (ed.). **Mysterious Lands**. Londres: UCL Press, 2003. p. 107-138.

CLINE, Eric; O’CONNOR, David. **Ramesses III: The Life and Times of Egypt's Last Hero**. Michigan: University of Michigan Press, 2012.

CLINE, Eric. **1177 a.C.: o ano em que a civilização entrou em colapso**. São Paulo: Avis Rara, 2023.

COSTA, Salvador. Ramesses III as Guarantor of Maat the Iconographic Evidence at Medinet Habu. **Trabajos de Egiptología**, La Laguna, n, 8, p. 95-114, 2017.

DOTHAN, Trude. **The Philistines And their material culture**. New Haven: Yale University Press, 1982.

D'AMATO, Raffaele; SALIMBETI, Andrea. **Sea Peoples of the Bronze Age Mediterranean c. 1400 BC – 1000 BC**. Londres: Bloomsbury Publishing, 2015.

EMANUEL, Jeffrey. "Sherden from the Sea": The Arrival, Integration, and Acculturation of a 'Sea People'. **Journal of Ancient Egyptian Interconnections**, v. 5, n. 1, p. 14-27. 2013.

EMANUEL, Jeffrey. Sea Peoples, egypt, and the aegean: the transference of Maritime technology in the late Bronze–early iron transition (LH IIIB–C). **Aegean Studies**. Atenas, n. 1, p. 21-56, 2014.

EMANUEL, Jeffrey. **Naval Warfare and Maritime Conflict in the Late Bronze and Early Iron Age Mediterranean**. Leiden: Brill, 2021.

FAUST, Avraham; LEV-TOV, Justin. The constitution of philistine identity: ethnic dynamics in twelfth to tenth century philistia. **Oxford Journal of Archaeology**. Oxford, v. 30, n<sup>o</sup>.1, p. 13–31, 2011.

FELDMAN, Michal *et al.* Ancient DNA sheds light on the genetic origins of early Iron Age Philistines. **Science Advances**. Washington D.C, v. 5, n. 7, p. 1-10, july. 2019.

FERNÁNDEZ-GÖTZ, Manuel; RUIZ ZAPATERO, Gonzalo. Hacia una Arqueología de la Etnicidad. **Trabajos de Prehisotria**. Madri, v. 68, n. 2, p. 219-236, julio/diciembre. 2011.

FINKEISTEIN, Israel; *et al.* Egyptian Imperial Economy in Canaan: reaction to the climate crisis at the End of the Late Bronze Age. **Ägypten und Levante**, v. 27, p. 249-259, 2017.

FISCHER, Peter; BÜRGE, Teresa. The New Swedish Cyprus Expedition 2013 Excavations at Hala Sultan Tekke. **Opuscula. Annual of the Swedish Institutes at Athens and Rome**. Estocolmo, v. 7, p. 61-106, 2014.

FISCHER, Peter; BÜRGE, Teresa. (ed.). **“Sea Peoples” Up-to-Date: New Research on Transformations in the Eastern Mediterranean in the 13th–11th Centuries BCE**. Vienna: Austrian Academy of Sciences Press, 2017.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. *In*: PINSKY, Carla *et al* (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 81-110.

GIANNOPOULOS, Theodoros. The Sea Peoples "Sepulchral Medinet Habu?" The LH III C warrior burials of the north-western peloponnese and the origins of achaian ethnicity. **Aegean Studies**. Atenas, n.1, p. 127-195, 2022.

GUARINELLO, Norberto. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2018.

HALL, Jonathan. **Ethnic Identity in Greek Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HALL, Thomas D. Ethnicity and World-Systems Analysis. *In*: MCINERNEY, Jeremy. (ed.). **A Companion to Ethnicity in the Ancient Mediterranean**. Malden: Wiley Blackwell. 2014. p. 50-65.

HARRIS, W. V. **Rethinking the Mediterranean**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HITCHCOCK, Louise A; MAEIR, Aren M. A Pirate's Life for me: The Maritime Culture of the Sea Peoples. **Palestine Exploration Quarterly**. Oxfordshire, v. 148, n. 4, p. 245-264, 2016a.

HITCHCOCK, Louise A; MAEIR, Aren M. Pirates of the Crete-Aegean: migration, mobility, and Post-Palatial realites at the end of the Bronze Age. *In*: International Congress of Cretan Studies, 12., 2016, Heraklion. **Proceedings** [...] Heraklion: Society of Cretan Historical Studies, 2016b. p. 1-12.

HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. **The Corrupting Sea**: a study of mediterranean history. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

IACOVOU, Maria. Cyprus in the contexto of phoenician studies: the homeland evidence. *In*: CHIARENZA, N; D'ANDREA, B; ORSINGHER, A. **LRBT. Dall'archeologia all'epigrafia / De l'archéologie à l'épigraphie: Studi in onore di Maria Giulia Amadasi Guzzo / Études en hommage à Maria Giulia Amadasi Guzzo**. Turnhout: Brepols Publishers, 2021, p. 291-312.

JONES, Sian. **The Archaeology of Ethnicity**: Constructing identities in the past and present. Londres: Routledge, 1997.

JUNG, Reinhard; MEHOFER, Mathias. A Sword of Naue II Type from Ugarit and the Historical Significance of Italian-type Weaponry in the Eastern Mediterranean. **Aegean Archaeology**. Atenas, v. 8, p. 111–135, 2008.

JUNG, Reinhard. Pirates of the Aegean. Italy – East Aegean – Cyprus at the End of the Second Millennium BCE. *In*: KARAGEORGHIS, V; NICOSIA, O. Kouka. (ed.). **Cyprus and the East Aegean: Intercultural Contacts from 3000 to 500 BC**. An International Archaeological Symposium held at Pythagoreion, Samos, October 17th-18th 2008. Nicosia: The A.G. Leventis Foundation, 2009. p. 72-93.

JUNG, Reinhard; MEHOFER, Mathias. A Mycenaean Greece and Bronze Age Italy: Cooperation, Trade or War? **Archäologisches Korrespondenzblatt**. Heidelberg, v. 43, p. 175–193, 2013.

JUNG, Reinhard. The Sea Peoples after Three Millennia: Possibilities and Limitations of Historical Reconstruction. *In*: FISCHER, Peter; BÜRGE, Teresa. (ed.). **“Sea Peoples” Up-to-Date: New Research on Transformations in the Eastern Mediterranean in the 13th–11th Centuries BCE**. Vienna: Austrian Academy of Sciences Press, 2017. p. 23-42.

JUNG, Reinhard. Push and Pull Factors of the Sea Peoples between Italy and the Levant. *In*: DRIESSEN. (ed.). **An Archaeology of Forced Migration: Crisis-induced mobility and the Collapse of the 13th c. BCE Eastern Mediterranean**. Louvain-la-Neuve: Presses Universitaires de Louvain, 2018. p. 273-306.

KANIEWSKI, David; et al. Late second–early first millennium BC abrupt climate changes in coastal Syria and their possible significance for the history of the Eastern Mediterranean. **Quaternary Research**, n. 74, p. 207-215, 2010.

KANIEWSKI, David; et al. Environmental Roots of the Late Bronze Age Crisis. **Plus One**, v. 8, n. 8, p. 1-10, 2013.

KANIEWSKI, David; et al. Drought and societal collapse 3200 years ago in the Eastern Mediterranean: a review. **WIREs Clim Change**. Doi: 10.1002/wcc.345, 2015.

KARAGEORGHIS, Vassos. **Cyprus**. London: Barrie & Rockliff, the Cresset Press, 1969.

KARAGEORGHIS, Vassos. **Cyprus, from the Stone Age to the Romans**. New York: Thames and Hudson, 1982.

KARAGEORGHIS, Vassos. Cultural Innovations in Cyprus Relating to the Sea Peoples *In*: OREN, Eliezer D. (ed.), **The Sea Peoples and their World: A Reassessment**, Philadelphia, 2000, p. 255-280.

KNAPP, A. Bernard. Mediterranean Archaeology and Ethnicity. *In*: MCINERNEY, Jeremy. (ed.). **A Companion to Ethnicity in the Ancient Mediterranean**. Malden: Wiley Blackwell. 2014. p. 34-49.

KNAPP, A. Bernard.; MANNING, Sturt. Crisis in Context: The End of the Late Bronze Age in the Eastern Mediterranean. **American Journal of Archaeology**. Boston, v. 120, n. 1, p. 99-149, 2016.

KOPANIAS, Konstantinos. Mercenaries or Refugees? The evidence from the Inscriptions of Merenptah on the Sea Peoples. **Journal of Greek Archaeology**. Oxford, v. 2, p. 119-134, 2017.

LARGACHA, Antonio. El Mediterráneo Oriental ante la llegada de los Pueblo del Mar. **Gerión**, v. 21, n. 1, p. 27-49, 2003.

LARGACHA, Antonio. Merenptah and the Sea Peoples: The Victory of Perire in their International Context. **Studia Historica Historia Antigua**. Salamanca, v. 40, p. 27-54, outubro. 2022.

LEHMANN, Gunnar. The Late Bronze – Iron Age Transition and the Problem of the Sea Peoples Phenomenon in Cilicia. *In*: FISCHER, Peter; BÜRGE, Teresa. (ed.). **“Sea Peoples” Up-to-Date: New Research on Transformations in the Eastern Mediterranean in the 13th–11th Centuries BCE**. Vienna: Austrian Academy of Sciences Press, 2017, p. 229-256.

LIVERANI, Mario. The collapse of the Near Eastern regional system at the end of the Bronze Age: the case of Syria. *In*: ROWLANDS, Michael; LARSEN, Mogens; KRISTIANSEN, Kristian. **Centre and Periphery in the Ancient World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 66-73.

LIVERANI, Mario. **Antigo Oriente: História, Sociedade e Economia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

MAC SWEENEY, Naoíse. Beyond Ethnicity: The Overlooked Diversity of Group Identities. **Journal of Mediterranean Archaeology**. Sheffield, v. 22, n. 1, p. 101-126. 2009.

MAEIR, Aren M; HITCHCOCK, Louise A; HORWITZ, Liora K. On the Constitution and Transformation of Philistine Identity, **Oxford Journal of Archaeology**. Oxford, v. 32, n. 1, 2013, p. 1-38.

MATIC, Uros. **Ethnic identities in the Land of the Pharaohs**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

MATIC, Uros; FRANKOVIC, Filip. The Sea Peoples and the Discourse of 'Balkanism' in Archaeology of the Late Bronze Age Archaeology. *In*: GAVRANOVIC, Mario; HEILMANN, Daniela; KAPURAN, Aleksandar; VERCIK, Marek. (ed.). *Spheres of Interaction: Contacts and Relationships between the Balkans and Adjacent Region in the Late Bronze/Iron Age (13th–5th Centuries BCE)*, 2., 2017, Belgrado. **Proceedings** [...] Belgrado: Marie Leidorf, 2020, p. 155–176.

MATIC, Uros. Why Were the Leaders of the Sea Peoples Called 'w.w and Not wr.w? On the Size and Raiding Character of the Sea Peoples' Groups. **Bulletin of the American School of Overseas Research**. Virginia, v. 388, p. 73-89, 2022.

MAZOW, L. The Industrious Sea Peoples: The Evidence of Aegean-Style Textile Production in Cyprus and the Southern Levant, **Scripta Mediterranea**. Toronto, v. 27-28, p. 291-321, 2008.

MCINERNEY, Jeremy. Ethnicity: An Introduction. *In*: MCINERNEY, Jeremy. (ed.). **A Companion to Ethnicity in the Ancient Mediterranean**. Malden: Wiley Blackwell. 2014. p. 1-16.

MEDEROS MARTÍN, Alfredo. La crisis del siglo XII a.C. Pueblos del Mar y Guerra de Troya ca. 1215-1175 a.C, **SPAL**, Sevilla, n. 16, p. 93-153, 2007.

MEDEROS MARTÍN, Alfredo. The Mycenaean contacts with the Iberian Peninsula during the Late Bronze Age (1625-1150 BC). *In*: FOTIADIS, Michael; LAFFINEUR, Robert; LOLOS, Yannis; VLACHOPOULOS, Andreas. (ed.). **Hesperos: the Aegean seen from the West**. Leuven-Liège: Peeters, 2017, p. 25-49.

MEHOFER, M; JUNG, R. Weapons and Metals – Interregional Contacts between Italy and the Eastern Mediterranean during the Late Bronze Age. *In*: FISCHER, Peter; BÜRGE, Teresa. (ed.). **“Sea Peoples” Up-to-Date: New Research on Transformations in the Eastern Mediterranean in the 13th–11th Centuries BCE**. Vienna: Austrian Academy of Sciences Press, 2017. p. 389-400.

MIDDLETON, Guy. I would walk 500 miles and I would walk 500 more: The Sea Peoples and Aegean migration at the end of the Late Bronze Age. *In*: NIESIOŁOWSKI, Lukasz; WECOWSKI, Marek. (ed.). **Change, Continuity, and Connectivity North-Eastern Mediterranean at the turn of the Bronze Age and in the early Iron Age**, Wiesbaden: Harrassowitz, 2018. p. 95-114.

MÖDLINGER, M; LEANDRI, F; QUILICHINI, K. Boys don't cry - Considérations sur les figurations de protections céphaliques et pectorales des statues-menhirs corses. **Archaologisches Korrespondenzblatt**. Mainz, v. 48, n. 4, p. 473-491, 2018.

MONTEIRO, Guilherme. **Medinet Habu: a iconografia bélica como propaganda e defesa contra o caos: Egito, 1190 a.C.** 2015. Monografia (Graduação em História) - Centro Universitário Campos de Andrade, Curitiba, 2015.

MORALES, Fábio Augusto; SILVA, Uiran Gebara da. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 83, p. 125-150, 2020.

ORESHKO, R. Ahhiyawa - Danu(na). Aegean Ethnic Groups in the Eastern Mediterranean in the Light of Old and New Hieroglyphic-Luwian Evidence. *In*: NIESIOŁOWSKI-SPANO, L; WECOWSKI, M. (ed.). **Change, Continuity, and Connectivity: North-Eastern Mediterranean at the Turn of the Bronze Age and in the Early Iron Age**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2018. p. 23–56.

PEIXOTO, Gustavo J. P. **Mudanças climáticas e a construção de cisternas micênicas (1300 a.C.-1200 a.C.)**. Mare Nostrum, v. 11, n. 1, p. 351-376. Setembro/2020.

GURGEL PEREIRA, Ronaldo. Gramática Fundamental de Egípcio Hieroglífico: para o estudo do estágio inicial da língua egípcia (de ca. 3000 a 1300 a.C.). Lisboa: Chiado Editora, 2016

PINTO, Renato. **Dois Rainhas, um Príncipe e um Eunuco: Masculino e Feminino nos Estudos sobre a Bretanha Romana**. São Paulo: Annablume Clássica, 2016.

POPKO, L. Die hieratische Stele MAA 1939.552 aus Amara West – ein neuer Feldzug gegen die Philister. **ZÄS**. Leipzig v. 143, n. 2, p. 2014-233, 2016.

POZZER, K. M. P.; SCOVILLE, P.; BALÉM, W. R. Desafios e possibilidades da pesquisa em Antiguidade Oriental no Brasil. **Mythos – Revista de História Antiga e Medieval**. Imperatriz, ano 5, n. 3, p. 159-175, 2021.

REDFORD, Donald. **The Wars in Syria and Palestine of Thutmose III**. Leiden: Brill, 2003.

REDFORD, Donald. **The Medinet Habu Records of the Foreign Wars of Ramesses III**. Leiden: Brill, 2018.

RINGHEIM, Hannah. The Pharaoh's Fighters: Early Mercenaries in Egypt. *In*: MYNAROVA, Jana; et al. (ed.). **A Stranger in the House. The Crossroads III**, Praga: Charles University, 2019. p. 341-353.

ROBERTS, R. Gareth. Identity, Choice, and the year 8 reliefs of Ramesses III at Medinet Habu. *In*: BACHHUBER, Christoph; ROBERTS, R. Gareth. (ed.). **Forces of transformation: the end of the Bronze Age in the mediterranean**. Oxford: Oxbow Books, 2009. p. 60-68.

SANJUÁN, Leonardo García. The Warrior Stelae of the Iberian South-west: Symbols of Power in Ancestral Landscapes. *In*: MOORE, Tom; ARMADA, Xosé Lois. **Atlantic Europe in the first millennium BC: crossing the divide**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SCOVILLE, P. **As cartas vão dizer**: as relações Interterritoriais na era de Amarna. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SHERRATT, Susan. The Ceramic Phenomenon of the “Sea Peoples”: An Overview. *In*: KILLEBREW, A.; LEHMANN, G. (ed.). **The philistines and other “sea peoples” in text and archaeology**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2013. p. 619-644.

SIAPKAS, Johannes. Ancient Ethnicity and Modern Identity. *In*: MCINERNEY, Jeremy. (ed.). **A Companion to Ethnicity in the Ancient Mediterranean**. Malden: Wiley Blackwell. 2014. p. 66-81.

SOUTH, Alison K. **“A VIEW FROM CYPRUS.”** British School at Athens Studies, vol. 20, 2012, pp. 218–31.

SUANO, Marlene. The first trading empires: prehistory to c. 1000 BC. *In*: ABULAFIA, David. (ed.). **The Mediterranean in History**. London: Thames & Hudson, 2003. p. 67-97.

VAN BINSBERGEN, Wim M.J.; WOULDHUIZEN, Fred C. **Ethnicity in Mediterranean protohistory**. Oxford: British Archaeological Reports Oxford. 2011.

VAN DE MIEROOP, Marc. The Eastern Mediterranean in Early Antiquity. In: HARRIS, W.V. (eds.) **Rethinking the Mediterranean**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p, 117-140.

VAN DE MIEROOP, Marc. **The Eastern Mediterranean in the Age of Ramesses II**. Malden: Blackwell Publishing, 2007.

VAN DE MIEROOP, Marc. **Historia del Próximo Oriente antiguo (ca. 3000-323 a.n.e.)**. Madrid: Editorial Trotta, 2020.

VAN DE MOORTELE, Aleydis. Sea Peoples from the Aegean: Identity, Sociopolitical Context, and Antecedents. *In*: GILBOA, Ayelet; YASUR-LANDAU, Assaf. (ed.). **Nomads of the Mediterranean: Trade and Contact in the Bronze and Iron Ages**. Leiden: Brill, 2020. p. 314-331.

WACHSMANN, Shelley. The Sea of the Philistines. *In*: OREN, Eliezer D. (ed.), **The Sea Peoples and their World: A Reassessment**, Philadelphia, 2000, p. 103-143.

WEIBER, Erika; FINNÉ, Martin. Resilience and persistence of ancient societies in the face of climate change: a case study from Late Bronze Age Peloponnese. **World Archaeology**, v. 50, n.4, p. 584-602, 2018.

WOUDHUIZEN, Fred. On the Sea Peoples and their attacks on Egypt. **Dacia – Revue D'Archéologie et D'Histoire Ancienne**. Bucarest, v. 62-63, p. 331-421, 2018-2019.

WÜTHRICH, Annik; MATIC, Uros. Sea Peoples in Egyptian sources during the reign of Ramesses III: context, composition and perception. *In*: FISCHER, Peter; BÜRGE, Teresa. (Eds). **The Decline of Bronze Age Civilisations in the Mediterranean: Cyprus and Beyond (SIMA 154)**. Nicósia: Astrom Edition, 2023. p. 21-38.

YASUR-LANDAU, Assaf. **The Philistines and Aegean Migration at the End of the Late Bronze Age**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ZOREA, Carlos R. **Sea peoples in Canaan, Cyprus and Iberia (12th to 10th centuries BC)**. 2020. Tese (Doutorado em História) - Universidade Complutense de Madrid. 2021.

## Sites

ADDATO, C. Bronze Horned God - Ingot God from Enkomi, Cyprus. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/image/10244/bronze-horned-god-ingot-god-from-enkomi-cyprus/>. Licença: CC BY-NC-SA 4.0. Acesso em: 07 jan. 2025..

Filitosa. Nouvelles théories sur le site préhistorique de Filitosa en Corse. Filitosa. Disponível em: <https://www.filitosa.fr/site-prehistorique-corse-filitosa-visite/nouvelles-theories-site-prehistorique-filitosa-corse-visite-shardane-egypte/>. Acesso em: 07 jan. 2025.

Museu Britânico. Game-box. G 1897,0401.996. Disponível em: [https://www.britishmuseum.org/collection/object/G\\_1897-0401-996](https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1897-0401-996). Acesso em: 08 jan. 2025.

Museu da Universidade da Pensilvânia. Sarcophagus Lid 29-103-790. Disponível em: <https://www.penn.museum/collections/object/24702>. Acesso em: 08 jan. 2025.

Museu da Universidade da Pensilvânia. Sarcophagus Lid 29-103-794. Disponível em: <https://www.penn.museum/collections/object/171590>. Acesso em: 08 jan. 2025.

Museu Nacional de Atenas. The Face of Farewell. Disponível em: [https://www.namuseum.gr/en/monthly\\_artefact/the-face-of-farewell/](https://www.namuseum.gr/en/monthly_artefact/the-face-of-farewell/). Acesso em: 07 jan. 2025.